UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

IRDES LÚCIA GUADAGNIN

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA SERRA CATARINENSE: UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO E DE MILITÂNCIA

Lages
2021

IRDES LÚCIA GUADAGNIN

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA SERRA CATARINENSE: UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO E DE MILITÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientador(a): Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe

Lages

2021

Ficha Catalográfica

Guadagmin, Irdes Lúcia.
G897m O movimento de mulheres camponesas na serra catarinense: um espaço de formação e de militância/Irdes Lúcia Guadagmin – Lages, SC, 2021.
127 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Mareli Eliane Grape

1. Epistemologia Feminista. 2. Formação e Militância. 3. Mulhesres Camponesas. I. Grape, Mareli Eliane. III Título.

CDD 305.42

Catalogação na Fonte: Biblioteca Central

IRDES LÚCIA GUADAGNIN

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA SERRA CATARINENSE: UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO E DE MILITÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Lages, 25 de março de2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe
Orientadora e Presidente da Banca- PPGE/UNIPLAC

Profa. Dra. Neiva Furlin
Examinadora Externa - PPGE/UNOESC
Participação Não Presencial - Res. nº 432/2020

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
Examinador Interno – PPGE/UNIPLAC

Com carinho, dedico este estudo às mulheres que entraram em minha vida, pela porta do coração, causando inspiração e desejo em fazer da vida um projeto de significado pessoal e coletivo.

Às minhas irmãs de sangue, Nair, Geni, Sueli, Inez e Beatriz - mulheres camponesas -, pela capacidade de compreensão e solidariedade incondicional. Às mulheres do MMC, por me instigarem a sempre estar em processo de mudança e de aprendizado.

À divindade Ruah/Deusa, em quem fortaleço minha espiritualidade feminista, que me ajuda a seguir esperançando que as diferenças são potenciais e não empecilhos para caminhos de superação das desigualdades e efetivação da libertação humana e cósmica.

In Memoriam
À minha mãe Elisa, ao meu pai Henrique e às mulheres que deram a vida na luta por libertação. Às irmãs Jandira Bettoni e Angélica Toneta, por terem sido minhas mestras nos processos de militância e educação popular libertadora.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que aflora em abundância ao final de mais esta etapa. Como habitantes do planeta comum, vivemos onde tudo está interligado. Somos seres de relações, pessoas especiais que fazem parte deste projeto e conquista. Foi um trabalho tecido por muitos corações, cabeças, mãos, pés. Um sonho distante que agora se materializa. Busco em Cris Pizziment a inspiração para expressar um pouco do quanto foi coletiva a realização do nosso trabalho multicor e multiparticipativo quando, poeticamente, narra: "Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior [...]. Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade [...]. Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa [...]".

Da colcha de retalhos que tecemos, destaco um agradecimento especial e terno à minha mãe, Elisa, e ao meu pai, Henrique (*in memoriam*), por ensinarem o amor à vida no meio rural e a relação ética nas práticas do cotidiano. Às minhas irmãs, Nair, Geni, Sueli, Inez e Beatriz, pela capacidade de compreensão, presença e solidariedade incondicional, ainda que sem a mesma oportunidade de estudos. Aos manos Nadir, Sérgio e Rogério (*in memoriam*), pelos testemunhos de que viver a prática da justiça vale a pena. E aos manos Ilírio, Aldacir, Ivar e Ivo, pelo testemunho de garra, companheirismo e perseverança no projeto que estabeleceram às suas vidas. A cada uma e a cada um, meu carinho especial. Às minhas sobrinhas e aos sobrinhos, pela presença silenciosa, mas importante, com predileção à Ana Carolina, que me acompanhou de perto e comigo torceu, se entristeceu, vibrou e me ajudou a persistir, porque, juntas, sempre podemos mais. Amo a família primeira com que fui presenteada pela vida.

Mas, chegam outros retalhos para fazer parte da nossa colcha. São os retalhos das/os colegas da turma 2019, aos quais agradeço a parceria, a solidariedade e os auxílios recebidos. Destaco a presença solidária e significativa da colega Patrícia, que independente do horário, do dia, sempre fez a diferença, afirmando: - "Claro, Irdes, pode contar comigo", especialmente no que tange às tecnologias digitais. À Márcia e à sua filha Geovana, com quem dividimos a casa, os aprendizados no uso das tecnologias, as tensões e os medos, mas também as alegrias de cada etapa vencida. Com vocês aprendi novamente que construir colcha de retalhos em pesquisa acadêmica nos torna mais humanas(os), capazes de compreender, aprender e reaprender com as diferenças, e ainda, firmar a importância da participação coletiva.

À querida professora Dra. Mareli Eliane Graupe, minha orientadora. Um dia qualquer nos encontramos na militância da vida e ela logo me desafiou a voltar aos estudos, por

compreender que a educação na academia e a educação popular, além de cumplicidade, têm a tarefa de ajudar a nos lapidar, possibilitando mudanças pessoais, consequentemente, mudanças sociais para um mundo de justiça e equidade de direitos. Sou profundamente grata a você, Mareli, pela profundeza de sua humanidade, por desenvolver processos educativos na perspectiva da inclusão e equidade. Minha gratidão também por sua paciência, por acreditar que sempre é tempo de novos aprendizados, por ser a Mulher feminista que me inspira a aprender com as diferenças, a nunca desistir dos sonhos e a vibrar com cada pequena conquista. Mareli, você é acendedora de esperanças. Eterna gratidão!

Ao querido professor Dr. Geraldo Augusto Locks, amigo e companheiro de muitas lutas sociais na região. Um Homem feminista excepcional, com um cabedal de conhecimentos formidável. Por fazer do conhecimento uma porta de entrada para a emancipação e libertação humana, você tem possibilitado a insurreição de muitas pessoas na região serrana/SC, de modo especial, as mulheres camponesas. Como arguidor interno, gratidão pelo incentivo, companheirismo, atenção e perspicácia na leitura do texto, junto com a sua humana delicadeza nos questionamentos instigantes e sugestões.

À professora Dra. Neiva Furlin, arguidora externa, pela carinhosa acolhida e orientações que me dispensou, assumindo a responsabilidade logo após a qualificação, quando o colegiado do PPGE solicitou a troca da arguidora externa. Neiva, sei de suas produções e lutas pela libertação e emancipação do ser humano e do carinho especial às mulheres. A você, que soube compreender que no fazer acadêmico a militância pode estar presente e fazer a diferença, sem incorrer em tentativas de invisibilizar ninguém, toda a minha Gratidão!

Às e aos demais docentes do PPGE, pela partilha do conhecimento, instigando o desejo de novas buscas.

Às companheiras das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial que estiveram comigo no percurso do sonho e de sua realização, meu carinho e gratidão pelas parcerias.

Às Mulheres Camponesas, que em suas trajetórias de vida e organização no MMC foram e são parte da inspiração feminista, pela coragem nas lutas, como também na compreensão de que a vida é uma possibilidade para novos aprendizados. Gratidão pela acolhida, pelas entrevistas concedidas e os sonhos partilhados.

Ao ser maior, que chamo de Divindade/Divina Rhua, a Deusa que integra nossas vidas de diferentes modos e conosco faz história. A ti sou grata, gratíssima, por crer em sua manifestação feminista de ser e sustentar a resistência no que tange à construção da libertação.

Por último, se eu venci, vencemos todas! Eterna gratidão, carinho e ternura!

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame de Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 25 de março de 2021.

_____

Irdes Lúcia Guadagnin

A VIDA DEVERIA SER BELA

A vida é um dom e uma dádiva.
E prazerosa deveria ser.
Se entendermos seu significado,
Em cada amanhecer.
O ser humano, seja homem ou mulher,
Os mesmos direitos,
Com igualdade e respeito
Deveriam prevalecer.

Mas a vida das mulheres,
Tanto da roça ou da cidade,
Tem suas especificidades.
Porque a sociedade ainda entende,
Que por ela ser mulher
tem menos valor e menos capacidade.

Quando se juntam os interesses
Do capital e do patriarcado
Se orquestra todo dia,
Um terrível resultado.
E posso afirmar a vocês
Que a vida deste ser
Tem muito choro e violência
O que é crime acontecer.

Mas como tudo na vida
Nada é eterno,
E a história tem mostrado
Que com muita luta,
Garra e ousadia,
Passo a passo, cada dia,
As mulheres na empatia,
Enfrentam o capital, o racismo e o patriarcado,
Juntas em luta e coletividade
Dão visibilidade a injustiça.

E nós camponesas
Temos no Movimento
Que tem como missão
Enfrentar o sofrimento
Organizando as mulheres
Para outra sociedade construir,
sem violência e opressão
E muito menos exploração.

Para tanto afirmamos,
que nossa libertação virá:
Fruto da nossa luta
Construindo o feminismo
camponês popular.
Semeando esperança
Tecendo transformação
Para a vida melhorar.

Autora Justina Inês Cima – janeiro 2021

RESUMO

Esta dissertação possui como tema o Movimento de Mulheres Camponesas e a educação. O Movimento de Mulheres Camponesas é identificado por suas integrantes como uma organização social de resistência e reexistência ao modo de produção capitalista protagonizado por mulheres do campo em luta por formação, em defesa da equidade de gênero e dos direitos da cidadania. Desde o princípio de sua organização, se caracteriza como um movimento de resistência, de superação de desafios, no qual as mulheres do campo são as protagonistas na luta pela própria formação, pelo fim das desigualdades de gênero, de relações assimétricas no trabalho do campo e na sociedade em geral. Esta pesquisa possui como problemática: Qual a importância do Movimento de Mulheres Camponesas MMC para as mulheres do meio rural, e qual a sua contribuição para o processo de formação e de militância? Utilizamos como principais referências teóricas Margarete Rago (1996), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2015), Ivone Gebara (2010), Catiane Cinelli e Marlene Ribeiro (2016), Carla Bassanezi Pinsky (1998) e Conceição Paludo (2009), que dão base às categorias epistemologia feminista, gênero, patriarcado, educação e militância. É uma pesquisa de abordagem qualitativa para a qual foram entrevistadas cinco mulheres por meio da técnica de entrevista focalizada (FLICK, 2009) no ano de 2020. O critério fundamental para a inclusão dessas mulheres foi sua participação desde o início da criação do Movimento de Mulheres Camponesas, tendo como *locus* a Região Serrana de Santa Catarina, que inicialmente se denominou Movimento de Mulheres Agricultoras. As entrevistas foram transcritas e analisadas sob o método de análise de conteúdo qualitativo de Mayring (2009). Foram elencadas três categorias principais: a) as relações de gênero na educação familiar: a influência da cultura do patriarcado; b) o espaço escolar e as relações de gênero; c) MMC como espaço educativo e de emancipação feminina. Os dados da pesquisa indicaram que os processos educativos no contexto familiar aconteceram bem diferenciados para as mulheres camponesas em relação aos homens camponeses da Região Serrana de Santa Catarina. Os papéis das mulheres e homens são definidos desde muito cedo, como também a divisão das tarefas, das responsabilidades e dos espaços que ocupam. Aos homens, toda liberdade e autonomia, às mulheres, apenas os espaços onde o pai podia as acompanhar, o que indica uma espécie de "vigia" sobre seus corpos e suas mentes. Referente à categoria "espaço escolar e as relações de gênero", as camponesas lembraram que a educação recebida foi de relações assimétricas de gênero, e que há de se insistir, investir em fazer da educação em gênero uma chave de leitura desconstrutora da cultura das desigualdades, sem anular as diferenças. Há que se respeitar as diferenças e refutar as desigualdades. Nessa perspectiva, é importante educar para o pluralismo, a equidade de gênero e para a desnaturalização da cultura do patriarcado e do coronelismo. Outro dado relevante evidenciado nesta pesquisa é que na região da serra catarinense há um esvaziamento dos processos organizativos iniciados nos anos de 1980. Ressignificar e envolver novas militantes, oferecendo-lhes formação, é uma demanda urgente apresentada pelas entrevistadas. Diante disso, a resistência, a insurgência e a retomada de formação militante camponesa se faz necessária para dar continuidade ao enfrentamento do sistema capitalista hegemônico, do patriarcado e do machismo que se articulam e fortalecem mutuamente.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas; Epistemologia Feminista; Formação e Militância.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the Movement of Peasant Women and education. The Movement of Peasant Women is identified by its members as a social organization of resistance and reexistence to the capitalist mode of production led by rural women struggling for training, in defense of gender equity and citizenship rights. Since the beginning of its organization, it has been characterized as a resistance movement, overcoming challenges, in which rural women are the protagonists in the struggle for their own formation, for the end of gender inequalities, of asymmetrical relations in rural work and in society in general. This research has the following problems: What is the importance of the Movement of Peasant Women MMC for women in rural areas, and what is its contribution to the process of training and activism? We used as main theoretical references Margarete Rago (1996), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2015), Ivone Gebara (2010), Catiane Cinelli and Marlene Ribeiro (2016), Carla Bassanezi Pinsky (1998) and Conceição Paludo (2009), which provide the basis for the feminist epistemology, gender, patriarchy, education, and militancy categories. It is a research with a qualitative approach for which five women were interviewed using the focused interview technique (FLICK, 2009) in the year 2020. The fundamental criterion for the inclusion of these women was their participation since the beginning of the creation of the Movement of Peasant Women, having as locus the Mountain Region of Santa Catarina, which was initially called the Movement of Women Farmers. The interviews were transcribed and analyzed using the method of qualitative content analysis by Mayring (2009). Three main categories were listed: a) gender relations in family education: the influence of the culture of patriarchy; b) the school space and gender relations; c) MMC as an educational space and for female emancipation. The research data indicated that the educational processes in the family context happened well differentiated for the peasant women in relation to the peasant men of the Mountain Region of Santa Catarina. The roles of women and men are defined from an early age, as well as the division of tasks, responsibilities, and spaces they occupy. For men, all freedom and autonomy, for women, only the spaces where the father could accompany them, which indicates a kind of "watchman" over their bodies and minds. Regarding the category "school space and gender relations", the peasants recalled that the education received was asymmetric gender relations, and that it is necessary to insist, invest in making gender education a key to deconstructing the culture of inequalities, without canceling the differences. Differences must be respected, and inequalities must be disproved. In this perspective, it is important to educate for pluralism, gender equity and for the denaturalization of the culture of patriarchy and coronelismo. Another relevant fact evidenced in this research is that in the region of the Serra Santa Catarina there is an emptying of the organizational processes that started in the 1980s. Reassigning and involving new militants, offering them training, is an urgent demand presented by the interviewees. In view of this, resistance, insurgency, and the resumption of militant peasant formation is necessary to continue to confront the hegemonic capitalist system, patriarchy and machismo that are mutually articulated and strengthened.

Keywords: Movement of Peasant Women; Feminist Epistemology; Formation and Militancy.

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

FIGURA 01 - MAPA DE SANTA CATARINA 85

FIGURA 02 - MAPA DA SERRA CATARINENSE.....85

QUADRO 01 - SÍNTESE DO PERFIL DAS PARTICIPANTES.....95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 PATRIARCADO E FEMINISMOS 23

2.1 CONCEITUANDO PATRIARCADO 23

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS 29

2.3 FEMINISMOS 37

2.4 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA 46

3 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS COMO ESPAÇO EDUCATIVO E DE EMANCIPAÇÃO FEMININA 54

3.1 AS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL 54

3.2 PRINCIPAIS LUTAS E CONQUISTAS DO MMC 59

3.3 COLETIVOS DE MULHERES CAMPONESAS COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA CULTURA PATRIARCAL NO MUNDO RURAL 66

3.4 MILITÂNCIA E FORMAÇÃO NO MMC 75

4 PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NA SERRA CATARINENSE COM MULHERES CAMPONESAS 84

4.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA DE CAMPO 84

4.2 CONTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE 91

4.3 PERFIL DAS PARTICIPANTES 93

4.4 DIALOGANDO COM AS PARTICIPANTES DA PESQUISA 96

4.4.1 **As relações de gênero na educação familiar: a influência da cultura do patriarcado 96**

4.4.2 O espaço escolar e as relações de gênero 99

4.4.3 O MMC como espaço educativo e de emancipação feminina 102

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

REFERÊNCIAS 116

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 122

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....124

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....125

1 INTRODUÇÃO

Pensar, refletir, ler e escrever acerca do Movimento de Mulheres Camponesas - seu viver, seus muitos saberes e fazeres e a sua luta pela emancipação social por meio dos processos de formação - nos desperta um vasto campo de imaginação. São percepções diferenciadas, assim como são múltiplas as experiências realizadas. É a vida no e do campo, espaço onde as mulheres ousam fazer valer sua criatividade, seu potencial instigante, mesmo que ainda não suficientemente reconhecido ou valorizado, mas que já é capaz de remeter para pertinentes reflexões na academia e na sociedade. São provocações eivadas de complexidades, todavia, com possibilidade em sinalizar que, embora a história as tenha, grande parte do tempo, deixado esquecidas ou invisibilizadas, seu jeito de ser e fazer camponês fizeram e fazem a diferença para a sociedade. Há, em suas vidas, lutas e organizações, um pioneirismo e protagonismo no tocante a sua capacidade criadora.

O interesse pela problemática está relacionado com a minha história pessoal: sou filha de camponeses, de uma família numerosa. A mãe, Elisa, e o pai, Henrique, geraram treze (13) filhos(as). Destes, sete (7) homens e seis (6) mulheres. Na roça, a vida de trabalho começa cedo. A partir dos oito (8) anos, já se inicia as crianças nos trabalhos, como aprender a limpar a casa, lavar louças, cuidar dos irmãos mais novos, dos pequenos animais, ir à roça levar água e comida para os adultos que lá trabalham. Assim se divide o tempo, um período na escola, outro no trabalho. Foi esse o jeito de viver minha infância. Sempre gostei muito de ir à escola, de estudar. Numa escola multisseriada, frequentei o Ensino Fundamental com uma turma de aproximadamente sessenta (60) crianças, no período de 1965 até 1968, na cidade de Ibiraiaras/RS.

Descendente de imigrantes italianos, a migração trouxe, na bagagem, o sonho de uma vida melhor com o trabalho na terra, e junto a forte dimensão da fé/religião. Centrados nessa esperança foi que a mãe e o pai estiveram mais do que ligados à participação na vida de uma comunidade de fé, explicitando sua religião. Foram fundadores da comunidade e da escola Santa Lúcia em Ibiraiaras. Desse modo, nós, filhas e filhos, também despertamos e criamos amor pela comunidade de fé. Dessa vivência, mais o incentivo em participar dos chamados "grupos de jovens" na paróquia - nos encontros de formação humana/afetiva, religiosa e um pouco no social -, fui me encantando por essas experiências e, aos poucos, saindo para participar de mais jornadas de formação em outras paróquias da região. Isso tudo foi base para um outro olhar de possibilidades, de inquietações, como despertar e perceber outras necessidades para além dos familiares e da comunidade de origem.

Assim, na fase da juventude, desafiada que fui pelos trabalhos que as Irmãs Franciscanas realizavam pelo interior do Rio Grande do Sul, passei a me interessar por conhecer mais de perto esse jeito de viver. Posso dizer que na tessitura da vida as mudanças nos abrem possibilidades. Pessoalmente, gosto de ser desafiada, porque são os desafios enfrentados que me permitem dar saltos na vida. Em diálogo constante, me senti atraída e capaz de fazer uma escolha que me permitisse aprender mais, para também contribuir mais e melhor com a organização de comunidades ligadas à igreja, e com algum projeto social. Com essa determinação, em 1979, arrumei a mala e mudei-me para Lages/SC, buscando residência e fazer outro processo de formação para a Vida Religiosa Consagrada junto com a Congregação das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial.

Nessa região serrana, comecei uma nova fase de minha vida, enfrentando os mais diversos desafios, desde a questão de adaptação, a econômica, cultural, até a religiosa, dentre outras. Superadas as adversidades com paixão pela causa e pelo projeto abraçado, estou há trinta e sete (37) anos fazendo parte como componente da família Congregacional da Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial – IFAP.

Aprendi, ainda, na caminhada da vida, pela inserção e envolvimento em algumas outras regiões com maior carência no que diz respeito às condições socioeconômicas. Na região serrana de Santa Catarina, a presença e o trabalho da Congregação foram de importante envolvimento em São José do Cerrito, de 1982 a 1987, onde aprendemos a nos organizar e ajudar na organização de vários Movimentos Sociais Populares, dentre eles, o então denominado Movimento de Mulheres Agricultoras. Já no Norte do Brasil, no período de 1988 até o fim de 1993, em Rondônia (RO), na época Nova Brasília, hoje Ministro Andreza, aprendemos a fortalecer nossa resistência, espiritualidade e mística junto às comunidades Eclesiais de Base na perspectiva de uma evangelização libertadora, contribuindo para organização da Pastoral da Mulher, a Pastoral do Migrantes, a Pastoral da Saúde e a Pastoral da Terra. Também junto às trabalhadoras e aos trabalhadores do meio rural, contribuímos em processos formativos, com isso, deu-se início a várias organizações autônomas, ‘os movimentos sociais populares’, como associações de produtores de café, as roças comunitárias, organização de oposições sindicais, de escolas familiares agrícolas, o MST, para citar alguns. Atuamos igualmente em Rondolândia (MT), na animação das Comunidades Eclesiais de Base, na formação de lideranças e na organização de movimentos sociais.

Também vivi e atuei como agente de pastoral, contribuindo nas formações de comunidades, de lideranças das igrejas e dos movimentos sociais, priorizando os Sem Terra, as trabalhadoras e os trabalhadores boias-frias dos canaviais na região Sudeste, nas cidades de

Braço do Rio, Conceição da Barra e Pedro Canário (ES), como também na cidade Mucuri, no Sul da Bahia, região Nordeste, durante os anos de 1994 até o início de 1988. Em ambas as regiões, pudemos experienciar a vida de migrante junto àquela população em constante deslocamento. Quando dizemos que essas regiões são periféricas, estamos afirmando que são locais nos quais a população vive, portanto, na periferia das cidades, onde há diversas dificuldades de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao lazer e ao trabalho, ou seja. São espaços de privação das condições dignas de um ser humano. São locais de muito fluxo migratório, com poucas possibilidades de trabalho, quando existem, são sazonais, sob condições precárias e uma carga horária acima de dez horas diárias. As empresas ofertavam transporte coletivo, geralmente em desacordo com as regras de segurança. Almoço? Ah, quem conseguisse levar sua marmita, preparada na noite anterior, poderia almoçar no local de trabalho, no meio do canavial, dos eucaliptos ou das carvoeiras, por essa razão, estão na categoria de "boias-frias". As mulheres, quando menstruadas, muitas vezes nos procuravam dizendo que o responsável as impedia de fazerem a troca de absorventes. Sem carteira assinada, viviam em condições sub-humanas, fosse no plantio e corte de cana-de-açúcar e eucaliptos, fosse na moradia, saúde, alimentação. Já na região Norte, as minhas experiências nesse contexto que estou chamando de periferia não foram menos problemáticas e desumanas, embora localizadas no meio rural.

A população que migrou em grande número para o norte do país, na década de 1980 até meados de 1990, foi incentivada pelo projeto de colonização governamental com a promessa de terra para trabalhar e de fartura. Encontrou malária, medo, violências, abandono, comunicação precária, estradas de difícil acesso, ausência de escolas, sequer postos de saúde para o atendimento em verificar pressão arterial, quiçá médicos e outras especialidades. Experimentamos na própria pele o que significa viver como invisíveis/insignificantes, sem direito às condições mínimas necessárias para uma vida digna.

Como diz Bauman (2005), esses são os "refugos humanos" que desafiam as lutas sociais, visto que são produtos de uma sociedade que se organiza por uma perspectiva mecanicista, antropogênica, movida pela lógica da exploração e concentração do capital. Esse modo de sociabilidade dificulta ou poderá vir a impedir os direitos da terra, das outras espécies e dos próprios seres humanos. No entanto, as mulheres camponesas, conforme vivenciei, historicamente demonstram extraordinária capacidade de resistência, mesmo com tantos percalços e sofrimentos que enfrentam.

Nesse contexto é importante destacar que usamos a categoria mulheres camponesas enquanto movimento, mas reconhecemos que há diferenças entre o próprio grupo de mulheres

camponeses, ou seja, não são iguais e com as mesmas capacidades, algumas desistem, outras persistem.

Poderia eu, vivendo essas experiências, não me deixar afetar na luta pela justiça social? Ainda nos anos de 1988 a 2003, voltei à região Sul do Brasil, mais precisamente para Passo Fundo, RS. Foram seis anos de vivências e aprendizados intensos que marcaram definitivamente minha opção de vida, marcada pelo retorno aos estudos na área da filosofia no período da noite e, durante o dia, atuando na função de membro da Coordenação da Articulação das Mulheres Camponesas da Região Sul (ANMTR), à época denominada de ANMTR, bem como, na organização das Mulheres da Roça do RS, aprendendo e contribuindo na organização do movimento. Foram, esses seis anos, uma "grande escola" de educação popular. Pude aprofundar estudos na linha de educação popular, a partir da academia, e pelo envolvimento com os movimentos sociais quando o estado do Rio Grande do Sul foi administrado pelo governo democrático e popular de Olívio Dutra, nos anos de 1999 a 2003. Além disso, fiz parte da coordenação do Movimento das Mulheres Camponesas do RS no período de 2000 a 2003, quando ainda se denominava Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Foi nesse nesses anos que o movimento investiu fortemente na organização de novos grupos e qualificou os trabalhos junto aos grupos de base. Para isso, investiu-se em formação popular e no fortalecimento e articulação em nível nacional, de modo a acelerar a organização para que se construísse e consolidasse o Movimento, reunindo as diferentes denominações (mulheres da roça, mulheres agricultoras, mulheres quebradeiras de coco, mulheres ribeirinhas...) em um único, o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

Na minha constituição histórica, entendo como inconcebível não sermos nós, mulheres, afetadas por tudo o que acontece com as pessoas com as quais compartilhamos inserção/interação. Nesse fazer, nos modificamos e vamos contribuindo para transformar o meio, as relações, as realidades nas quais estamos inseridas. Essas vivências encorajam a uma cumplicidade maior com a solidariedade, a partilha dos saberes, os desafios, pois são estes que nos fazem fortes, competitivas, no sentido de chegarmos juntas, de conspirar, não no jeito elitista, que trama pelas costas, mas conspirar no jeito popular, que nos faz respirar com, cheirar o mesmo respiro de vida e realizar sonhos e projetos coletivos.

Nesse contexto dos movimentos sociais, da luta das mulheres camponesas por seu reconhecimento e da própria organização é que se insere o meu desejo pela pesquisa, o coração bate mais forte e impacta o meu ser.

Foram essas experiências de vida, marcadas por aprendizados pessoais num primeiro momento e, na sequência, pelos processos de aprendizados coletivos, em busca de espaços

alternativos de formação, valorização pessoal e reconhecimento de mulher camponesa, que despertaram a curiosidade e o desejo de conhecer um pouco mais sobre o Movimento de Mulheres Camponesas, sua trajetória de saberes e fazeres na militância como pressuposto em sua formação popular na Região Serrana Catarinense. É preciso registrar, ainda, que o trabalho foi realizado com a mesma paixão que perpassa minha vida de mulher camponesa. Eu saí do campo, mas ele não saiu de mim. Esse pressuposto, acrescido das diferentes inquietações vividas do lugar de militante, me instigou a outro grande desafio: fazer o exercício do estranhamento necessário como pesquisadora junto às mulheres na organização das mulheres da qual faço parte.

A partir do exposto, se faz necessário, portanto, registrar e afirmar que nossa dissertação é o resultado de nossa trajetória de envolvimento com os movimentos sociais, consequentemente, também de nossa prática social. Aqui, o nosso envolvimento na condição de Mulher é decisivo, pois estamos no texto como mulher camponesa, dirigente, agente social e militante.

Dada a importância e significado que trazem esses elementos na vida cotidiana e na produção científica, reiteramos que o nosso trabalho confirma a indissociabilidade entre a pesquisadora e a militante. Ao ler esta dissertação, leitoras e leitores encontrarão um fazer científico que contempla as subjetividades e os fazeres militantes.

Nosso trabalho se justifica tendo em vista que, numa breve análise histórica, as mulheres, vivendo no modo de produção capitalista hegemônico, centrado na cultura patriarcal, têm sido historicamente desprezadas, esquecidas, excluídas da participação em muitos espaços, prioritariamente do espaço público. Coube-lhes garantir o espaço privado, da criação e cuidado, para servir e obedecer. Nessa perspectiva, ao homem considerado o provedor, lhe são disponibilizadas as oportunidades de diferentes participações na vida pública, referendando sua autonomia e poder de domínio.

Porém, na medida em que nosso projeto foi gradativamente se consolidando, percebemos, dentre as pesquisas e trabalhos encontrados, que há um olhar direcionado para algumas regiões específicas do estado catarinense, majoritariamente a oeste e a litorânea, nas quais o Movimento de Mulheres Camponesas existe desde a década de 1980.

Em vista dessa constatação, nossa pesquisa teve como foco principal dar visibilidade à organização do movimento e seus processos de formação e militância ocorridos na vida das camponesas em um espaço territorial (região serrana de Santa Catarina). Em nossas buscas, encontramos variados trabalhos desenvolvidos por mulheres sobre a temática das camponesas, para citar alguns: Daron (2018), Paludo (2009), Paulilo (2016), Gaspareto (2017), Mezadri,

Taborda, Gaspareto e Collet (2020). Todavia, as referidas publicações não contemplam as mulheres da serra catarinense, por essa razão, destacamos a importância da realização de pesquisas com as camponesas dessa região, possibilitando-lhes visibilidade as suas trajetórias de militantes.

Compreendemos, também como histórica a divisão sexual do trabalho, o perpetuar a cultura do patriarcado, levando a perguntas como: a que interesses atendem esses fenômenos/práticas? Se o trabalho doméstico tem a principal finalidade de garantir a continuidade da vida, desde a geração até a emancipação, por que esses envolvimentos são considerados a maior parte do tempo um "não trabalho"? Cumpre pensarmos, então, com Aebischer (1991), nos diferentes ciclos históricos, sobre o paradigma que sustenta uma estrutura de conhecimento excludente que se repete, ou seja:

> [...] desde a industrialização, o trabalho tem sido a palavra usada tanto para dizer trabalho corporal como mental, estando os teóricos e políticos interessados somente naqueles aspectos que tem a ver com formas de trabalho, posições no emprego, mobilidade social, condições de trabalho etc. (AEBISCHER, 1991, p. 167).

No contexto apontado pelo autor, a palavra trabalho era usada para definir a atividade do homem, portanto, as ações que as mulheres realizavam não eram consideradas trabalho, ou seja: "O trabalho de donas de casa, mães, criadas e assim por diante só se tornou uma questão com o feminismo" (AEBISCHER, 1991, p. 167).

Talvez as mulheres camponesas, que integram movimentos de resistência, já venham "gritando" há muito, muito tempo, querendo denunciar a exclusão social a que foram submetidas e buscando visibilidade às suas lutas por justiça social. Novamente nos perguntamos: seu grito terá tido eco? A partir de quando? Enquanto se ocupam dos afazeres no espaço privado, lhes são tolhidas as possibilidade de reflexão sobre ser mulher no mundo, bem como, lhes impedem dar-se conta de que seus fazeres são produtores de diferentes conhecimentos, de novas narrativas capazes de construir diferentes histórias.

Destas constatações, consideramos nosso trabalho relevante para a compreensão de como essas mulheres camponesas da região serrana podem vir a ser ou continuar sendo protagonistas do sistema familiar, de organização social, política e econômica. A relevância emerge, ainda, no apontar como o movimento é um espaço de formação e de um despertar da consciência das mulheres camponesas. Outrossim, considera-se que os movimentos sociais têm sido um marco forte e decisivo no processo para melhor reconhecer e valorizar os aprendizados, os conhecimentos produzidos pelas mulheres camponesas.

Como relevância social, segundo Locks (2016), a pesquisa poderá contribuir na reflexão sobre em que medida a cultura serrana marcadamente coronelista, machista interfere no empoderamento, na formação, na militância e na emancipação das mulheres camponesas.

Pretendemos compreender o papel e a importância da representatividade camponesa e feminista para que a mulher camponesa possa se perceber como um ser importante - ser gente, ser mulher -, se reconhecer e se empoderar como produtora de novas narrativas, de conhecimentos eivados pelo seu saber cotidiano e popular articulado com as lutas sociais desenvolvidas por elas mesmas, mulheres camponesas do Brasil, mas com a peculiaridade das mulheres camponesas da região serrana de Santa Catarina.

Se nos é possível caracterizar esse lugar em que vivem as mulheres do campo na serra catarinense, oriundo da concentração da terra em grandes fazendas, podemos denominá-lo de um *lugar insignificante* (grifos nossos), visto que está na gênese da própria formação desse povo, o legado em estar na sombra, invisível, que pouco ou nada consta nos aspectos social, econômico, político, de formação e cultual. Lugar isolado e invisível, que coloca e mantém as mulheres no isolamento, num viés individualista que as setoriza, favorecendo e dando sustentação a um determinismo biológico no qual o sexo é a condição para as manter na situação inferior, num sistema que perpetua a exclusão. À mulher camponesa basta o espaço privado da casa. Nesse contexto, brevemente narrado acima, colocou-se **nossa problemática de pesquisa:** Qual a importância do MMC para as mulheres do meio rural, e qual a sua contribuição para o processo de formação e de militância?

Assim, esta pesquisa teve como **objetivo geral:** compreender como as mulheres camponesas se inserem no MMC e qual sua importância para o processo de formação e de militância. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, elencamos os seguintes **objetivos específicos**: a) conhecer as principais referências teóricas sobre epistemologia feminista, os processos de formação e sua importância para as mulheres camponesas; b) caracterizar o Movimento de Mulheres no Brasil no que tange as suas principais contribuições nas lutas e conquistas e, c) identificar a importância do Movimento de Mulheres Camponesas na Serra Catarinense e sua contribuição para o processo de formação, militância e emancipação social. Esta escrita está embasada nas seguintes referências teóricas: Bell Hooks (2017), Margarete Rago (1996), Joan Scott (1995), Heleieth Saffioti (2015), Ivone Gebara (2010), Catiane Cinelli e Marlene Ribeiro (2016), Pedro e Pinsky (2012), Conceição Paludo (2009), Ketezer (2017), Mareli Graupe (2014), Maria Ignez Paulilo (2016), Donna Haraway (1995) entre outras.

Para a elaboração desta dissertação, utilizamos a metodologia qualitativa. A pesquisa de campo foi desenvolvida de acordo com o método de entrevista focalizada segundo FLIK (2009,

p. 291). O método da entrevista focalizada permite fazer uma análise de conteúdo textual, captando os pontos de vista subjetivos colhidos nas entrevistas. Ao mesmo tempo, de acordo com Flick (2009), na pesquisa qualitativa, a teoria e o método devem estar adequados e a pesquisadora deve estar atenta à perspectiva das participantes, com foco em seus conhecimentos cotidianos a partir das práticas do dia a dia. As entrevistas foram realizadas com cinco mulheres camponesas que fazem parte da organização do Movimento de Mulheres Camponesas oriundas de cinco municípios da região serrana.

São mulheres que nasceram no meio rural, cresceram nesse espaço, aprenderam em casa, na roça e na comunidade um jeito que tem características próprias do ser mulher camponesa. Elas fazem parte do contingente das que se deixaram tocar pelos convites e instigações feitos pela Igreja, de modo particular pelas Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial que atuavam na região, inserindo-se em algumas pastorais sociais por conta do trabalho pastoral focado na teologia da libertação, como a pastoral da Saúde e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na região, merece destaque o Centro Vianey de Educação Popular que, na época, junto com sindicatos combativos, ajudou a suscitar a assim chamada organização das mulheres agricultoras. Essas mulheres exerciam liderança nas pastorais e, com sua inserção e participação nas formações oferecidas no campo social, logo foram se destacando e assumindo liderança também na própria organização de mulheres.

Nossa pesquisa contempla mulheres pioneiras e persistentes ainda hoje no exercício de liderança ligado ao campo eclesial, sindical, popular e político nos seguintes municípios: Lages, São José do Cerrito, Anita Garibaldi, Curitibanos e São Joaquim. Neste espaço de tempo, entre entrevistas na região e produção da dissertação, esta pesquisadora tem participado de algumas atividades realizadas pelo Movimento.

Os dados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo segundo Mayring (2009). Foram elencadas as seguintes categorias analíticas: mulheres camponesas, formação/educação, gênero, militância, patriarcado, conquistas[1].

A dissertação está organizada em quatro seções: a primeira é composta pela apresentação introdutória da pesquisa, descrevendo o caminho percorrido, a problemática, os objetivos, a relevância da pesquisa e as sessões que compõem esta investigação.

Na segunda seção, é abordada a teoria do patriarcado enquanto sistema social e político, antifeminista, que garante a supremacia e domínio masculino. Discutimos, ainda, sobre movimentos sociais, buscando compreender sua importância e papel na história, bem como, sua

[1] Lembramos ao/à leitor/leitora que iremos abordar com mais detalhes a metodologia da coleta de dados e da análise das entrevistas na última sessão, segundo as categorias de Mayring (2009).

relevância nas histórias de organização de lutas das camponesas. Pensamos, portanto, o feminismo enquanto categoria de análise histórica, cuja epistemologia é capaz de instigar outras reflexões, outros modos de conhecer, outra cultura, visando os direitos equitativos, e facilitadora de justiça social.

Na terceira seção, apresentamos o MMC, com sua organização compreendida como um espaço educativo e de emancipação feminina, percebendo seus principais desafios e conquistas. As autoras Gaspareto (2017), Conte, Martins e Daron (2009) e Paludo (2009) nos auxiliam na compreensão da história do MMC. Nesse processo, percebemos, ainda, como as mulheres foram excluídas dos espaços de representatividade e participação, onde e como galgaram sua inclusão, tomando posição na luta pela educação, formação e justiça social. As mulheres se articulam com outras companheiras nos processos organizativos. Ainda nessa seção, apresentamos uma descrição dos principais e diferentes grupos organizados de mulheres trabalhadoras do campo no período de 1970 a 1980. Consta, nessa sessão, também, a representação e contribuição do Movimento da Mulheres Camponesas em nível internacional.

A quarta seção elenca as principais lutas das mulheres camponesas na Serra Catarinense, seus sonhos, desafios e conquistas. O Movimento de Mulheres Camponesas nessa região foi constituído no ano de 1985, com abrangência inicial nos municípios de São José do Cerrito, São Joaquim e Lages. Todavia, à medida que a organização foi crescendo, chegou, também, aos municípios de Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Painel, Curitibanos, Correia Pinto, Frei Rogério, Ponte Alta do Sul e Otacílio Costa.

Finalizamos com as considerações finais, com destaque para os aspectos relevantes encontrados nesta investigação.

2 PATRIARCADO E FEMINISMOS

Nesta sessão, apresentamos uma abordagem conceitual do patriarcado e feminismos, com foco em autoras mulheres na perspectiva de valorizar a ciência produzida pelas pessoas do gênero feminino que, historicamente, foram excluídas da história dita "oficial". Essa compreensão se constitui na base fundamental para aprofundarmos os objetivos propostos, ou seja, valorizar os conhecimentos produzidos por mulheres camponesas.

Na subseção 2.1, abordamos o patriarcado, sua origem e o desenvolvimento da cultura patriarcal. As principais autoras que embasam essa subseção são: bell hooks[2] (2018, 2019), Heleieth Saffioti (2015) e Margareth Rago (1996).

Buscamos compreender gênero como uma categoria de análise do feminismo na perspectiva de uma categoria em permanente construção e desconstrução, e perceber que há, nesse fazer histórico, diferentes vieses, o que nos remete a um olhar aguçado para podermos compreender conceitos mais abrangentes que envolvem a questão da cultura no que tange aos processos de formação escolar, popular e feminista.

2.1 CONCEITUANDO PATRIARCADO

Segundo o Dicionário Aurélio (2019), a origem do patriarcado tem seus alicerces na compreensão e*m–patér* como pai e *arkhé* como poder, dando, portanto, o poder ao pai, o progenitor. A partir dessa constatação, dialogamos com hooks (2017), quando esta define ser o patriarcado um sistema político-social com características assimétricas, de domínio cultural hierárquico.

A autora negra norte-americana bell hooks nos ensina que é necessário questionar o patriarcado e, também, a construção hegemônica de um feminismo a partir de mulheres e homens de cor branca, com situação econômica confortável, uma vez que foi ela uma vítima de sexismo, da segregação racial e de discriminação de classe social. Sem privilégios para esse segmento, mantêm-se violências e exclusão de maiorias negras empobrecidas. Compreendemos ser, por isso mesmo, necessária outra prática política que venha a desconstruir os movimentos hegemônicos, provocando novas epistemologias num processo educativo, com a tomada de

[2] Escrevemos, nesta dissertação, o nome dessa autora em minúsculo, pois a escolha pela letra minúscula foi uma opção da própria bell hooks para destacar mais o conteúdo de suas obras e menos a sua pessoa. A autora escolheu o pseudônimo "bell hooks" em função da sua bisavó materna, que se chamava Bell Blair Hooks. O seu nome é Gloria Jean Watkins (HOOKS, 2019).

consciência e problematização do sexismo predominante, do patriarcado, que mantém um poder no qual as relações são assimétricas, com supremacia branca e masculina.

A autora brasileira Heleieth Iara Bongiovani Safiotti caracteriza o patriarcado como um sistema que está impregnado nas relações pessoais, mas que vai muito além delas, pois perpassa toda a sociedade civil e o Estado, portanto, todas as vidas e suas respectivas relações. O patriarcado é maléfico para a vida das pessoas porque as afeta em sua interioridade, uma vez que está imbricado nas relações que se estabelecem, assegurando, sempre, a superioridade vantajosa aos homens, e mais ainda aos homens brancos. Como constata Saffioti (2015, p. 33): "Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua vantagem. Caso seja rico encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência heterossexual". É um poder em que as questões racial e social são determinantes na manutenção dos privilégios do macho.

Podemos, a partir dessas constatações, compreender, ainda, que há uma estreita consonância entre ideologia e cultura patriarcal, uma sustenta e ajuda na perpetuação da outra. Fato é que somos seres humanos com diferentes ideologias ancoradas no capitalismo que opera com hierarquias de poder, de superioridade de uns em detrimento de outros seres, não só dos humanos, mas de todos os seres do planeta.

Considerando a histórica superioridade do patriarcado enquanto conceito e prática cotidiana, Safiotti nos provoca a uma incursão mais profunda, na raiz, tecendo a seguinte questão: por que ainda hoje o nome patriarcado se mantém? Porque ele é quem garante a narrativa da superioridade aplicando-se em poder sobre as mulheres. Ou seja:

> Não se trata de uma relação privada, mas civil. Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições. [...] configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade. Tem uma base material, corporifica-se, representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

A autora nos convida e desafia, ainda, a repensar as relações de poder outorgadas por uma ideologia sexista que atribui qualidades positivas aos homens e negativas às mulheres. Estas, condicionadas historicamente na compreensão da normatividade, acabam por aceitar, tanto que "[...] poucas mulheres questionam sua inferioridade social" (SAFFIOTI, 2015, p. 37). Embora tanto as mulheres quanto os homens sejam afetados com essa prática, as mulheres arcam com uma sobrecarga maior no sentido de impedimento a certas atividades, como exercer o poder e o uso da razão. Elas, nesse paradigma, são educadas para o exercício, o que as deixa "dóceis, meigas, amáveis, chorosas". Enquanto os homens são estimulados desde cedo a

desenvolverem qualidades, com práticas que lhes exijam “coragem, força, rudeza, virilidade”, acarretando, dessa forma, no desequilíbrio das relações sociais entre os gêneros. Mas novamente Safiotti nos lembra que há possibilidade de mudança, desde que se busque estabelecer o equilíbrio entre as duas dimensões interiores do ser humano, *a anima e animus* (SAFFIOTI, 2015). Ainda, ressalta que:

> Segundo Jung (1992), tanto homens quanto mulheres são dotados de animus e anima, sendo que o primeiro o princípio masculino e a segunda o princípio feminino. O ideal seria que ambos fossem igualmente desenvolvidos, pois isto resultaria em seres humanos bem equilibrados (JUNG, 1992 apud SAFFIOTI, 2015, p. 38-39).

Possivelmente fazer esse processo buscando se conhecer e reconhecer melhor, enquanto mulheres e homens, e como sujeitos sociais, requer coragem, primeiro, em admitir a existência da construção histórica e sociológica das pessoas neste novo olhar a respeito da vida. Junto a isso, em segundo lugar, será necessária a dedicação, buscar ajuda de profissionais da área, investimentos para ressignificar, polir, lapidar as relações que mantém o referido desequilíbrio, uma vez que ele traz maior desvantagens às mulheres. De acordo com Safiotti, “[...] as mulheres são ‘amputadas’ sobretudo no desenvolvimento e uso da razão, e no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 37, grifo da autora). É desse modo de proceder que o homem/macho acaba por se beneficiar, porquanto isso sustenta as desigualdades assimétricas/antagônicas no universo privado e no público.

Todavia, é salutar dizer que também há outros processos em curso, nos quais as mulheres apontam outras narrativas e perspectivas. Gradativamente, as mulheres, na medida em que se organizam, podem fazer um outro caminho integrativo e insurgente, reivindicando o próprio reconhecimento e valorização, ao mesmo tempo em que passam a acreditar em seus potenciais, em suas diferentes capacidades, rompendo com o rótulo da “amputação” fundada na ideologia sexista de ser frágil, de ter intuição e não reflexão, de ser feita para a maternidade. Isso as leva a descobrir e se reconstruir como possuidoras de coragem, força, capacidade intuitiva, reflexiva e a protagonizar transformações pessoais e sociais. Em contrapartida, o homem/macho permanece aprisionado na ideologia do “homem não chora”, homem é corajoso, tem força, e isso dá sustentabilidade ao que Saffioti (2015) chama de núcleo central do desequilíbrio instalado a partir do atrofiamento do *animus* na mulher, e no pouco desenvolvimento da *anima* no homem que confere poder na dimensão política aos homens.

Poderá isso mudar, ser diferente um dia? Pensamos num crescente processo de formação e de lutas organizadas que perpassem todos os segmentos, todas as diferentes categorias.

Obviamente que esse processo irá exigir grandes discussões, conflitos, superações e ousadia, pois entendemos que, a partir disso, as mulheres poderão, sim, ampliar e qualificar a autoconfiança, engendrando, a partir da peculiaridade do seu poder feminista, pessoas que se fazem sujeitos da própria vida e história. Continuar insistindo e investindo na esperança resistente, num esperançar de que as mulheres, os homens e a sociedade como um todo poderão experimentar um novo tempo.

Uma nova configuração social poderá ser um dos desafios mais pertinentes aos movimentos de mulheres para que o patriarcado vá sendo superado, e as mulheres, inspiradas quiçá no matriarcado, reconstruam um sistema feminista, na contemporaneidade, saindo à frente na perspectiva inclusiva de mulheres e homens para uma possível superação do patriarcado. Como refere Saffioti: "O patriarcado, quando se trata da coletividade, apoia-se nesse desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual de animus e de anima e, simultaneamente, o reproduz" (SAFFIOTI, 2015, p. 39). Se desconstruirmos a narrativa do patriarcado a partir de sua raiz histórica, talvez tenhamos uma reviravolta e cesse sua reprodução histórica.

Fazer e contar história é um processo contínuo capaz de desenvolver forma e dar sentido aos seres humanos e suas relações. Fazer história requer trazer consigo elementos da singularidade, mas também da pluralidade, conforme proposto por Michelle Perrot (2012). Isso permite interações no espaço privado, mas exige interações no espaço público. Se pensamos nos espaços públicos como lugares de possibilidade em almejar liberdade, eles poderão, ainda, ensejar a construção de uma liberdade que, embora todas as interferências, demarque uma liberdade de participação pública.

Ainda segundo Perrot (2012), a busca pelo conhecimento histórico e seus processos nos remete à pergunta do porquê e a um olhar mais apurado e alargado no que tange à importância e validade de as mulheres serem autoras da própria história e, com isso, serem construtoras também de uma ciência na perspectiva da desconstrução de um saber centrado num modelo clássico de ciência, que por vezes as ignora, para a reconstrução de um outro modelo no qual elas sejam incluídas. Se a neutralidade não se coaduna com as ciências críticas, podemos, de imediato, levantar suspeitas em torno do fazer científico marcadamente recortado por interesses de poder centrado na vertente patriarcal e, na contemporaneidade, por uma visão mercadológica com as características de uma ciência, segundo Castro (2020)[3], objetiva, neutra e universal para uma ciência menos objetiva, menos neutra, menos universal e menos androcêntrica. Pensamos

[3] CASTRO, Joana. **Conferencia Magistral "Epistemologia e Investigacion Feminista".** Disponível em: <https://be/OFjV9lrWRSO>. Acesso em: 09 set. 2020).

que, nesse viés, há possibilidade de firmar um modo de fazer ciência que seja autocrítica e considere o humano, o feminista, com seus valores e sentimentos, como componente científico.

De acordo com bell hooks (2019), em sua obra "O feminismo é para todo mundo", o patriarcado é um sistema de domínio violento, assustador e terrorista que se impõe pela cultura, e quando essa não dá conta, faz uso também da força, sendo que a autora prefere "[...] o conceito de 'violência patriarcal', ao invés de 'violência doméstica'" (HOOKS, 2019, p. 95, grifos da autora).

Essa perspectiva apresentada por hooks (2019) objetiva superar o sexismo, que normalmente põe o homem como principal inimigo da mulher feminista, quando o vilão é o sexismo patriarcal, que oprime, exclui e violenta as mulheres historicamente. A autora observa que "[...] os homens não são o problema principal, mas sim o sexismo, o patriarcado e as relações assimétricas de poder, da supremacia branca heteronormativa binária (feminino/masculino)" (COSTA, 2018, p. 190).

Nessa mesma perspectiva, Rente aponta que:

> O patriarcado é um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos que são considerados fracos, especialmente as mulheres, e dotados do direito de dominar e governar sobre os fracos, e de manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico e violência (HOOKS, 2017, p. 1).

Alguns estudos sinalizam que o espaço doméstico foi, desde os primórdios tempos, delineado como o espaço da privação. Nele ficavam as mulheres, no seu pequeno reduto, em sua grande maioria tratadas como seres de segunda categoria, quase sem voz ou vez. Sendo assim, o modo de tratamento era mais para objeto do que para ser humano. Com isso, a elas cabia obedecer e se submeter aos desejos do "macho". Segundo Saffioti (2015), para uma melhor compreensão do conceito, retomamos, a partir das autoras feministas, a busca por melhorar nossa compreensão deste fazer histórico.

Uma melhor observação em torno do contrato social, sexual, permitiu perceber que foi este que oportunizou aos homens a sua liberdade em decidir sobre a vida das mulheres, agora com o aval e garantias do Estado. Segundo Safiotti (2015, p. 51) há, no patriarcado, um elemento nuclear decisivo na manutenção do domínio masculino sobre as mulheres. Esse elemento, "[...] reside exatamente no controle da sexualidade feminina". Por isso, no dizer empírico das mulheres, este domínio sexual, é considerado 'normal', porque hierarquizado, assim, as mulheres somente devem servir o homem sexualmente quando este quiser.

Saffioti (2015), ao dizer que no contrato sexual tem-se, também, alcance social, e isso se configura um pacto patriarcal no qual as mulheres são apenas o objeto dele (do homem), sequer há alguma participação dela (da mulher). Nesse contexto, o patriarcado é preservado e propagado. O contrato é objeto de duras críticas por parte das feministas que buscam desconstituir o patriarcado. “O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno” (PATEMAN, 1993, p.16, grifo da autora).

Esse recorte em relação ao contrato social nos ajuda substancialmente a compreender quão assimétricas e hierárquicas são as relações patriarcais. No dizer de Saffioti (2015, p. 57), “[..] sua estrutura de poder, contamina toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o estado”. O patriarcado se constituiu na história como um poder entrelaçado nas duas esferas: privada/pessoal e pública/política.

Confirma-se, com isso, que ainda não estamos em tempo de abdicar da luta por pensar, compreender, problematizar, tecer as necessárias críticas ao patriarcado, porque, como somos ainda regidas por categorias patriarcais de pensamento, é urgente manter o conceito, sem escamotear. Na complexa sociedade contemporânea, ainda prevalece a lei do pai. Sutilmente, o patriarca agora cede lugar aos filhos, e não à mulher. A relação de domínio não muda, a mulher continua fora do direito de decidir, inclusive sobre seu próprio corpo. Como afirma novamente Saffioti (2015, p. 59), “[...] o patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual”. Essa questão é que dá fundamentação histórica à dimensão cultural de domínio do homem, por ser considerado fisicamente mais forte, garantindo para si poder sobre o que considera mais frágil, seja a mulher, sejam outros seres. Porém, de imediato, esse modo de teorizar e exercer o poder nos instiga a pensar: Será, neste caso, a mulher o ser mais frágil e, portanto, possível de ser mantida invisibilizada, dificultando-se sua participação em processos de educação/formação e inserção na militância? No decorrer do trabalho, amparadas pela pesquisa empírica, buscamos alargar essa compreensão na perspectiva de confirmá-la ou apontar desdobramentos possíveis.

Assim sendo, as teóricas feministas preferem manter o termo patriarcado em suas análises pela constatação de que o patriarcado ainda está latente, amparado pela organização da sociedade civil em que “[...] não se trata de uma relação privada, mas civil” (SAFFIOTI, 2015, p. 60). E nessa relação, segundo a autora, o perfil dominante continua ao extremo quando assegura aos homens todo o controle dos corpos femininos pelo domínio sexual, ao conceder sua primazia quando “[...] dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições”.

Segundo hooks (2019), o patriarcado é um sistema cultural que mantém relações sexistas, racistas, homofóbicas, assim, permite o sustento de todas as formas de violência. Para a autora, uma educação feminista para todas as pessoas poderá ser alternativa viável na transformação dessas relações de poder e domínio. O patriarcado pauta-se por uma prática violenta porque estabelece um estreito vínculo entre a dominação masculina e o sexismo[4].

Considerando essas afirmativas, podemos perceber uma breve demonstração de que nossa pesquisa pode aportar elementos importantes para a análise dos dados no que tange às vidas e lutas invisíveis das mulheres camponesas da Região Serrana/SC.

Estes elementos perpassam as relações familiares, da comunidade eclesial e das demais organizações sociais de que participam, imbricadas que estão com o fazer justiça social no contexto de uma cultura regional eivada no machismo patriarcal, coronelista, machista, oriundo da grande fazenda. Quiçá, possamos indicar se há processos de mudanças e como estes se realizam no contexto sob o indicativo de rupturas dos padrões de dominação, conquista e posse, incidindo em mudanças da realidade local e regional.

Das considerações feitas aqui, nos cabe reiterar que o patriarcado, ainda hoje, no século XXI, continua vivo, forte e atuante. Nele estão alicerçadas as imagens que a sociedade constrói, e mantém, a respeito do ser mulher e ser homem, confirmando a pertinente questão de gênero. Compreendendo gênero como categoria de análise, nosso foco está num feminismo que rejeita o patriarcado pela sua gênese dominadora, mas que, ao mesmo tempo, busca recuperar a contribuição ancestral das mulheres em suas diferenciadas relações construídas a partir do matriarcado como um outro jeito indicativo de mudança cultural e social.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma das principais características dos movimentos sociais são as ações em torno de objetivos comuns, visando construir e aglutinar sujeitos sociais em determinada sociedade, em seus contextos específicos, demarcando espaço em alguma luta específica em prol de questões de envolvam esses movimentos e os sujeitos pelos quais travam suas batalhas. As trabalhadoras e trabalhadores da cidade e do campo, o povo oprimido já construíram e mantêm uma tradição de resistência e de lutas frente às situações de opressão que lhes advém, por isso, empenham-

[4] A partir da diferença sexual concebida pelo modo patriarcal capitalista de ser e agir, essa diferença se sustenta por mecanismos impositivos antidemocráticos e nos instiga a permanentemente atentar para uma outra perspectiva de processos educativos, ajudando a consolidar uma educação não violenta, a começar pela infância, uma educação feminista, inclusiva e libertadora. (grifos da autora)

se em inserir mais pessoas para que as ações coletivas possam soltar o grito e movimentar-se na conquista dos direitos para sua classe social.

Na luta por objetivos comuns, com ações sociais coletivas, os movimentos sociais aglutinam sujeitos sociais. Estes desenvolvem capacidade e poder contestatório, ou nas palavras de Maria do Socorro Xavier Batista (2010, p. 170), “Eles contestam os poderes da ordem instituída, e instituem novas lógicas e racionalidades políticas e sociais”.

No mundo, foi no pós-Guerra Fria (1945 até 1991), na década de 1980, com todas as mazelas deixadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que os movimentos sociais surgiram para defender os direitos das classes em situação de exclusão social, travando lutas reivindicatórias contra o sistema social que as segrega, apontando, assim, uma mudança social na perspectiva da democracia.

Surge uma diversidade de movimentos, com suas pautas e ações específicas, por essa razão, as formas de organização também são diversificadas. Como nossa pesquisa tem o foco nas mulheres, sublinhamos, dentre os diversos movimentos, os movimentos de mulheres que se insurgem reivindicando direitos, garantindo a participação na cidadania política, o tratamento igualitário entre os gêneros e a liberdade sexual. Também entram no cenário as lutas antirracistas, a luta pela terra e o enfrentamento à lesbofobia, à transfobia e à homofobia.

Ao longo da formação brasileira, a estrutura política, econômica e social deixa a descoberto um amplo espaço marcado pela ausência de direitos, necessidade sociais, sedimentando as desigualdades existentes. Esses grupos sociais despossuídos de direitos, na medida em que têm percepção mais clara da situação de marginalização e abandono a que o Estado lhes deixou, despertam para ocupar espaços, para se organizar em suas categorias sociais, visando a justa reivindicação dos direitos negados. A partir da organização, vão se empoderando, rompendo com as estruturas engessadas e desrespeitosas com as diversidades, firmando a lutas pela cidadania na cidade e no campo. Nas palavras de Batista:

> De uma cidadania, processual, que se empenha em afirmar e garantir direitos humanos, sociais, trabalhistas, em exigir respeito às diferenças, às diversidades culturais, raciais e étnicas, de preferência sexual. Reivindicam trabalho, terra, água, qualidade de vida (BATISTA, 2010, p. 170).

No bojo desses movimentos se insere o Movimento de Mulheres Camponesas, porque, mesmo sendo uma organização autônoma de mulheres do campo, com seu jeito próprio de ser e bandeiras específicas de luta, ela não é uma ilha, e nem o poderia ser. Como movimento, aprende “fazer fazendo”, aprende a organizar-se se organizando, e a fazer agindo, faz seu

processo evolutivo com a singularidade de mulher camponesa e se insere no contexto maior de movimentos sociais. Nessa perspectiva, fazemos nossa abordagem buscando a origem dos movimentos no Brasil. Esses são, também, fruto de disputas de espaços, de peculiaridades e lutas que demarcam inevitavelmente o campo da educação. A busca por um modo de vida que possibilite viver de acordo com seu jeito próprio de conceber a vida marca a história do ser humano.

Compreendemos que a liberdade, antes de ser uma prerrogativa individual, é, por natureza, construção ética e coletiva. Essa prerrogativa caracteriza, pois, uma realidade a ser construída sempre como direito a ser conquistado, em que o coletivo deve prevalecer.

Os movimentos sociais, e as mulheres, têm pautado em suas agendas esse "movimento" de luta, apreendendo e reaprendendo, segundo Cinelli e Ribeiro (2016, p. 25): a "Afirmar que a casa de todos é construção de todos, não é tão somente libertar cada um de obedecer a ordem de outrem: é também declarar que não haverá casa de todos se todos não a construírem". Essas afirmativas propõem, instigam e fortalecem a luta por sociedades democráticas.

Em uma sociedade globalizada, com concepção de mercado como o "deus" que tudo pode e tudo resolve, tanto a educação quanto os movimentos sociais são vistos como não produtores de conhecimento e de capital social, nem econômico. Para Jesiene e Almeida (2010, p. 7): "A divisão do trabalho na sociedade capitalista produz um resultado perverso, pois a separação da atividade intelectual - manual em práticas (des)conexas efetiva uma produção científica e cultural que se desenvolve em frações a parte do setor produtivo".

Como consequência dessa prática, as forças produtivas da cidade e do campo vão descobrindo mecanismos de resistência e propondo alternativas visando sua inclusão e reconhecimento. Aprendem que as instituições públicas não lhes cabem, desse modo, pela educação no meio popular, abrem espaços de organização participativa, engendrando os movimentos sociais. Conforme entendem Jesine e Almeida (2010, p. 9), "[...] a educação está engendrada nos movimentos sociais, e no seio da sociedade civil, por meio da cultura popular". É preciso compreender as relações e os próprios movimentos internos e externos por eles construídos para perceber que não são apenas de bonitas ideias que vivem os movimentos sociais, que os instigam à organização, mas, sim, o seu fazer cotidiano, com todas as suas vicissitudes. Em contrapartida, o Estado, por longo período, os manteve quase que "invisíveis/insignificantes". Porém, os anos 1970 e 1980 foram marcados por debates teóricos sobre movimentos sociais do campo e urbanos que contribuíram para o desenvolvimento de ações coletivas direcionadas à proposição de mudanças no tecido social. Os movimentos sociais

trazem em seu bojo a perspectiva de galgar autonomia sem perder a dimensão coletiva ao agir nos processos históricos.

Não podemos confundir, no entanto, organizações sociais com movimentos sociais. Estes diferem-se das organizações porque não assumem a institucionalidade, embora, muitas vezes, ajam em parceria com as organizações. Há uma diversidade de movimentos sociais espalhados pelo Brasil e sua identidade mostra-se pela capacidade de articulação e proposição de mudanças capazes de articular conteúdos, os mais diversos, que vão desde questões políticas, ambientais, de gênero, culturais, etnia, de justiça social, religiosas, de trabalho, quando na cidade, preços, subsídios, dentre outros, quando no campo.

Podemos entender, ainda, os movimentos sociais como construtores de significados e simbologias capazes de dar outros valores às coisas, às pessoas e ao mundo, sinalizando outros horizontes de vida e novas culturas. Os movimentos sociais têm corpo social, desse modo:

> Pode-se apreender que os movimentos sociais não são apenas reativos, movidos por opressão, eles surgem a partir da reflexão de atores ou grupos sociais, sobre sua própria experiência de vida: isto é, movimentos sociais são, necessariamente, movimentos de intepretação do mundo (MEIRELLES, MOCELIN; RAIZER, 2015, p. 19).

Discutir acerca dos movimentos sociais é um tema instigante, pois nos permite uma inserção na realidade prática do seu agir, com seus projetos, estratégias e fenômenos sociais, configurando caminhos de resistência e autonomia. Falam de si, de suas relações, de seu modo de conhecer e interpretar os contextos sociais da história que se faz, no encalço de sua independência e liberdade, vinculados em suas demandas e mobilizações.

Como aponta Gohn, foi nos anos 1990 que o Brasil acelerou o processo referente aos movimentos sociais no que tange aos "discursos" ou "práticas", que vinham desde os anos 1980, com o processo de redemocratização do país, assim: "Houve um retorno ao atendimento da população a partir dos critérios da idade, gênero ou etnia" (GOHN, 2010, p. 33). Nesse sentido, os movimentos sociais, com seu caráter pedagógico e de participação cidadã, perfazem uma história capaz de modificar o sentido, a compreensão de educação e o avanço nas conquistas sociais. Nas palavras de Jesiene e Almeida (2010, p. 13), "[...] os movimentos sociais se constituem como um dos principais protagonistas das conquistas e ampliação de direitos".

Nesse processo, enquanto avançam na conquista de direitos, os movimentos sociais se apropriam da autoestima, reconhecem sua parcela de deveres e isso é um motivo para conflitar com o próprio Estado, porque, agora, o serviço público precisa operar com pessoas organizadas, como uma sociedade civil que, na conquista da cidadania, requer atenção mais especializada,

com as especificidades para cada categoria, e vão exigir do Estado novos pactos políticos a fim de que este cumpra seu papel de gestor da coisa pública, uma vez que o poder passa para a sociedade civil. Segundo Gohn, "[...] o poder está na sociedade civil, não no estado. O estado é instrumento" (2010, p. 34).

Como toda organização social, os movimentos sociais, no Brasil, também passam por crises, com avanços e recuos. A partir dos primeiros anos da década de 1990, um novo cenário passa a fazer parte da organização social e a sociedade civil passa a atuar com as reivindicações das suas demandas sociais, para além dos espaços do Estado. Muda a relação, na qual o Estado não mais é visto como o tutor e o cidadão como consumidor de serviços públicos. Ao sair do período da ditadura, os movimentos sociais colocam uma nova dinâmica, exigindo a democratização do estado liberal, com suas políticas liberais. Não faltaram críticas, e houve até quem considerou os movimentos sociais desnecessários, junto com a educação popular e o trabalho de base, uma vez que a ditadura militar havia sido superada. De acordo com a análise de Gohn, "[...] a educação popular e o trabalho de base [...] passaram a receber críticas, como sendo algo também já superado" (2010, p. 35).

Devido a esse contexto, ao contrário, os movimentos sociais precisaram se reorganizar, reestruturar, renovar-se em suas pautas para dar conta da nova dinâmica provocada pela crise gerada no entremeio pós ditadura e buscar a construção da democracia. Assim, uma luta e um aprendizado foram pautar o caminho de canais de articulação em rede, entre campo e cidade, capazes de absorver e canalizar as demandas surgidas. "Esse novo cenário, gerou a necessidade de articulação, e a maioria dos movimentos, rurais ou urbanos, passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas, como o Grito dos Excluídos, por exemplo" (GOHN, 2010, p. 36).

Criaram-se, com isso, novas relações e novos movimentos sociais. Alguns exemplos são o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Confederação das Favelas (CUFA) e os Movimentos Ambientalistas, que têm sua origem e se desenvolvem na cotidianidade[5] para, a partir do cotidiano, interagir com a sociedade. Por vezes, vão fazendo emergir compartilhamentos, ou trazendo contestações a partir de reflexões, valores, comportamentos e princípios de vida.

[5] Segundo a etimologia, cotidianidade é um substantivo feminino, cuja característica principal é revelar a qualidade daquilo que faz parte do cotidiano. (Dicionário online, 2021). Também nos referenciamos na Revista Perspectivas da UNESP, na qual Maria Helena Souza Patto, ao analisar o conceito de Cotidianidade segundo Agnes Heller, o define como um aspecto da vida social, menosprezado pela filosofia e pelas ciências sociais, mas que ao ser ressignificado compreende a vida cotidiana de todo ser humano, é, pois, a vida do indivíduo, e o indivíduo é sempre um ser genérico e particular situado (PATTO, v. 16, 1993).

Os movimentos sociais se movem e se transformam com maior ou menor desenvoltura, pertinência e objetividade de acordo com a conjuntura, ou, como ressalta Lusa (2011, p. 121): "As formas de se relacionar diferem de período para período, tendo em vista o desenvolvimento das forças econômicas políticas, sociais e culturais". Pela dinâmica de atuação, são os movimentos agentes de transformação social deixando marcas diferentes de atuação, mais arrojado ou brando, dependendo da demanda reivindicada.

Nesse sentido, no intuito de melhor compreensão da categoria cotidiano, dialogamos também com Paulo Neto e Carvalho (2012). Segundo os autores, a vida cotidiana é tecida por diferentes matizes, é multifacetária, portanto, possível de surpresas que podem ocasionar mudanças, independente de juízo de valor. Indicam a necessidade de permanente investigação acerca da "ambiguidade, complexidade e contraditoriedade" da vida cotidiana (NETO; CARVALHO, 2012, p. 14). O ser humano, no jogo da vida, é afetado todos os dias pelo cotidiano, em qualquer período histórico. Segundo os autores:

> Não existe vida humana sem o cotidiano e cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas da vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas relações sociais, lazer, etc... O cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem. (PAULO NETO; CARVALHO, 2012, p. 24).

Por essa perspectiva de cotidianidade, podemos aferir, ainda, que, ao agir, o cotidiano permite imprimir ritmos, vivências, experiências diversificadas, como é característico do próprio viver, por isso percebemos que é na esfera do concreto que a funcionalidade do cotidiano se expressa. Desse modo, as relações, as ações da vida cotidiana expressam as concepções que as pessoas têm em relação à concretude diversificada da vida. Segundo Paulo Neto e Carvalho (2012, p. 25), "[...] a vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica". Percebemos que nessa interação, por vezes, o cotidiano pode aportar para um modo heterogêneo no estabelecer das relações simétricas quando rompe com a hierarquização construída que mantém as relações assimétricas quando permeado por uma hierarquia cultural. Porém, mutável, segundo cada etapa de vida pessoal, e de cada período histórico.

Diante disso, uma pergunta que nos instiga é: quem somos no cotidiano da vida? Compreendemos que somos seres com possibilidades, pessoas genéricas e singulares, capazes de organizar nossa vida no dia a dia e estabelecer relações de cultura, gênero e classe? Essas questões, por sua vez, permitem pensar outras possibilidades, como participação coletiva, e junto a elas, processar mudanças singulares por meio da construção de saberes diferenciados, pela individualidade e a multiplicidade presentes em construções de sujeitos com relações

sociais e culturais. Conforme ressaltam Paulo Neto e Carvalho (2012, p. 29), "[...] a vida cotidiana, portanto, se insere na história, se modifica e modifica as relações sociais".

Assim, no desenvolver das relações sociais, as pessoas poderão construir novas relações, novas condições de interferir, modificando o espaço cotidiano, como também, o meio popular e o acadêmico/científico. São mudanças que se efetivam permeadas por conflitos, disputas e lutas permanentes, mas apontam um horizonte inclusivo, de respeito às diferenças.

Quando as mudanças se realizam nessa perspectiva, e quando aumenta a descredibilidade, a crise na atuação do Estado e seu governo, aliada ao crescimento da instabilidade econômica, podem se acirrar os confrontos, visto que a principal bandeira dos movimentos é a defesa da participação democrática, dos direitos humanos e da cidadania alicerçados em suas práticas cotidianas. Contudo, os próprios movimentos não estão imunes a crises. Eles podem ser atingidos, e o são, por isso necessitam de reorganização, de novas parcerias. Como aponta Gohn (2010, p. 36), "[...] a crise expressava novos arranjos, na busca de renovação, de adaptação à nova conjuntura, e às mudanças no mundo do trabalho, de reposicionamento frente à novas políticas públicas". Essas mudanças ocorridas no processo urgiram ser necessário ir além da reivindicação. Esse contexto nos leva a refletir sobre algumas questões: como os movimentos sociais podem superar a esfera da reivindicação para a esfera da proposição? Redefinir e ressignificar as estratégias de formação e lutas, superando o isolamento ou a prática do agir, por si só, vai colocar os movimentos sem 'movimento' ainda maior a fim de atuar em rede?

Aqui entra em cena a participação nos conselhos de direitos, contribuindo na discussão, formulação, deliberação e execução de políticas públicas. Continuam os desafios também na formação técnica e política de seus militantes, visto que, na maioria deles, a base de sua formação vem da década de 1980-1990, proveniente "[...] da igreja católica em seus quadros originários da Teologia da Libertação" (LUSA, 2011, p. 124).

Nessa perspectiva, percebemos que os movimentos sociais reconfiguram seus processos, aprendem a melhor valorizar a democracia interna, com destaque à juventude e às mulheres, possibilitando interferência propositiva mais direta nos espaços públicos de direito, pois trazem, em seus processos formativos, o papel crítico e propositivo para os espaços de controle social, reforçando o conceito de cidadania.

O final da década de 1990 demarca o fim de mais um ciclo, e o novo milênio tem sido de mudanças nada animadoras para os movimentos sociais, da cidade e do campo, visto que o capitalismo neoliberal acentua o desemprego, a concentração dos bens e a precarização dos serviços. Na área sociopolítica, registra-se o aumento das demandas sociais que irão impactar

na atuação dos movimentos sociais. Destas, trazemos, segundo Gohn (2010), uma síntese dos treze eixos temáticos a partir do ano 2000, portanto, do início de um novo milênio. São eles:

> I. Movimentos sociais, ao redor da questão urbana pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade: II. Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade: III. Movimentos pela Educação: IV. Movimento ao redor da questão da saúde.: V. Movimento de demanda nas áreas de direito: VI. Mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego: VII. Movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas: VIII. Mobilizações e movimentos pela reforma agrária: IX. Movimentos contra as políticas neoliberais: X. Grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada: XI. Movimentos de Cooperativas Populares: XII. Mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pela Barragens, hidroelétricas implantação de áreas de fronteira, de exploração mineral ou vegetal etc. XIII: Movimentos sociais no setor das comunicações (GOHN, 2010, p. 38-41).

Diante do apresentado por Gohn (2010), é possível constatar que os diferentes movimentos sociais são construtores de protagonismo em sua trajetória de organização e lutas, de modo particular a partir dos anos 1980. Destacamos o papel fundamental da ala progressista da igreja no principiar da formação de sujeitos históricos protagonistas numa perspectiva crítica. Se a compreensão é a de que só e somente a nós seres humanos é dada a capacidade em fazer, produzir e criar coisas novas, de modo refletido, analisado, avaliado, então podemos também dizer que o diferencial humano são as ações praticadas com essa perspectiva, e não os discursos que modificam o mundo. E o modificar o mundo pela ação pode iniciar na esfera individual/singular, mas sua qualidade, sua abrangência e potencial se consolida com a presença ativa de outros diferentes seres humanos, como já afirmou Arendt "[...], mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora das sociedades dos homens" (ARENDT, 1989, p. 31). Assim, as ações coletivas têm outro poder de eficácia transformadora.

É com este enfoque que se alarga o campo de ação nas lutas pela cidadania, visando erradicar as desigualdades de gênero, de raça e as sociais, arraigadas numa cultura de privilégios para poucos e exclusões para as maiorias, campo sobre o qual nos desafiamos a tecer algumas provocações e possibilidades. Essas práticas vieram fortalecer e qualificar as lutas sociais, a participação, a democracia e as lutas pela cidadania. Portanto, requer, de nossa parte, reconhecer que uma sociedade sem injustiças, democrática, mais equânime, passa, necessariamente, pelos processos educativos capazes de provocar alterações nas relações interpessoais, econômicas, religiosas e culturais, e reconhecer igualmente que a educação não formal tem sido parceira nessa construção.

A atualidade dos tempos que estamos vivendo imprime velocidade e mudanças profundas em todas as esferas da vida. No campo da educação, ela se faz sentir com bastante ênfase, em que uma renovação metodológica e conceitual está a pedir ressignificação. Em lugar de definições acabadas, vem chegando um "revolvimento" que poderá até trazer confusões, mas poderá, igualmente, postular mudanças significativas no campo educacional, incluindo o campo da educação popular. Serão outras relações, outros saberes, outras histórias, a compreender, fazer e ler porque, segundo Gebara, "[...] compreender o que é a educação é sair do campo da doutrinação, e do excesso de informações" (2016, p. 189).

Nessa perspectiva, a autora nos instiga a pensar a dimensão da militância também como um espaço formativo, numa vertente de criação com potencial multiplicador de diferentes atores e forças capaz de interferir em mudanças sociais. Segundo Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais são "[...] forças sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil" (GOHN, 2014, p. 251).

Nesse contexto, percebemos que faz sentido, e torna-se necessário, inserir, aqui no cenário, também a organização e as lutas do Movimento das Mulheres Camponesas, como educandas e educadoras, no processo de formação e militância que fazem na e para a transformação, o que apresentaremos na sessão três.

2.3 FEMINISMOS

O subtítulo, por si só, já propõe um olhar alargado sobre a abordagem teórica do feminismo. Por que feminismos e não feminismo? Porque buscamos dialogar com uma abordagem teórica que perpasse pelas diferenças, contemplando práticas feministas. A história tem mostrado que são possíveis e necessárias mudanças, embora possam vir acompanhadas de inseguranças, medos e lutas para que sejam efetivamente realizadas. Importa lembrar que, no Brasil, por muito tempo, a categoria de abordagem feminista foi compreendida como algo que causava repulsa, não bem-vinda, quando fazia a separação do feminino e do feminismo.

Causava espanto e medo alguém se declarar feminista, segundo constatam Joana Maria Pedro e Carla Maria Pinski (2012). Esse era o modo pelo qual as pessoas viam as mulheres que se declaravam feministas na década de 1980. Uma visão que foi criando raízes no tempo. "Até o final dos anos 1980, por exemplo, poucas pessoas aceitavam o rótulo de feministas, porque,

no senso comum, o feminismo era associado à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homem" (PEDRO; PINSKI, 2012, p. 240).

A autora hooks escreveu uma obra intitulada "O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras" na qual aponta algumas ideias sobre as representações do feminismo. Segundo hooks (2018, p. 12), "[...] na maioria das vezes, pensam que feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que feminismo tem a ver com direitos – é sobre mulheres adquirirem direitos iguais".

Dialogar acerca de feminismos nos remete a uma busca por processos de construção e desconstrução teórica, ou como movimento social, em diferentes tempos históricos. Segundo Adichie (2015), abdicar dessa pergunta será como que pretender negar a especificidade exclusiva dos seres humanos em fazer perguntas pelo uso da palavra, e buscar respostas com vistas a encontrar resoluções aos problemas advindos dos processos históricos do viver das mulheres e homens, uma vez que tudo está interligado.

> Algumas pessoas me perguntam: "Por que usar a palavra feminista? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?" Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral, mas escolher uma expressão vaga como "direitos humanos", é negar a especificidade a particularidade do problema gênero" (ADICHIE, 2015, p. 43, grifos da autora).

Desse modo, compreendendo como processo, percebemos diferentes interpretações, significados, teorias e práticas. No dinamismo da história, e no produzir conhecimento, o feminismo ganha nuances diferenciadas. Há muitas falas, muitas narrativas, concepções que povoam o imaginário coletivo da população a esse respeito, e isso tudo tende a revelar que cada pessoa, seja ela mulher ou homem, pode estar agindo, se movendo ou pautando suas ações na cultura do patriarcado. Nessa perspectiva, pensamos que as mudanças poderão ser realizadas quando nos permitirmos as perguntas de fundo, que são elementares para tal mudança, dentre outras, como: Você acha que as mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens? Já foi capaz de sentir indignação, revolta, quando toma conhecimento de violências, discriminação ou desqualificação da mulher pela simples razão de ser mulher? Você, independente do gênero, se considera feminista?

Questões como essas povoam nosso pensamento e instigam nossa reflexão e nosso fazer acadêmico, porquanto buscamos resgatar e, ao mesmo tempo, problematizar o direito ao direito de ressignificar as diferenças, sem que haja sua aniquilação. Aqui optamos por usar a categoria gênero, e não sexo, para evitar que sexo venha a impor um determinismo biológico no que

significa ser mulher ou ser homem. Portanto, o uso de gênero como categoria de análise nos possibilita problematizar o papel e a posição da mulher na sociedade para superar o uso da categoria gênero com um olhar fixado no sexismo, no doméstico e ou na família como organização social. Alargar a visão além desses espaços é abrir possibilidades de uma perspectiva que inclua a educação, o sistema político, o mercado de trabalho etc.

Nesse sentido, Camila Gomes afirma que, "Assim, o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocarem em questão os sujeitos – como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos" (GOMES, 2018, p. 66).

O gênero, nessa perspectiva, é uma construção social, não pré-determinada biologicamente. Mas é sempre uma relação de poder. E quando se trata de poder, há um jogo que se desenvolve, e que mulher e homem jogam. Jogo esse que se trava numa relação de exploração, dominação e subordinação. Enquanto o homem joga para preservar sua supremacia, a mulher joga implantando cunhas na construção da sua autonomia, de direitos e cidadania. "Usar o gênero como categoria de análise é compreender que este funciona como um desestabilizador de conceitos como mulher, homem, sexo e mesmo corpo [...]", de acordo com Camila Gomes (2018, p. 68).

A autora Joan Scott é referência internacional nos estudos de gênero enquanto uma categoria de análise histórica e sua imbricação com as relações de poder. Segundo a autora, a definição de gênero abrange duas (2) partes distintas que se interrelacionam e, ao mesmo tempo, se diferem e se integram. "[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86).

Quando tomamos gênero como uma categoria de análise, estamos dizendo que, por meio dessa perspectiva, nos é possível apontarmos as desigualdades sociais que existem nas diferentes sociedades, nos países do mundo. O Brasil, Santa Catarina e a Região Serrana, com suas especificidades, nos instigam a aguçar a percepção para a compreensão do fenômeno cultural da desigualdade, perguntando-nos: como as mulheres camponesas da região serrana percebem que há uma lógica masculina que as domina e desqualifica? Que influências tem isso em sua vida cotidiana? Se não há essa lógica, será por não haverem percebido, ou por que ela é camuflada/invisibilizada?

Para alcançarmos o proposto, será preciso, primeiro, mergulharmos, mesmo que de maneira sucinta, na história do feminismo como movimento organizado para compreendê-lo.

Partindo da perspectiva histórica, concebemos o feminismo como um movimento, portanto em processo. Desse, é possível caracterizar diferentes nuances, que no dizer de pesquisadoras feministas como Débora Machado, Maria Luiza W. Costa e Delia Dutra (2018), aponta para o chamado feminismo das "ondas", com um vai e vem histórico, tendo uma contribuição de relevância na organização das mulheres. Assim, podemos identificar o feminismo a partir das ondas:

> Feminismo de primeira onda", "segunda onda feminista" ou "terceira onda do feminismo". As expressões marcam um momento histórico relevante para o florescimento político e acadêmico de diversas pautas e agendas de mulheres (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 230-231).

Se numa cultura do patriarcado o fato de ser mulher já é o suficiente para ser excluída de ocupar diferentes espaços na sociedade, as questões de classe social e raça aprofundam substancialmente essas desigualdades, tanto quanto a divisão sexual do trabalho. Dissemos a pouco que o feminismo é um movimento que se faz com organização das próprias mulheres. Sua origem enquanto movimento organizado "[...] surge a partir do final do século XIX e início do século XX, fato que dá início a primeira onda do feminismo", segundo Machado, Costa e Dutra (2018, p. 231).

No período da Revolução Francesa, com seus ideais pautados pela compreensão de direitos políticos e de trabalho, houve mulheres que ousaram propor rupturas no paradigma de que o reconhecimento dos direitos só era concedido aos homens pelo simples fato de se considerarem superiores. A luta por direitos iguais nos faz rememorar o exemplo da mulher conhecida por Olympe de Gouges (1748-1793), cujo nome é Marie Gouze. Essa mulher ousou escrever a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) para contrapor a então Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (agosto de 1789). É sabido que o poder decisório sobre as vidas, cunhado pelo patriarcado, carrega em seu bojo o medo do novo, de mudanças e ações propositivas em vistas da igualdade de direitos, e quando ocultar, calar, não é suficiente, eliminar também pode ser uma estratégia a ser aplicada. De acordo com os registros históricos, Gouges não teve um final feliz, pois, em função da escrita da Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã, foi guilhotinada em 1793. Minutos antes de ser conduzida à guilhotina, ela afirmou: "A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna" (GOUGES, 2007, p. 1).

Esses fatos violentos acontecidos ainda que há mais de dois séculos provocam indignação e repúdio. Ao mesmo tempo em que aguçam perguntas, dentre elas: Como são

percebidas, tratadas as mulheres que continuam a desafiar o poder exercido pelo patriarcado em suas mais diversas esferas? E as mulheres que estão na trincheira da luta pelos direitos religiosos, econômicos e políticos? Onde está o protagonismo dos movimentos feministas?

A primeira onda do feminismo, historicamente, é considerada entre o final do século XIX e o início do século XX. Nessa época, as principais pautas defendidas pelo movimento feminista eram ligadas aos direitos políticos, direito ao voto, à educação e a usufruir dos espaços da vida pública.

Nessa onda, segundo Machado, Costa e Dutra (2018), prevaleceu a reivindicação dos direitos, que se coaduna com a perspectiva da modernidade liberal, em que as conquistas específicas foram alcançadas apenas pelas mulheres brancas e burguesas. É o chamado feminismo tradicional, que em sua narrativa teórica e prática deixa fora do leque das conquistas importantes perspectivas, como a de etnia, sexualidade, raça e classe social, por considerar que a falta de direitos entre mulher e homem era a razão da desigualdade existente.

Com a entrada no cenário do feminismo socialista, a partir das década de 1960 a 1980, as questões relacionadas à exploração econômica pela divisão de classes vieram à tona, junto com a chegada da segunda onda. Ela emerge num contexto conflitivo de questionamentos do sistema capitalista e se fortalece com o advento de rebeliões, revoluções e guerras, sacudindo as dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas. Nessa onda, percebe-se um passo a mais na superação do feminismo liberal da primeira onda.

O principal questionamento se deu em torno da desigualdade, geradora de opressão por parte dos homens em relação às mulheres. Foi uma luta cujas bandeiras levantadas problematizaram, além dos direitos em relação ao corpo, o mercado de trabalho e a educação, que deu ênfase na reivindicação da distribuição equitativa no trabalho doméstico. Segundo Pedro e Pinsky, a vertente tem base no legado dessa importante luta, pois "[...] as feministas queriam que os homens dividissem com as mulheres os afazeres domésticos, e, mais, que o Estado fizesse sua parte construindo creches nas quais as crianças pudessem ficar enquanto elas iam para o trabalho (PEDRO; PINSKY, 2012, p. 251).

De acordo com Pedro, Wolff e Veiga (2011), essa onda também encontra suporte em Simone de Beauvoir, e fundamentos para um olhar de reconhecimento do próprio corpo enquanto fonte principal de libertação em seu famoso livro intitulado "O segundo Sexo", obra fundamental na busca para libertar o próprio corpo, ainda "algemado" nesse estereótipo, cujas marcas de vulgaridade estão impressas em todo seu ser. Ao afirmar que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher", ascendeu mais um estopim na luta para dar-se conta da própria condição de mulher em torno das construções culturais impostas. Conforme as mesmas autoras,

> [...] ao analisar minuciosamente a 'condição da mulher' na sociedade, Beauvoir conclui que a 'figura feminina' e as posturas que lhes são atribuídas, nada mais são do que constatações do social produzidas ao longo da história, onde as mulheres não são vistas como iguais ou diferentes, mas sim como inferiores (PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011, p. 120. Grifos das autoras).

Seguindo a busca, essa luta vai bem mais além do que a luta pelos direitos domésticos e de trabalho. Levanta questões e fundamentos relativos a desconstruir as justificativas do patriarcado que mantém a opressão e a desigualdade entre mulheres pobres e brancas, e entre homens e mulheres. Neste cenário, a dimensão da corporeidade assume lugar e papel pertinente. "Portanto, o feminismo radical se assenta no conceito de patriarcado. Não busca a igualdade com os homens, e sim a abolição da dominação masculina e suas formas de definição, produção e concepção de conhecimento" (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 232).

Contudo, na segunda onda, apesar dos avanços proporcionados pelo embate no que diz respeito à superação da exclusão, desigualdades e opressão de gênero e classe, há lacunas que, no processo, foram sendo trazidas para o debate. Chegamos à vertente conceituada de "feminismo decolonial", segundo Gomes (2018), no contexto da segunda onda, aportando novas dimensões na luta feminista. A análise com a perspectiva decolonial remete ao aprofundamento de questões pertinentes no que tange ao processo de colonização da América Latina. Essa análise requer que façamos a pergunta de fundo: como se deu a colonização na América? E, a partir dela, fazer análise de gênero decolonial numa América Latina, cuja origem foi de relações colonizadoras, autoritária sobre os povos nativos existentes, mas que, ainda hoje, mantém suas relações de um domínio colonial com características ocidentais, sexistas, excludentes.

Conforme Joana Castro (2020), a perspectiva de gênero com viés decolonial aponta uma linha de reflexão, construção e reconstrução de conhecimentos críticos, com o recorte de classe, raça, gênero e colonialidade. Também nos leva à questão: como se gera a ciência? De acordo com Castro (2020), a ciência clássica se caracterizou por ser androcêntrica (no centro está o homem), metódica e, por isso, "objetiva, neutra e universal". Em decorrência dessa concepção conceitual, a teoria feminista começa a crítica por esse tipo de ciência, gerando um novo campo de estudos científicos que implicam valores sociais e humanos e buscam desestabilizar o viés da universalidade, neutralidade e objetividade, trazendo para o campo da produção científica outros valores, incluindo as subjetividades. Por aqui passa também a crítica feminista, da não neutralidade, em que a teoria feminista demarca um campo que busca incluir no fazer ciências a mulher que a ciência clássica havia impedido de participar incluindo as ciências sociais, visto que suas experiências não contavam para a ciência clássica.

O feminismo decolonial investiga na perspectiva de compreender, questionar e propor mudanças, inserindo novas categorias, como a da transversalidade, perguntando: o que é ser mulher? E ainda: é possível ser mulher em todos os lugares do mundo, segundo uma categoria predeterminada por um viés linear único, negligenciando as diferenças de gênero, raça, etnia e classe?

Observamos, ainda, de acordo com Pedro e Pinski, que na segunda onda no Brasil estão em evidência as lutas com variadas bandeiras pelos direitos das mulheres, porém centradas nos "[...] direitos ligados ao corpo e à sexualidade, liberdade de expressão, participação no mercado de trabalho, e educação igualitária, não eram as únicas bandeiras do feminismo" (PEDRO; PINSKI, 2012, p. 250).

O Brasil, devido à história do feminismo nesse período, foi afetado "em sentido positivo" (grifos da pesquisadora), pois foram sacudidas algumas estruturas seculares do patriarcado que mantinham as mulheres na invisibilidade, ao não acesso aos direitos, na exclusão. Essas lutas trouxeram fôlego, ou seja, as mulheres, por meio de luta intensa e constante, conquistam a própria valorização, passam a sentirem-se capazes de fortalecer e reorganizar a luta por direitos, a começar em casa, reivindicando a divisão dos trabalhos denominados "domésticos". No entanto, essa luta reivindicatória permanece latente, hoje, porque a maioria das mulheres arca com a dupla jornada de trabalho pelo fato de os homens ainda se negarem a assumir a divisão das tarefas da casa.

Segundo Joana Maria Pedro e Carla Maria Pinski (2012, p. 251): "Poucas mulheres têm a sorte de contar com a participação do companheiro nas tarefas do lar. Mesmo as que recebem tal colaboração (considerada uma 'ajuda'), sentem-se as principais responsáveis pela organização e boa administração do lar" (grifos das autoras).

De luta em luta, de onda em onda, percebemos que estão as mulheres em busca de compreensão dos ciclos históricos, do seu lugar, o lugar dos companheiros, do Estado, da cultura nesse processo todo. Nossas leituras nos permitiram observar que enquanto perdurar o patriarcado e o modo de fazer ciência clássica, possivelmente a mulher continuará a ser vista e compreendida como mãe, a dona de casa que garante as tarefas domésticas. Nessa perspectiva androcêntrica do patriarcado, a elas foi facultado o espaço privado e este é, especificamente, guardado às cuidadoras, tarefa culturalmente definida como basicamente "dever" das mulheres. (grifos da pesquisadora)

Na dimensão social, outro fator observado está no quanto a sociedade perdeu e ainda perde com pensamentos e práticas fundadas em injustiças e desigualdades que atribuem papéis por causa da diferença sexual. Não faltaram e não faltam, ainda hoje, críticas no intuito de

silenciar, em todos os setores da sociedade, as lutas das feministas, numa sutil tentativa de camuflar os conflitos a partir do momento que as mulheres percebem esse jogo e buscam alternativas. Contudo, o processo que as feministas vêm fazendo tem sinalizado que conflitar faz parte da luta, e de possibilidades das transformações pessoais e sociais. Mas, apesar de todas as dificuldades encontradas, não faltou e não falta capacidade de resistência em busca de sair da invisibilidade, num processo de militância, lutas, enfrentamentos e superações, conquistando, assim, empoderamento e direitos.

Segundo Matos (2008), no Brasil, e em distintos países, os avanços já são perceptíveis e inegáveis, visto sua multiplicação e abrangência. Esses avanços ampliam e qualificam as possibilidades de lutas no enfrentamento dos problemas centrais que afetam a vida da maior parcela das mulheres brasileiras, porque, segundo Matos, os avanços na perspectiva da luta de gênero trouxeram conquistas no que tange à:

> [...] discussão sobre a feminização da pobreza, sobre a universalização qualificada da educação básica e fundamental, sobre o acesso em perspectiva crítica aos bancos universitários, sobre as ainda injustas e permanentes formas de discriminações vividas no âmbito da violência doméstica e no mercado de trabalho, sobre o acesso às mais variadas formas de políticas públicas que hoje já possuem um viés de gênero (incluindo aí, sobretudo, aquelas no campo da saúde e da segurança e defesa sociais), e isso para citar apenas alguns pontos mais relevantes, têm hoje um toque feminino e feminista incontestável (MATOS, 2008, p. 351).

Chegamos, com isso, à terceira onda, que teve importante contribuição no processo de superação das desigualdades de gênero ao incluir esta perspectiva questionadora, capaz de modificar as condições culturais de que homens da classe burguesa, brancos, estejam no comando das relações pessoais e sociais, como mostram, novamente, as autoras: “Assim, a contribuição do feminismo de terceira onda consiste em reconhecer as diferentes identidades e experiências de mulheres” (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 233), incluindo, ainda, a pertinente problemática das diferenças entre as próprias mulheres, que privilegia as brancas, de condição social superior, em detrimento das mulheres migrantes, indígenas, negras, empobrecidas e excluídas desde a colonização eurocêntrica.

Essa ótica feminista, além de questionar o feminismo, propõe incluir os sujeitos históricos, invisíveis e insignificantes num sistema cultural engendrado no patriarcalismo, e para o sistema social capitalista, operando com outra lógica, a da inclusão das diferenças, visando superar a racionalidade científica seletiva, mantenedora das estruturas relacionais de dependência e submissão.

De acordo com Scott (1995), essa realidade da invisibilidade será um viés possível, ao incluir historicamente as mulheres, para fazer um caminho de mudanças e superações necessárias: “Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas” (SCOTT, 1995, p. 3-4).

Após a apresentação das três ondas do feminismo, chegamos naquela definida como a quarta onda. A luta das mulheres por justiça social, com ênfase na igualdade e cidadania, se realiza desde o século XVI, e ao fazer essa trajetória, o movimento feminista foi se constituindo em ondas. Por seu protagonismo, tanto na luta quanto no fazer acadêmico, as mulheres feministas apontam outro modo de ser feministas, caracterizado por uma nova onda, pintando com outras cores o campo político, social e cultural.

Erguem-se vozes, fortalecem e ampliam-se redes de articulações, mudam-se os discursos com outras narrativas e elaboram-se outras teorias por outra perspectiva, a digital. Nesse viés, dados apontam que, desde 2016, essa ferramenta é usada com uma larga difusão.

> Segundo aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) em dados divulgados pelo IBGE (GOMES, 2016), a Internet chegou, em 2014, a mais de 50% das casas no Brasil – encontra-se relativamente difundida na vida de milhares de Brasileiros (ROCHA, 2017, p. 11).

Passada a fase de divulgação e articulação do “movimento feminista” e suas propostas, por meio das diferentes publicações em jornais, periódicos, revistas, como de programas televisivos, no século XXI, diminuíram consideravelmente as grandes manifestações de rua, dando lugar, agora, aos espaços midiáticos. Assim, na percepção de Pedro e Pinski (2012, p. 256), “[...] as redes feministas continuam a existir [...], ocupam de forma expressiva a internet e suas redes sociais, onde continuam a debater, protestar reivindicar”. Esses processos, portanto, caracterizam a onda das mídias, ou quarta onda.

Buscamos outras interpretações para a mais recente onda do feminismo. Conforme entende Matos (2010), a quarta onda, apresenta outras interpretações, ou seja, para além das mídias, a quarta onda abriu possibilidades e outros caminhos para a entrada de mulheres feministas nas estruturas do Estado em diferentes cenários, até então majoritariamente masculinos.[6]

---

[6] Ver mais em: MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

Inegável é a mudança que essa onda proporcionou, quer na rápida disseminação das propostas dos movimentos sociais, e neles insere-se o feminismo, quer na provocação de mudanças nas relações da militância e culturais. Enquanto rede de relações, o movimento feminista contemporâneo reforça o espaço de comunicação em seus contextos de atuação, com ênfase no mundo urbano, e passando a interagir além no universo local, no regional, e também com o mundo.

Essa nova modalidade das mídias sociais acelerou as possibilidades de comunicação e interação. Se no século XIX era legítimo que as mulheres vivessem sua feminilidade "reclusas e protegidas" em seus lares, é legitimo também pensar e observar que neste mesmo século as mulheres provocam e produzem rupturas nessa dinâmica cultural, agregando o potencial de produzir sujeitos. Hoje, no século XXI, despontam mulheres sujeitos ou em processo de libertação, ocupando espaços midiáticos, no exercício da profissão na cidade e no campo. Se, na vida, nas relações humanas nada é definido pela natureza, mas resultado de construções históricas, o feminismo vem ensinar que também os padrões do saber, do poder e da cultura do patriarcado podem mudar, ser transformados, ressignificados na perspectiva de outras construções sociais, com equidade e justiça social.

2.4 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Conhecimento se faz na história. Todas as pessoas o produzem, porque conhecem. Como a vida, o conhecimento também é portador de limites e evoluções, por isso, no processo evolutivo, temos diferentes teorias de conhecimento. Assim, nossa pesquisa busca problematizar, levantar algumas reflexões em torno do fazer epistemológico, apontando alguns desafios do fazer uma epistemologia feminista. Será essa epistemologia uma alternativa ao fazer epistemológico universalizante centrado na perspectiva do privilégio masculino? É a partir desse sujeito privilegiado que pretendemos levantar possibilidades de alargamento de horizontes outros, a começar pela produção acadêmica, saindo do rótulo do privilégio, e nos questionar, como aponta Rago (1996, p. 1), em suas pertinentes questões: "Existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina?".

Trazer uma definição de epistemologia feminista é ainda bastante complexo, e difícil, podemos dizer, porquanto constatamos que ainda há poucas elaborações/publicações sobre essa teoria no Brasil. No entanto, pensamos que à medida que vamos fazendo perguntas e buscando respostas, também podemos aprender e, ao mesmo tempo, contribuir com o processo e com a

luta feminista em consolidar um feminismo da equidade de gênero. Mas, discorrer sobre feminismo, epistemologia feminista, implica também desenvolver uma abordagem a partir da perspectiva de "gênero e diversidade", para que esta venha a contribuir na discussão sobre os estereótipos que naturalizam as desigualdades. Se fazem urgentes, também, para a pedagogia da equidade, as temáticas transversais e interdependentes, que são basilares tornando "[...] indispensável o conhecimento sobre os princípios do querer, saber e fazer" (GRAUPE, 2014, p. 393).

Para tanto, afirmar uma maneira feminista de fazer/escrever história requer rever o método usado. Aqui está, pensamos nós, um dos segredos em poder evoluir para um novo jeito que a epistemologia feminista busca enfatizar. Não basta, portanto, ser mulher que pesquise/elabore para fazer a mudança, tem a ver com o jeito de fazer. Esse método dá espaço para o olhar, contemplar e refletir sobre as experiências de vida das mulheres enquanto sujeitos históricos. Segundo Joana Castro (2020), a epistemologia feminista é, para além de uma teoria que serve à estrutura clássica da ciência, "androcêntrica, objetiva neutra e universal", uma ciência que implica valores sociais, humanos e subjetividades. Ao fazerem uma outra investigação, trazem outra perspectiva científica, apontando que as mulheres são capazes de produzir ciência, questionando o paradigma do conhecimento que as têm excluído, defendendo o direito a sua inclusão, porque são, sim, capazes de produzir ciência.

Pensamos que a epistemologia feminista está em fase de afirmação de seu modo de produção de conhecimento científico. Encontramos diversas teorias e tendências dentro da mesma construção de pensamento. Por isso, ela é caracterizada por "epistemologias feministas". Segundo Joana Castro (2020), essas teorias buscam estudar como a categoria gênero influencia na produção e validação do conhecimento. Cita, dentre as várias tendências de epistemologia feminista, a perspectiva liberal (luta contra o patriarcado, pelos direitos), a marxista (a luta se trava nas questões de classe e reprodução), a feminista radical (enfatiza as questões relativas à sexualidade), a psicanalítica (profundamente envolvida com a psiquê humana), a socialista (prioriza as questões de raça e cor), a ecofeminista (centrada na libertação), a fenomenológica (dá importância à subjetividade e às experiências) e a perspectiva feminista pós-modernista (afirma que a diferença nos faz especiais, problematiza o pensamento racional).

Obviamente que se existem mulheres, sua existência é presença temporal, elas não existem no abstrato. Pode-se dizer que na temporalidade, e de acordo com Paulilo (2016, p. 53), "[...] toda mulher inserida em uma realidade socioeconômica e cultural que, por ser heterogênea e conflitante, não permite que o problema 'mulher' seja um problema único" (grifos da autora).

Em não sendo único, traz implicações sociais aos homens, às mulheres e à sociedade em geral. Assim, a construção da epistemologia feminista é um caminho pedregoso, lento, ousado, mas possível, e acalentador, de sonhos e de esperanças.

No que tange à produção de conhecimento científico, há que se ter em conta a experiência cultural numa outra esfera. O sujeito que historicamente foi deixado à margem por um modo dominante de produzir conhecimento científico, portanto referenciado no modo masculino, agora lentamente "empodera", provocando rupturas, fissuras nos dominantes modelos de produção de conhecimento. A epistemologia feminista faz a crítica a esse modelo tradicional de produzir ciência, oriundo e amparado pelo modelo ocidental, sexista e racista, por consequência, incapaz de incluir a diferença. Conforme ressalta Rago: "Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência" (RAGO, 1996, p. 4).

Ao apontar o limite desse modelo tradicional de fazer ciência, Rago (1996) nos impulsiona a pensar que o paradigma epistemológico feminista poderá mudar as estruturas e as práticas do conhecimento, ciente de que as relações de poder se evidenciam também na produção de saberes. Nessa perspectiva, a autora instiga a pensar uma epistemologia feminista, ou um projeto feminista de ciência, que implica pensar a partir de diferentes sujeitos, com outra linguagem, produzindo conhecimentos a partir de outras vozes, capazes de questionar as formas de conhecimento vigente. Pensamos que quando a mulher vai para o centro, ou para a circularidade da história, engendra um modo feminista de pensar, e de fazer. Mas, qual será mesmo a peculiaridade da epistemologia feminista?

Ousamos pensar que essa epistemologia muda a linguagem, o olhar, a compreensão, a teoria e a prática. Constrói-se, podemos dizer, uma nova ordem para explicar o mundo, a vida e os fenômenos. Essa ordem, pensamos, pode potencializar o feminismo e o poder político capaz de incluir as pessoas que estão à margem de quase tudo pelo fato de pertencerem ao gênero feminino, lembrando, ainda, das categorias da diferença, como raça/etnia, classe social, orientação sexual, religião etc. Um cuidado que esse processo requer é evitar, ao propor um outro jeito, outra relação no produzir conhecimento, ou seja, para não repetir o que criticamos e repudiamos. Evitamos um poder, uma epistemologia nova que pretenda controlar o pensamento, fechando-se em nova hegemonia. Mas, nesse sentido, é novamente Rago (1996) quem nos ajuda a compreender tanto essa demanda reprimida quanto a manter o foco no novo modo a ser construído, na perspectiva de inclusão de todas as chamadas "minorias".

> Lembrando que não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas - feminista, terceiro mundista, homossexual, operária - pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo (RAGO, 1996, p. 10).

Neste fazer, as mulheres corajosamente ousam abrir caminhos, saem dos espaços privados a elas relegados na história do patriarcado e ocupam, também, os espaços públicos, até então reservados para os homens, e a produção de seus conhecimentos, do tipo impositivo, autoritário e absolutizador. "Não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica" (RAGO, 1996, p. 10). Ao entrar nos espaços públicos e do saber, as mulheres, indubitavelmente, podem provocar mudanças - começando por questionar, colocando novos elementos, problemáticas, exigindo análises mais reflexivas - que sinalizam alterações na produção e reconhecimento dos saberes situados. Nesse processo, são evidenciadas peculiaridades, a construção e a interação no fazer, na vivência cotidiana, inserindo uma outra relação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, em diálogo com o empírico, para que se evite a neutralidade, bem como, as interferências subjetivas. Essa perspectiva de análise e construção coletiva implica em que se vá superando o método tradicional, pronto, para poder fazer caminhos novos, compreendendo que o caminho se faz ao caminhar. Segundo Rago (1996), com as categorias das epistemologias feministas, mudanças possíveis podem ocorrer nos referenciais teóricos pré-determinados na cultura e nas ciências humanas.

> As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente. Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Talvez daí mesmo a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista (RAGO, 1996, p. 10).

Ainda que tenhamos dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista no dizer de Rago (1996), a clareira já está aberta, o caminho já está sendo percorrido, e sonhamos com mais e mais mulheres empenhando-se e envolvendo-se nessa perspectiva coletiva, construindo conhecimento diferenciado, mas justo e equitativo no quesito da inclusão daquelas que historicamente estiveram do lado de fora da história.

Na produção de conhecimento há que ter presente em seu fazer, a necessária perspectiva da construção, reconstrução e desconstrução. É com essa compreensão que as mulheres, com suas lutas, buscam se apropriar das ferramentas das epistemologias feministas. Compreendendo gênero como uma categoria explicativa para a epistemologia feminista, será imperioso pensar na perspectiva da colonialidade enquanto América Latina, a partir de uma análise histórica, percebendo que as relações coloniais de poder ainda estão presentes entre os países. Articular, pois, as categorias raça, sexo e gênero é de pertinência inequívoca. Segundo Gomes (2018, p. 69), "[...] nada disso bastará se, falando de conceitos historicamente inscritos, não articularmos a raça, categoria fundamental dos estudos decoloniais".

Pensamos, portanto, que se de fato quisermos construir uma epistemologia feminista, esta não poderá se furtar a esse debate com vistas a desconstruir as relações sociais de saber e poder enquanto colonialidade antropocêntrica, europeia, eurocêntrica, binária, alicerçada sob uma estrutura de poder hierarquizado.

Pensar epistemologias feministas exige pensar que gênero, classe e raça são categorias necessárias para a produção do conhecimento, para estabelecermos a relação entre sujeitos e objetos do próprio conhecimento produzido, assim como, da própria representação sobre a construção desse conhecimento como verdade, verdade essa em permanente processo de mudança.

Conforme ressalta Gomes (2018), se as mulheres quiserem prosseguir qualificando o fazer da epistemologia feminista, mais e mais faz-se necessário assumir decisivamente uma perspectiva inclusiva e abrangente para a análise das categorias possibilitadoras de transformação.

> Para realizar análises que levem a sério a "colonialidade e o racismo – não mais como fenômeno, mas como episteme intrínseca a modernidade e seus projetos libertadores – e sua relação com a colonialidade de gênero", abandonando a mulher universal vista sob um sistema único de opressão (Espinosa-Miñoso, 2014, p. 12). [...] Passa por pensar como "categorias de branquitude e negritude, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe passaram a existir historicamente desde o início" (MCCLINTOCK, 2010 apud GOMES, 2018, p. 71).

Ao seguirem a busca nessa trajetória, pensamos que haverá possibilidades de as mulheres poderem estar contribuindo para que, no século XXI, se processem avanços na construção e reconstrução de uma epistemologia decolonial e, quiçá, na superação dos processos opressivos que ainda insistem em demarcar espaço no Brasil. Será, então, pela crítica

à ciência moderna que novas abordagens poderão contribuir para a "desmistificação" da suposta neutralidade da ciência.

Se o enfoque decolonial aponta para a superação da categoria epistemológica de uma universalidade feminista, então buscamos alargamento no campo da sua compreensão e análise. Encontramos outras diferentes posições epistemológicas, tecidas de críticas a esse respeito. Uma delas vem de Donna Haraway. Essa autora trabalha com a categoria que chama de "conhecimento situado", cujo conceito se refere a uma posição epistemológica crítica desenvolvida por ela, pondo a própria ciência em questão, com isso, tecendo uma crítica à própria epistemologia feminista (HARAWAY, 1995).

Haraway é adepta à teoria do conhecimento socialmente construído. Nessa perspectiva, põe em questionamento o "termo, intrigante e inescapável, 'objetividade'" (HARAWAY, 1995, p. 1, grifo da autora). Mais do que isso, a filósofa tece uma crítica à "objetividade da ciência", apontando outra perspectiva científica para as feministas ao afirmar que:

> As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica (HARAWAY, 1995, p. 15).

A autora analisa e pontua que essa referida objetividade na pesquisa acadêmica é carregada de pretensões que buscam sustentar o viés de uma epistemologia como um saber "[...] policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento", produzindo "[...] conteúdos e manuais, mas que nem eles mesmos os põem em prática" (HARAWAY, 1995, p. 2, 9). É uma crítica feminista à ciência e que reflete sobre as distorções que a própria ciência permite fazer. Se essa crítica feminista insiste sobre as distorções que a ciência faz em relação à epistemologia, elas reclamam também das ausências das mulheres em relação à ciência, independente se o fazer científico delas seja reconhecido ou ainda não.

A perspectiva dos "saberes localizados" de Haraway nos instiga a pensar e ousar pôr uma cunha no sentido de refletir sobre a epistemologia situada no espaço popular, camponês e feminista, constatando que as atividades, os saberes, as práticas são um modo diferente de compreender a ciência, e uma perspectiva possível, e necessária, para validar o conhecimento produzido pelas mulheres camponesas como um conhecimento científico.

Será nesse contexto histórico que pretendemos ensaiar outras narrativas no que tange à pesquisa sobre as contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas para o processo de formação, militância e emancipação das mulheres da Serra Catarinense.

A autora Haraway nos ajuda a pensar sobre os conhecimentos, as experiências e os fazeres das mulheres camponeses, superando a ciência moderna da "objetividade científica", cujos argumentos epistemológicos não passam de retórica. "Aqui, artefatos e fatos são partes da poderosa arte da retórica. Prática é convicção e o foco é muito na prática. Todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico"[7] (HARAWAY, 1995, p. 10).

Reside aqui uma tensão, podemos dizer horizontal, nesse chamado "poder agonístico". Pretendemos compreender esse fazer agonístico das mulheres partindo do pressuposto que o feminismo traz em seu fazer o dissenso, o pluralismo e um pensar diferente. Chamamos atenção (grifos da autora) para o devido cuidado no que tange às diferenças. Respeitar as diferenças gera conflitos, mas eles são possibilidades de outros aprendizados, e não uma razão para que o diferente seja tratado como inimigo. Reiteramos, como já temos afirmado, que o inimigo continua a ser o capitalismo, o patriarcado e o machismo, não quem conflita e diverge. Por hora, nos permitimos a pergunta: considerando a teoria dos saberes localizados segundo Haraway, as camponesas, ao continuarem com suas diferentes lutas, conflitos, articulações, construções, poderão também alargar o horizonte na perspectiva de uma epistemologia científica camponesa, incorporando nela o necessário reconhecimento científico?

Estamos em processo de investigação, de buscas e desconstrução. Não obstante, continuar insistindo em processos de investigação focados num sujeito universal é declarar o predomínio do androcentrismo de uma ciência que mantém o foco no sujeito universal - o homem branco e ocidental. Não temos respostas, justamente porque nos desafiamos a escutar com empenho em buscar compreender, problematizar, tecer outros diferentes aprendizados com as diferenças nos modos de refletir e fazer. Mas, enfatizamos que embora as mulheres ainda permaneçam em desvantagens neste no século XXI, a epistemologia androcêntrica, patriarcal menospreza os modos cognitivos e estilos femininos de fazer ciência, e negam às mulheres a importância, o direito de reconhecimento, alimentando a hierarquia de gênero. Há esperanças, há sonhos que são alimentados a partir das mulheres, em particular das camponesas, articuladas

[7] Compreendemos o poder agonístico como uma teoria de gênero relacionada a compreender as causas e os mecanismos da reprodução social da dominação masculina, e que está relacionado a uma luta. Para melhor aprofundamento da teoria, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Rosiene Barros da Rocha, intitulada "A potencialidade do feminismo agonístico: uma análise do modelo de democracia radical e plural de Chantal Mouffe", defendida pela Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2019. Disponível em <portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13671_ Dissertacao definitiva. Arquivo PDF>.

no MMC. Almejamos que sua contribuição venha auxiliar a desconstruir e reconstruir, com outras práticas, conceitos e parcerias com outras organizações de mulheres do campo e da cidade, ir superando as limitações advindas desse fazer e atender, assim, aos interesses humanos, cognitivos, políticos e sociais das mulheres e da classe a que pertencem.

3 MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS COMO ESPAÇO EDUCATIVO E DE EMANCIPAÇÃO FEMININA

Nesta sessão, dialogamos com as mulheres camponesas e suas lutas pela formação, emancipação e justiça social, compreendendo que a justiça social está imbricada com valores morais e políticos. Para ser autêntica, terá que resolver os problemas vinculados com as desigualdades sociais. Mas como alcançar isso? Temos percebido que somente com as lutas e organizações por parte de quem está em situação de injustiçada. Assim, no dizer de Paulilo e Silva (2010, p. 39): "Grupos sociais distintos de mulheres, [...] de trabalhadores urbanos, de trabalhadores rurais, [...], de sujeitos sem-terra, de sujeitos sem moradia, dentre tantos outros, passaram a construir e a validar outras versões [...], para a revisão e a reescrita de versões oficiais, dominantes [...]", e podem seguir construindo paulatinamente uma sociedade baseada na solidariedade coletiva e na igualdade de direitos.

Nessa perspectiva, elencamos, ainda que de modo sucinto, um relato das principais lutas das mulheres camponesas no Brasil no que tange à formação, emancipação e justiça social, embates travados pelas mulheres do MMC, como também por outros grupos de mulheres de diferentes organizações.

3.1 AS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL

Já mencionamos que no Brasil, na década de 1980 - quando da retomada da democratização -, surgem vários movimentos sociais. Nesse bojo, tem origem o MMC, com denominações diferentes na medida em que se organizam em diversos estados da federação. De acordo com Ana Carolina de Assis Marinho da Silva e Valéria Marcondes (2014, p. 13), "[...] o movimento se organiza influenciado pela igreja Católica, as CEB's, na busca por direitos individuais e sociais" (grifo das autoras).

Desde a origem, o MMC se destaca na luta principal, centrada na conquista de direitos. Se na história geral é marcante a invisibilidade da mulher, mais acachapante ela foi para as camponesas. Nesse cenário, mulheres simples se levantam, segundo Conte, Martins e Daron (2009, p. 87), "[...] diante da exclusão histórica construída pelo patriarcado, que tratou de invisibilizar tantas mulheres e suas lutas, é que surgem movimentos específicos de mulheres". Ainda segundo as autoras, esse embrião de organização das camponesas foi se construindo com a marca de uma organização ou como "[...] um movimento social e vai dando passos como classista, camponês e feminista" (p. 122). Isso pressupõe uma luta pela transformação humana

e social, com respeito as diferentes culturas, baseada na realidade vivida pelas camponesas na busca de "reconhecimento do papel da mulher camponesa" e de outro projeto econômico e alternativo no que tange à agricultura camponesa para a produção de alimentos.

Pelas pesquisas realizadas, e também pela nossa inserção enquanto militantes, pudemos observar que as mulheres do campo vêm construindo uma história de muitas lutas, as quais lhes possibilitaram forjar conquistas pessoais, para suas famílias e para a organização na categoria de camponesas. No entanto, percebemos que ainda permanecem desafios para manter a organização e propiciar os avanços necessários aos dias de hoje na perspectiva da desconstrução da cultura do patriarcado, do machismo, na ampliação de espaços de formação com viés da educação popular e militância para firmar e ampliar a luta no cativar e integrar novas participantes, garantindo a permanência no campo, cuidando das vidas, do planeta e produzindo alimentos saudáveis.

Outra constatação é a de que o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil vem buscando melhorar a capacidade de organização e lutas. Na serra catarinense, ainda que em proporção menor, ou de modo mais lento, mas com persistência, é possível também fazer um caminho de mudanças no cenário de abandono e invisibilidade a que a história do patriarcado coronelista serrano as relegou.

Ainda, as mulheres participantes da pesquisa[8] revelam que a cultura do poder patriarcal e machista ainda está presente nas relações e os homens as consideram como propriedade, por isso, há indicativos de que decidem e controlam a vida pessoal, econômica e social de uma porção dessas mulheres. É uma característica da herança de mando, de injustiça social que ainda se faz presente no cotidiano de muitas mulheres camponesas. Isso impossibilita a conquista de seus direitos, que vão desde o sair de casa para a cidade, de administrar seu dinheiro, de participar do sindicato, do movimento, e por vezes, até de visitar suas amigas e familiares.

Em geral, segundo Locks, na serra catarinense ainda prevalecem resquícios da cultura de fazenda decorrente do processo de colonização que "[...] continua a orientar muitos aspectos do *ethos* cultural de indivíduos e grupos sociais" (2016, p. 118). Muitas mulheres, ainda hoje, não podem ter conta no banco, outras são, por vezes, impedidas de assumir cargos de liderança, tudo isso para que possam ser mantidas sob o controle do marido, da figura masculina que influencia até sobre em quem elas devem votar nas eleições.

Dada a importância das mulheres na história, muitas pesquisas, muitos debates e publicações já ocorreram, todos necessários para compreender e ressignificar a vida e a história

[8] Na sessão quatro, apresentaremos os dados da pesquisa de campo.

das mulheres rurais e ou camponesas no Brasil. Já são décadas de caminhada feita, mas, foi somente a partir da década de 1970, segundo Lusa (2011), que a pesquisa ganhou ênfase por maior reconhecimento da situação das mulheres do campo.

Nesse contexto, propiciar um debate sobre como as mulheres são "moldadas/rotuladas" na sociedade, pelo fato de desenvolverem um trabalho agrícola, oferece condições para questionar fundamentos teóricos que põem a mulher trabalhadora do campo em situação inferior e incapaz em relação ao homem.

De acordo com Paulilo (2016, p. 27), "[...] destrói, também, os fundamentos de teorias que alegam uma incapacidade biológica ou psicológica da mulher para determinados tipos de trabalho". Provocando essa ruptura e propondo outra narrativa, as mulheres trabalhadoras do campo, com todos os desafios e conflitos inerentes ao processo, alicerçam um caminho de superação da exclusão, o que as possibilita sair da invisibilidade e se lançarem aos espaços públicos, uma vez que, "[...] nas sociedades em geral, o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão sexual do trabalho, já que ao homem, estão destinados os trabalhos ligados a produção, e à mulher, o trabalho doméstico" (PAULILO, 2016, p. 27).

Em Santa Catarina, as mulheres agricultoras, participantes ativas no trabalho do campo, mesmo que invisibilizadas, enfrentavam com os demais membros da unidade de produção familiar o aumento da crise na produção que resultava em precárias condições para o viver com dignidade. Assim, foram instigadas, segundo Casagrande (1991, p. 37), "[...] ao trabalho desenvolvido pela Igreja progressista (que segue os princípios da Teologia da Libertação), através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)". Na década de 1970, a teologia da libertação desenvolveu, na região oeste de Santa Catarina, um trabalho de formação humana e política que auxiliou as mulheres agricultoras a uma participação eclesial e política decisiva no fomento de sua própria organização.

A partir disso, se percebem capazes de iniciativa própria, demarcam território e, aos poucos, ganham visibilidade, mudam o cenário, começam a sair da sombra para a visibilidade, do silêncio para a apropriação da palavra, passando a congregar em seus movimentos e organizações próprias. É interessante destacar que muitas mulheres deixam de participar de movimentos, geralmente liderados por homens, decidindo pela participação em movimentos constituídos somente por mulheres. De acordo com Lusa, há, nesses movimentos, um lastro maior de participação, possibilitando condições para que elas próprias, gradativamente, deem, a direção à organização, agregando variados elementos que a organização não sexista impossibilita ter, ou fazer:

> A possibilidade de expressar seu pensamento, de fazer uso da palavra, de conseguir sentir-se à vontade e em condições de elaborar proposições, o sentimento de igualdade em meio à diversidade de outras mulheres companheiras de movimentos (LUSA, 2011, p. 128).

Segundo a autora, foi a partir da década de 1970 que os movimentos sociais de mulheres passaram a integrar de modo mais decisivo em suas bandeiras de luta as reivindicações por transformações das relações pessoais e sociais. Há, nesse potencial organizativo, a dimensão da reivindicação numa dupla vertente: de uma outra ordem social justa, igualitária, libertária, e a de igualdade de gênero. É um novo período histórico que entra em cena, marcado por fatos, períodos e lugares com acento forte em suas lutas sociais, gestando, com isso, novos movimentos sociais de mulheres.

Histórias de mulheres que se reconhecem seres de valores e potencialidades são quase sempre histórias feitas com paixão pela vida, com teimosia e resistência, porque capazes de superar obstáculos, por mais complexos que sejam. Assim, a partir da década 1980, um novo passo no caminho da organização se firmou.

O Brasil viveu a dramática experiência da ditadura militar por 21 anos, período no qual a repressão eliminou líderes sociais, calou e colocou na clandestinidade muitas outras lideranças e organizações sociais. Todavia, como toda noite vê sua aurora, já a partir da década 1970 (ainda durante o período militar), algumas aberturas no Estado brasileiro tiveram início. Nas palavras de Larissa Veiga de Mello Freitas:

> O período do final da década de 1970 foi marcado no Brasil, por um lado, pelo que ficou conhecido por "abertura política", e por outro lado pela emergência de inúmeros movimentos sociais que foram surgindo naquele momento tanto em meios urbanos, como em meios rurais. Skidmore (1991: 413) indica que nesta época ocorreu uma notável aceleração do ativismo sindical a partir da experiência das greves lideradas pelos metalúrgicos do ABC paulista (FREITAS, 2011, p. 3).

Essas lutas sindicais e organizações se espalharam também nos meios rurais e foram sedimentando um caminho para, então, a partir dos anos 1980, ressurgir o protagonismo movimentos sociais, rurais e urbanos, com bandeiras políticas de contestação e reivindicação pela garantia de direitos, pela democracia.

Foi graças ao ressurgir desses grupos que novos ventos e eventos foram possíveis. O projeto defendido pelo governo ditatorial foi sendo suplantado com a garra dessa gente disposta a reescrever outra história coletiva, sem apagar a memória do ocorrido, mas com o olhar fixo num outro projeto de Brasil, e que persiste com determinação, ainda que enfrentando muito

entrave, conflitos e medos. Foi nesse contexto de redemocratização que surgiu, no Brasil, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, apresentando, inicialmente, diferentes nomenclaturas, dependendo da organização nos diferentes estados da federação.

> Os anos da década de 1980 consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria), participação política entre outras (MMC/BRASIL, 2004).

Em um Brasil com dimensões continentais, com matriz colonialista, racista, sexista e patriarcal, o poder para instrumentalizar e manter as massas sob domínio é proporcional ao tamanho do país. Porém, na perspectiva histórica cíclica, há momentos em que as rupturas são condição para a continuidade da vida. São os movimentos sociais que voltam a entrar em cena para ressignificar sua razão de existir e potencializar seu agir organizadamente, com tenacidade, enfrentando os conflitos decorrentes das necessárias lutas travadas no enfrentamento do poder de mando vertical.

Nas lutas do campo, a terra é muito mais que um local de trabalho, é um território onde se vive, se constrói projeto de vida. A terra é o maior presente/dom.[9] Nessa perspectiva, Mauss tece sua abordagem conceitual afirmando que a terra e, dizemos nós, também o universo como um todo, é um dom, uma dádiva. E qual o significado disso? Segundo Eric Sabourin (2008, p. 132), há uma interligação e uma certa obrigação entre dar, receber e retribuir que perpassa por "[...] um vínculo de almas, associado de maneira inalienável ao nome do doador, ou seja, ao seu prestígio".

Essa é uma relação fundamentada, ancorada na dimensão específica do ser humano, que mistura a vida, a alma, as coisas, o espiritual e o material numa compreensão de que o dom é à própria pessoa e suas coisas, nesse congraçamento intrínseco de reciprocidade. Diferentemente da relação utilitarista do capitalismo neoliberal, cuja concepção de dádiva desvincula a gratuidade da reciprocidade e estabelece uma relação de apropriação dos bens materiais e espirituais.

Nessa perspectiva do "dom", a terra, para as mulheres camponesas do MMC, é concebida como mãe geradora de vida, que garante, além do sustento, espaço para sonhar, para

[9] Pensar o dom no sentido utilizado por Marcel Mauss em o Ensaio do Dom [1924], em seu tríplice dimensão, dar, receber e retribuir. A terra, um bem oferecido pela natureza, como casa de moradia e como fonte disponível para homens e mulheres extraírem os bens necessário para viver. (MAUSS, 2008)

firmar outras relações de cuidado, outra cultura, e construir a identidade camponesa, ressignificando e ampliando novos aprendizados enquanto troca solidária. A mulher cuida da terra e esta, agradecida, lhe devolve frutos, sementes, flores, assim a vida tem condições de seguir existindo.

Nesse local, no espaço do campo, se manifestam, ainda, as dimensões simbólicas, sociais, subjetivas, econômicas e sociais. Há estratégias nas disputas pela conquista dos territórios, pois sem eles se inviabiliza a vida em liberdade. Território é apontado por Batista (2010, p. 171) como "[...] espaços de relações de poder, e de força, do cativeiro da terra eles passam a assumir outras formas que lhes conferem os sujeitos que ocupam". Temos aprendido que quando a terra é bem cuidada, alimentada e respeitada como um ser vivo integrante da cadeia de vida, ela potencializa todas as diferentes manifestações de vida. A cultura dos povos indígenas[10] tem ensinado que nós somos terra, e tudo está interligado.

Reiteramos, desse modo, a importância dos movimentos sociais como um todo e, neste estudo, especialmente os movimentos sociais do campo, até porque, o mundo urbano não vive sem os alimentos produzidos no meio rural. Por essa concepção de vida e prática alimentar, a população camponesa continua a questionar, interagir e provocar rupturas na estrutura fundiária do país. Segundo Batista,

> Questiona o território da estrutura latifundiária brasileira e a produção agrícola que se constitui a partir da colonização, caracterizada pela predominância de grandes propriedades – os latifúndios- e por uma produção agrícola extensiva de monoculturas (açúcar, café, soja, entre outras) voltadas para o mercado externo e também de grandes extensões de terras (BATISTA, 2010, p. 171).

É, também, da pequena propriedade, da agricultura familiar, que sai a diversidade de alimentos saudáveis que chegam as nossas mesas, em grande medida oriundos do olhar e das mãos das mulheres camponesas.

3.2 PRINCIPAIS LUTAS E CONQUISTAS DO MMC

Elencamos, aqui, as principais conquistas advindas das lutas organizadas a partir de 1980. Nesse contexto, se insere a história das mulheres, que estão em permanente travessia pela superação das injustiças ainda vivenciadas por muitas nos seus lares e na sociedade.

[10] Para melhor aprofundamento, sugerimos consultar a obra A Cura da Terra (2015), de autoria de Eliane Potiguara (Editora do Brasil) e/ou Vozes Ancestrais, de Daniel Munduruku (FTD Educação).

As mulheres trabalhadoras, com suas histórias de vida, lutas, iniciativas e organizações podem contribuir por um mundo melhor, como já temos afirmado; as mulheres camponesas vêm contribuindo no processo das mudanças possíveis e necessárias. Segundo dados institucionais do MMC (MMC/BRASIL, 2004): “Muitas iniciativas, envolvendo algumas mulheres aconteceram para quebrar preconceitos e violências na casa (espaço privado), nas lutas sociais (espaço público), entre outras”.

Ao fazer memória da história, temos a possibilidade de atualizar e ressignificar a mesma. Fazer memória histórica ajuda a manter a espinha dorsal de uma organização. Na luta e educação popular, aprende-se e ensina-se a cantar, como foi vivenciado nos vinte e cinco anos de história em educação popular do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). Aqui, citamos um refrão que expressa um pouco esse ressignificativo fazer histórico: “[...] memória se faz na história, retratos do amanhecer” (MATOS; MONTEIRO, 1997 apud PAULINO-PEREIRA, 2006).

A partir de refrãos como esse, mulheres e homens, ao tomar conhecimento, e apropriando-se dos processos de educação popular, adquirem maior capacidade para pensar, refletir sobre as próprias trajetórias de vida. Para isso, inspiram-se nas trajetórias de lutas de antecessoras por compreenderem a vida e a história num processo cíclico de abordagem sistêmica. Assim, há possibilidade de avaliar o agir e o planejar sua continuidade e sonhar com um novo amanhecer. Nessa narrativa, também inserimos inúmeros e diferentes movimentos, as organizações de mulheres, provocadoras de lutas feministas, na conquista dos direitos. Dentre eles, estão as mulheres camponesas. Em sua página institucional, encontramos:

> Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das ‘Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria, ...), participação política entre outras (MMC/BRASIL, 2004).

Essas lutas, organizações e conquistas se fazem com as especificidades e demandas de cada tempo. Elas se processam numa articulação ampla envolvendo parcerias, articulações com outras organizações sociais populares desde o início da organização, na década de 1980, quando ainda era chamado de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Segundo Jacir Leonir Casagrande (1991, p. 75): “O Movimento das Mulheres Agricultoras teve desde a sua origem uma estreita ligação com os outros movimentos sociais do campo”. Isso indica que foi de uma relação junto aos demais movimentos sociais da época em que o MMC foi sendo gestado, consolidado e fortalecido em busca de mudanças estruturais e objetivos mais amplos.

No entanto, ainda segundo Larissa Veigas de Mello Freitas (2011, p. 5), com a ramificação do chamado "novo sindicalismo" surgiram "[...] várias movimentações sociais no campo [...], inspiradas por esses novos parâmetros organizativos", incluindo o MMA, nome que as camponesas de Santa Catarina usaram até a consolidação do Movimento em nível nacional no ano de 2004.

Em grande medida, a Igreja Católica progressista, orientada pela perspectiva da Teologia da Libertação, oferece condições favoráveis para avanços nas organizações sociais por meio da Pastoral da Terra, dos grupos de reflexão, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, segundo Freitas, "[...] forneceram considerável respaldo para a organização desses movimentos em suas fases iniciais" (2011, p. 5).

As camponesas, também, embora todas as dificuldades encontradas na ordem familiar, econômica e política, ajudam a fortalecer a luta pela democracia e a retomada dos direitos, a partir da década de 1980, quando participaram dos movimentos e organizações da época na difícil tarefa de redemocratização do Brasil após a ditadura militar. Sequencialmente, as líderes do MMC percorrem, por anos, os estados do Brasil como militantes pela causa da justiça, desenvolvendo um papel de protagonistas e articuladoras de lutas e conquistas trabalhistas, sociais, educacionais e econômicas para as mulheres do campo.

Quando se aclara e aumenta a crise entre capital e trabalho após os chamados "anos de chumbo", assim também denominado o período do regime militar brasileiro, as mulheres trabalhadoras sentiram a necessidade de fortalecer a luta para a conquista dos direitos específicos de cada categoria. No tocante às mulheres camponesas, não foi diferente. São elas, na sua maioria, que garantem os trabalhos da casa, sem creches para os filhos, sem a distribuição equitativa do trabalho dentro e ao redor da casa, ainda assim, continuam participando para além da casa, ou seja, participando no trabalho do campo.

Aos poucos, essas mulheres conseguem um alargamento da consciência de classe e se reconhecem como mulheres trabalhadoras rurais. Mas foi a partir dos anos de 1990 que algumas conquistas se tornaram realidade em suas vidas e no movimento. Destacamos as principais, considerando que sem esses direitos conquistados dificilmente lhes teria sido possível avançar em lutas mais amplas, como a de equidade de gênero, a interferência na cultura patriarcal na possibilidade de um outro projeto de nação, como a continuidade da categoria camponesa,[11] em

[11] Segundo dados Institucionais disponíveis em: <http://www.mmcbrasil.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2020.

1991, a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres[12] e 60 anos para os homens; em 1992, a conquista do benefício por acidente de trabalho e, em 1994, a conquista do salário maternidade.

Essas conquistas só foram possíveis pela luta, organização e por já terem conquistado o direito do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural a partir da campanha intitulada "Nenhuma trabalhadora rural sem documentos", realizada a partir de 1994. Nas palavras das próprias camponesas, registradas em suas cartilhas formativas:

> A partir do processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais, nosso papel na história está mudando. Somos capazes de trabalhar, produzir, gerar, educar, portanto, devemos decidir os rumos que queremos para nossas vidas e sociedade (AIMTR-SUL, 1994, p. 7).

O MMC, enquanto movimento, conseguiu ampliar a informação e a formação para as mulheres camponesas, com isso, buscar outras conquistas, como, por exemplo, confecção da Carteira de Identidade; o Cadastro de Pessoa Física, CPF ou CIC; o Título de Eleitor; a Carteira de Nascimento/Casamento; a Carteira de Sócia do Sindicato; o Bloco de Notas de Produtora Rural; o Talão do Incra; o Contrato de Arrendamento; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; a Carteira de Identificação e Contribuição da Segurada Especial e a Declaração Anual das Operações de Venda (DAV), conforme consta na Cartilha de Formação e Informação AIMTR-SUL (1994, p. 8-12).

Trazemos um breve destaque em relação às principais conquistas já alcançadas pelo MMC em suas quatro décadas de envolvimentos e lutas. O movimento vem se construindo, com ressaltamos na segunda sessão, desde o período da redemocratização do Brasil na década de 1980. Isso ocorreu quando as mulheres trabalhadoras do campo, por conta das instigantes provocações da igreja, por meio da teologia da libertação, saíram de casa, pois havia demandas reprimidas e mudanças a serem realizadas. Uma das demandas urgentes detectadas foi o reconhecimento profissional das trabalhadoras do campo. Para essa conquista, foi preciso avançar na construção e reconhecimento político para o acesso aos direitos previdenciários, para os quais, segundo formulações de Salvaro, Lago e Wolff (2013), exige-se que as mulheres tenham em mãos:

> [...] documentos pessoais e profissionais (Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física/CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/ Casamento,

[12] O MMC, na época MMA, no período da reivindicação dos direitos à aposentadoria, realizou trabalho de base em todos os municípios da região serrana: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, São José do Cerrito, Correia Pinto, Curitibanos, Frei Rogério, Palmeira, Otacílio Costa, Bocaina do Sul, São Joaquim. Dados de registros da pesquisadora.

> Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso das assalariadas rurais) (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 81).

As mulheres do campo que, porventura, não acessam esses documentos, passam toda a sua vida no anonimato. Por isso a luta segue, ampliando o leque em busca de outras conquistas. São escolhas que superam as atividades domésticas e entram na esfera do político organizativo.

Daí a necessidade de pautas, de bandeiras de lutas que incidam em mudanças nas estruturas discriminatórias. Segundo diretrizes do MMC, em seu portal *online*, para as camponesas, a principal justificativa para a existência da organização autônoma reside na decisão em permanecer no campo, produzindo alimentos saudáveis. Alimentos saudáveis são os que preservam a vida e fortalecem um projeto popular a partir de suas experiências e decisões de camponesas, na perspectiva feminista "[...] da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos" (MMC/BRASIL, 2020)[13]. Essa perspectiva aponta para lutas específicas no enfrentamento do capitalismo, do patriarcado, do machismo e de todas as formas de exploração da terra, consequentemente, da classe trabalhadora.

Como já mencionamos ao discorrer sobre as ondas do feminismo, para além das diferentes vertentes teóricas, constatamos que a partir da terceira onda se ampliaram as reivindicações e lutas de mulheres, possibilitando o surgimento de variadas organizações no ideário feminista brasileiro. Segundo Isabela Costa da Silva (2013, p. 89), "[...] por sua expressiva participação e reivindicações no contexto do neoliberalismo, as Organizações não Governamentais (ONG's) impulsionam a participação e lutas nas questões sociais, ainda que de modo fragmentado".

Ainda segundo Silva, mediante a atuação dos organismos internacionais, os movimentos de mulheres na América Latina são instigados a um percurso de parcerias com o Estado, visando o enfrentamento do sistema patriarcal-capitalista. No Brasil, nesse contexto, a esquerda se fortalece e aumenta, para ela, o desafio de inserir as lutas feministas nas lutas classistas, "[...] em torno de um projeto estratégico que fortaleça a construção do feminismo e que dialogue amplamente com a sociedade" (SILVA, 2013, p. 89).

As mulheres compreendem que, quanto mais articuladas e organizadas, mais conquistas podem obter para melhoria da qualidade de vida no meio rural. A partir dos diversos grupos e

[13] Ver mais em: https://www.mmcbrasil.com.br/site/node/4. Último acesso em: 03 dez. 2020.

diferentes naturezas de organizações, temos, nesse período, nas organizações camponesas, segundo Silva (2013, p. 90), várias organizações que se articulam e fortalecem no Brasil. Dentre outras, está a Articulação do Semiárido (ASA) e a Via Campesina. Enquanto no campo sindical estão a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Já nos partidos de esquerda, citamos alguns nos quais as mulheres se auto-organizaram, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Ainda segundo Silva, há, para além desses movimentos feministas, a nível nacional, movimentos auto-organizados, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a União Brasileira de Mulheres (UBM) e o Movimento de Mulheres em Luta (MML). É uma construção e organização feminista que objetiva autodeterminação e autonomia na perspectiva de um feminismo desestabilizado do sistema capitalista-patriarcal.

Nesse sentido, destacamos a participação e contribuição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na luta pelos direitos e na problematização do feminismo, optando por uma construção classista do mesmo e pela luta, visando uma sociedade não capitalista, não patriarcal. No Movimento, assumem a pauta da autonomia, no viés da soberania alimentar, agroecologia e reforma agrária entre outras.

Na militância e nos processos de educação popular, as mulheres do meio rural participantes do Movimento deram-se conta que possuem saberes e que com eles podem fazer ações diferenciadas, inclusive, reescrever sua história com outra narrativa. A partir dessa consciência, quando tiveram a coragem de se posicionar contra o capitalismo, o patriarcado e o machismo, abriram caminhos de insurgência. Assim, compreenderam, segundo Paludo, que:

> A opressão de classe passou a ser discutida, simultaneamente à opressão de gênero, porque diz respeito à estrutura patriarcal que perpassa e também sustenta a estrutura capitalista. Assim, fez-se necessário as mulheres terem espaços e organizações próprias par a superação da desigualdade de gênero, na sociedade classista, que explora e oprime as mulheres duplamente (PALUDO, 2009, p. 95).

Cada nova conquista as empodera a seguir em frente em busca de outras, até então inexistentes para elas, as camponesas. Uma outra grande luta foi a da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe lembrar que a Constituição Federal de 1988, no Artigo 196, preconiza que:

> A saúde é um direito de todos e um dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, p. 133).

No entanto, o Brasil, desde o período do império, manteve uma dívida com as políticas sociais, mantendo o controle do Estado sobre a sociedade. A sociedade, nesse sistema, deve servir ao Estado, quando o Estado é que deveria e deve estar a serviço do bem-estar da sociedade. Portanto, não bastou ter uma clara proposição para a saúde pública preconizada no papel, mas não viabilizada na prática. Também aqui, para o avanço e efetivação dessa conquista, o MMC se destacou na parceria com outras entidades para a implementação do SUS como "direito de todos e dever do estado", consolidado na Constituição, para obter a garantia do atendimento universal, igualitário e integral a todas as pessoas.

E por falar em saúde, outra experiência pioneira que as mulheres do MMC desenvolvem está relacionada à "saúde integral". Essa concepção feminista do cuidado compreende a saúde como o conjunto das relações que se vive e que perpassa todas as demais, desde a relação com a terra, com a higiene, até a produção de alimentos saudáveis e a própria alimentação. É um outro paradigma, que pensa e cuida da saúde como princípio da interface do sujeito histórico, coletivo e individual e que "[...] adotou como princípio o ressignificar a sabedoria popular e a fertilidade da terra e da vida como um todo" (AMTR-SUL, 2008, p. 43). Tudo está interligado, interdependente, portanto, também demanda relações.

Perpassado por processos formativos, o MMC desenvolve ações desde a família, até seus grupos e comunidades, na perspectiva de que para ter boa saúde é preciso também desenvolver um projeto de sociedade solidária, democrática e justa. Com esse olhar para a vida saudável, as camponesas desenvolvem outro projeto, que cuida da vida através do cultivo e uso terapêutico das plantas medicinais, um elemento histórico cultivado pelas mulheres no cuidado da saúde. Segundo o pensamento dessas mulheres: "Acreditamos que ampliar o conhecimento sobre as plantas medicinais é uma forma de resistir, e fortalecer a luta das mulheres camponesas na construção do Projeto de Agricultura Camponesa na perspectiva agroecológica e feminista" (MMC/BRASIL, 2008, p. 47).

É possível perceber que no trabalho do campo, no fazer agricultura, as mulheres sempre estiveram presentes, porém, nem sempre visíveis ou reconhecidas. Todavia, após a trajetória de sua organização, as mulheres do meio rural organizadas no movimento firmam sua profissão

na categoria de mulheres camponesas, e muitas estão construindo um paradigma focado na agroecologia.

Os alimentos, para a maioria das camponesas, são, para além de um meio para saciar a fome e adquirir suporte econômico, uma extensão de si, uma espécie de raio x da concepção de natureza, de ambiente, de espaço de desenvolvimento de conhecimentos que perpassa seu modo de ser e trabalhar. É um projeto de vida com a ótica do cuidado, no qual o produto obtido como resultado dessa relação produtiva vai atender não ao padrão de consumo do sistema capitalista neoliberal, porque carrega valores simbólicos da preservação das vidas numa perspectiva de reconhecimento como cidadãs, apontando outros jeitos de viver socialmente.

Se as relações com a terra, as plantas, as pessoas e demais seres que compõem o ecossistema camponês se constroem na perspectiva de sintonia e respeito que busca aprender, no cuidado com a interação e não da exploração e domínio, será possível estabelecer outro diálogo. Um diálogo e uma outra prática, de respeito, de cuidado e amorosidade, com a própria natureza, e com todos os demais seres existentes no ecossistema. Assim, haverá a compreensão do "dom" e a possibilidade de uma vida com qualidade, na dimensão do bem viver, portanto saudável, prazerosa, e porque não dizer, feliz.

3.3 COLETIVOS DE MULHERES CAMPONESAS COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA CULTURA PATRIARCAL NO MUNDO RURAL

De imediato consideramos importante destacar que em todas as formas de organização social, ou seja, em todas as partes do mundo onde há pessoas, há movimentos, há ondas com movimentos divergentes, grupos, categorias sociais que resistem e apresentam seu pensar diferente e fazem um agir diferente, provocando rupturas, fazendo lutas e enfrentamentos aos padrões autoritários estabelecidos e/ou impostos pela direção de um sistema social, religioso e político, seja ele qual for. A história, em sua evolução dinâmica, possibilita avanços e recuos, gerando, com isso, novos aprendizados, novos momentos de superação.

O universo camponês no Brasil é vasto, diferenciado, com múltiplas realidades e diferentes processos. Observamos que tem suas identidades, especificidades e complexidades próprias de uma população constituída por uma farta miscigenação cultural e étnica. Conforme destaca Ariovaldo Umbelino Oliveira (2001, p. 187), no Brasil, temos "Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso que [...], a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial". Isso vale para a extensão e concentração da terra. Diante disso, percebemos a

necessidade de trazer, ainda que de modo sucinto, a distinção entre os modos de agricultura no sistema capitalista, uma vez que é nele que vivem e fazem história as mulheres camponesas no Brasil.

Por ser o capitalismo um modo de produção que opera com a divisão de classes, é intrínseco ao seu desenvolvimento sustentar status e exclusões em vista da acumulação de capital. Para Oliveira:

> Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

É nesse contexto de fortalecimento da concentração de capital através do acúmulo da terra que as camponesas, em nossa compreensão, demarcam espaço diferenciado ao fazerem a opção pela agricultura familiar camponesa.

No que tange a essa agricultura, cabe lembrar que ela também foi passando por transformações. Incialmente, o trabalho era realizado para a subsistência familiar, no processo do seu desenvolvimento, porém, modernizou-se para atender às demandas econômicas que o capital impunha, no uso de tecnologias, embora as políticas públicas para essa classe social sejam ausentes. Para Oliveira (2001, p. 189), "São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas", exigindo maior organização, lutas e enfrentamento de conflitos para que a produção familiar camponesa de subsistência possa se expandir em suas unidades de produção.

Com isso, mudou também o eixo de participação da mulher como expressão de força de trabalho, permitindo, ainda, maior nível de exploração. Importante destacar que a principal diferença entre a agricultura de subsistência e a agricultura capitalista reside no fato que a primeira produz para o sustento de seu núcleo familiar, não visa o lucro para o acúmulo, basicamente, busca o autossustento, somente a própria família trabalha, porque a terra é de pequenas proporções; já a segunda segue princípios contrários, ou seja, visando, principalmente, o lucro e a produção em larga escala para exportação, priorizando o agronegócio e a exploração da classe trabalhadora.

No entanto, observa-se que quando a mulher, no meio rural, participa com sua força do trabalho, mudanças podem acontecer e acontecem, ainda que não deem conta de mudar as relações que as mulheres desejam. Segundo Paulilo (2016, p. 31), "[...] ao invés de transformação das relações de trabalho e dos padrões ocupacionais, levaram a reformulação dos

papéis conjugais". O deslocamento de sua força de trabalho para um trabalho na agricultura manteve e ampliou as relações de exploração, visto que aumentou significativamente as atividades das mulheres com a distinção do trabalho doméstico e o produtivo rural, assim diferenciado por Paulilo (2016), ao dividir os diferentes trabalhos em produtivo doméstico, produtivo no lar e produtivo fora dele.

> Como trabalho doméstico, foram consideradas atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa e cuidar das crianças. Pode-se incluir, também, costurar, porque, em todas as categorias, salvo nas grandes propriedades, [...], o trabalho produtivo realizado no lar abrange os cuidados com a horta e com os animais domésticos. O trabalho produtivo fora do lar refere-se às atividades realizadas nos campos (PAULILO, 2016, p. 43-44).

Como dissemos, aumenta a diversidade e a quantidade de trabalhos, mas permanece a condição de exploração desigual, no viés da inferioridade e da invisibilidade. Todavia, no desenrolar do processo, as mulheres são instigadas a novos passos. Conforme Safiotti (1992, p. 184), a teoria de gênero nos ajuda a "[...] evitar crer num patriarcado absoluto", de poder dos homens sobre as mulheres. Desse modo, há possibilidades em se abrir outras brechas no jogo do poder, segundo Safiotti, pois, "[...] em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas, na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia" (SAFIOTTI, 1992, p. 184), porque os processos estão interconectados e as contradições podem oportunizar um fazer diferente.

Pensamos que os processos de formação e lutas travadas pelas feministas permitem problematizar a normatividade acerca do que é delineado como espaço e poder específico da mulher e do homem. Estudar, pesquisar, escrever sobre esse assunto nos instiga a perceber o quanto a ciência ainda precisa estudar, nos espaços acadêmicos e popular, para melhor compreender e clarificar a teorização de gênero na qual o poder se articula. Entendemos que as lutas feministas poderão oferecer novas perspectivas sobre velhas questões, com novas estratégias que, segundo a teoria defendida por Scott, pode, sim, apresentar condições de mudanças, ou seja,

> [...] esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1995, p. 93).

A possibilidade de mudança nas relações provocada pela abordagem de gênero indica transformações culturais na perspectiva das mulheres camponesas em compreenderem seu valor, e mais empoderadas, aprenderem a dizer não aos preconceitos, aos rótulos a elas atribuídos. As mudanças precisam ocorrer também no conjunto da sociedade. Enquanto a mulher continua a se ocupar do trabalho "doméstico", na divisão sexual do trabalho, este mesmo trabalho não agrega valor econômico na agricultura mecanizada. À "esposa" foi convencionado estar a serviço da família (grifos da autora).

Contudo, por mais que essas mulheres se dediquem para dar conta dos trabalhos da casa e do campo, estes ainda não lhes dão autonomia, nem são fatores de libertação desses fardos. Como nos mostra Paulilo (2016, p. 48): "Enquanto na cidade, receber um salário pode trazer autonomia para as esposas, [...], no meio rural, as mulheres lidam em seus próprios campos, e geralmente quem controla o dinheiro é o marido". Devemos lembrar, ainda, que, na cultura do patriarcado, as mulheres trabalhadoras do campo cumprem uma labuta diária dentro e fora de casa. Há uma sobrecarga de trabalhos produtivos, sem pouco ou nada a usufruir dos ganhos conquistados. Conforme Saffioti (2015, p. 60), os homens mantêm vantagem, uma vez que se amparam "[...] numa estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência".

Diante disso, fica nítida a violência de gênero, como já explicitou hooks (2019, p. 95). É uma violência estrutural imposta pelo sistema patriarcal que faz uso da cultura e da força para se impor, e se manter.

Esse controle que ainda é exercido pelos homens aporta a tempos e raízes culturais remotas, desde a colonização da região sul do Brasil, para citar um exemplo, segundo Paulilo (2016, p. 254-255), onde o papel tradicional da esposa e mãe é reforçado. Está fortemente imbricado o enfoque de gênero quando Paulilo constata que a região sul brasileira, cuja colonização tem origem alemã e italiana, envolve um "[...] padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais". Esse é um padrão desigual, pois o direito à herança da terra é dos filhos homens, conforme atesta Paulilo (2016, p. 254), "[...], enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento".

Nossa pesquisa pôde observar, ainda, que para enfrentar esse problema, visando desconstruir a cultura machista do patriarcado, continua-se a demandar para as camponesas muita reflexão, debates, militância e formação. Se no meio rural as mulheres trabalham tanto quanto os irmãos homens, por que não têm direito à inclusão na divisão da herança da terra? Deve-se isso, segundo Paulilo, à questão cultural segundo a qual as mulheres são "compensadas" com "[...] o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite, [...]" (2016, p. 255).

Contudo, Paulilo faz ecoar em sua pesquisa que, ao excluir as mulheres desse direito, ainda não se dá a importância e o valor devidos ao seu trabalho, ou seja, "[...] o alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal".

As formulações de Paulilo corroboram com nossa percepção, de que no trabalho sem valoração econômica, com efetivo reconhecimento, se considera dever da mulher camponesa "ajudar" o marido. Mas como esses percursos não são lineares, quando essas mulheres conseguem alargar o horizonte de suas relações para além do espaço privado, para relacionar-se com outras mulheres, outros movimentos sociais, se ampliam e modificam as relações, incluindo análises e reflexões sobre a própria história, seu ser mulher, seu trabalho, junto com a história social. Nada fácil é para a mulher do campo inovar a partir de seu cotidiano, e interagir em outros espaços com mulheres em iguais condições de vida e de trabalho. São mulheres situadas num lugar, num tempo e numa realidade cultural e socioeconômica, de modo que tanto os problemas quanto as soluções não dizem respeito só às mulheres. Como afirma Paulilo (2016, p. 53): "O problema das mulheres não é um problema só delas, mas sim das mulheres, dos homens e de toda sociedade".

Considerando que para a perspectiva feminista o trabalho sempre ocupou um papel de grande significado e relevância, então, numa sociedade capitalista, patriarcal, é fundamental conquistar o reconhecimento da categoria trabalho, e seu significado, pois ele é que alimenta o próprio sistema. Esse trabalho, seja nas propriedades pequenas ou no lar, quando reconhecido pela família e pela sociedade, ajuda a tirar a mulher da "sombra" do marido e lhe dá condições para sair da invisibilidade, a encoraja a buscar participação e autonomia. São as mulheres agricultoras, junto com outras mulheres organizadas, que podem galgar superação do maléfico paradigma da inferioridade. De acordo com Paulilo:

> É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligado são campo, lutaram para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas, "produtoras rurais", e não "do lar" (PAULILO, 2016, p. 249, grifos da autora).

Mesmo que muitas destas mulheres ainda não tivessem compreendido, por consequência assumido, seu potencial de trabalhadora rural, foi a organização em movimentos que fez emergir a relevante questão da dupla jornada de trabalho, fora e dentro de casa. Com isso, os variados grupos fortaleceram suas organizações, a exemplo do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra – (CPT), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), As Quebradeiras de Coco, as

Trabalhadoras Ribeirinhas, dentre outros movimentos que serviram de instrumento para qualificar suas organizações, conferir-lhes autonomia e, assim, consolidar uma organização forte, de classe, capaz de valorizar as mulheres do campo como profissionais da agricultura.

> Em 1986, a Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) estava iniciando e tinha apenas três anos de existência. Era um período em que as mulheres iniciavam as discussões das emendas populares para garantir os direitos das mulheres trabalhadoras rurais na Constituição Federal de 1988 (GASPARETO, 2017, p. 20).

Cabe lembrar que mulheres trabalhadoras do campo, já fazendo processo de militância e inserção dentro da organicidade de outros movimentos, despertas para o mundo além do espaço privado, sentem necessidade de apoio, de força para vencer os desafios que a vida e a organização lhes impõem. Para que isso ocorra, é necessário praticar a solidariedade e união entre elas, em condições iguais.

> Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA (MMC/BRASIL, 2020).

É dessa rede de articulação que gradativamente vão aprendendo e reaprendendo quão necessário se faz a construção e consolidação de uma organização própria, autônoma, de classe, portanto, mais inclusiva. Nesse processo surgiram, e ainda surgem, diferentes interrogações, como: mas, se já temos certas organizações por meio das quais homens e mulheres estão a lutar, por que agora as mulheres querem se reunir, somente elas? Será que conseguirão levar adiante? Isso tem futuro?

Foi nos anos 1990 que, no Brasil, os esforços se concentraram nas reorganizações populares de base. Assim, no pós-ditadura, em processo de redemocratização, os sujeitos das organizações e movimentos sociais como o das mulheres camponesas demarcam espaço, centram esforços para, antes de mais nada, compreender e acreditar em seu potencial de trabalho organizativo e, então, definir seu lugar e papel na história.

Nessa fase, com a já consolidada militância das mulheres do campo participando em diferentes organizações, o elemento central, fundante das discussões e buscas, passa a ser a necessidade de organizar um movimento autônomo que abrigasse as mulheres trabalhadoras do

campo em todas as suas nuances para unificar o projeto em torno da luta pela libertação da dependência masculina, bem como, para conquistar os direitos historicamente a elas negados. Foi uma organização marcada pelo fortalecimento na articulação de movimentos mistos "de mulheres e das mulheres" (grifos da pesquisadora), segundo apontam as diferentes leituras realizadas. A organização teve como meta a conquista da autonomia, da libertação dos direitos negados, considerando as categorias de gênero e classe.

Sair da "sombra", seja lá de quem fosse, foi um imperativo necessário para a organização autônoma das mulheres camponesas. Um processo construído lenta e gradativamente, com muitas rodas de conversa nos grupos de base, muitos estudos de cartilhas, vários seminários, reuniões, teatros, celebrações.

Essa prática educativa/formativa própria da militância possibilita às mulheres aumentar a compreensão da necessidade de reconhecimento da própria pessoa, do ser mulher e mulher camponesa, e do seu trabalho desenvolvido na casa e no campo. Esse exercício serviu de âncora para um aflorar da sensibilidade, da emoção, obviamente sem negligenciar a razão. Essa conexão vem contribuindo no fortalecimento do pensamento mais refletido das mulheres camponesas em torno de teorias e práticas na construção e reconhecimento de um rosto, de um corpo feminino camponês.

Nessa perspectiva, novas participantes entram para os grupos, e novos grupos passam a se organizar. Foi um florescer multifacetário de mulheres saindo de suas casas para participar da organização. Foi tempo de dizer a si que mulher do campo tem valor, que seu lugar vai muito além do espaço doméstico e que um outro modelo de vida e de sociedade é possível, começando a mexer e mudar no espaço doméstico, alargando também para a comunidade e, posteriormente, à sociedade.

Por falar em doméstico, foi a partir desse envolvimento, da participação nesses cursos de formação, que essas mulheres compreenderam o que significa ser e estar a maior parte de suas vidas no espaço "doméstico". Ali as mulheres camponesas se deram conta de que estavam reféns de uma cultura que ousou domesticá-las a partir da origem etimológica da própria palavra latina, em "domus", no sentido de que é do espaço da casa. Porém, foi a casa transformada numa espécie de confinamento para as mulheres. No espaço doméstico, a mulher foi condicionada como espécie que sofreu/passou por uma "doma", um alinhamento, ficando adequada/preparada a repetir aquelas tarefas do cotidiano, sempre no mesmo espaço, o âmbito familiar.

Quando desnudaram essa armadilha relativa ao espaço doméstico, essas mulheres ganharam mais coragem, construíram outra narrativa em relação ao próprio trabalho em casa e

fora dela. Foram necessários, para isso, muitos debates no que tange à categoria camponês/camponesa e a quem se encaixa nessa categoria. As próprias mulheres definiram os critérios dessa pertença, ou seja, uma "[...] unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência" (MMC/BRASIL, 2014). Em decorrência dessa prática, o trabalho camponês lhes possibilita, também, que, supridas as necessidades familiares, a outra parte da produção seja comercializada, obtendo recursos com vistas a atender outras necessidades.

Cabe dizer que ao cabo dos muitos debates, pesquisas e estudos, estavam construídas as justificativas para oficializar o Movimento autônomo de Mulheres Camponesas do Brasil, capaz de abranger várias categorias que se identificam e ao mesmo tempo mantém sua especificidade, em torno do mote, do foco da organização enquanto mulher trabalhadora do campo. Assim foi definido e assumido que integram o Movimento as mulheres que estão vivendo e atuando como:

> Pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas" (MMC/BRASIL/História, 2014).

É sob este chapéu[14] de movimentos autônomos de mulheres do campo, ou rurais, que as mulheres trabalhadoras do campo foram se identificando. Como já mencionamos na segunda sessão desta dissertação, foram desafiadas e incentivadas, pela teologia da libertação na década de 1980, e perceberam que a saída era firmar sua organização. Se no início foram atraídas pelas questões trabalhistas, a partir de 1991, com a campanha "declare sua profissão", segundo Paulilo (2016, p. 253), "[...] as mulheres foram instadas a se identificarem como 'produtoras rurais' e não mais 'do lar', rompendo com o tradicional costume cultural, e ao mesmo tempo, levantando outras questões relacionadas a suas vidas" (grifos da autora).

[14] Usamos a metáfora do chapéu por ser ele um símbolo característico forte do MMC para designar os vários e diferentes movimentos de mulheres rurais que, no decorrer da organização, se aglutinaram formando o MMC. Contudo, o chapéu é também um instrumento usado para proteção do sol, como parte dos saberes e fazeres das camponesas, pelo trabalho artesanal com a palha do trigo. Faz parte da simbologia, e carrega uma mística afirmativa dos importantes valores de vida, como a solidariedade, a resistência, e o projeto de um a sociedade justa, em que as mulheres camponesas afirmam e defendem orgulhosamente, em suas trajetórias de militância e lutas. (grifos da autora)

Cabe então, pensar, que questões seriam essas? É ainda em Paulilo (2016, p. 260) que nos referenciamos para apontar que, na medida em que se organizam, essas mulheres aprendem a reivindicar novos espaços e direitos, destacando os direitos de reconhecimento enquanto "classe e gênero". Essa trajetória precisa levar em conta que modificar as relações de gênero é uma tarefa maior e mais difícil que a de classe, porque requer nova teorização sobre e, também, porque os conflitos surgem por primeiro entre as relações familiares do cotidiano.

Mas, se o caminho se faz ao caminhar, podemos dizer com Paulilo (2026, p. 269) que pensamos na organização das mulheres do MMC "[...] como um lugar de elaboração de um discurso, feminista, contestatório da visão masculina do mundo". São caminhos de construções e desconstruções possíveis de, ainda que conflitantes, acolher e problematizar com as diferentes percepções no que tange ao feminismo, mas com a perspectiva camponesa libertadora no tocante às mulheres do movimento organizado.

As camponesas estão num processo de construção com o intuito de qualificar a capacidade de articulação e lutas com outras entidades e movimentos sociais. Contudo, convictas, não querem "abrir mão" de seu potencial em uma das especialidades que é continuar no campo produzindo alimentos saudáveis, diversificados, fazendo trocas de saberes e sabores camponeses.

Fazemos um breve recorte para dizer que apesar do MMC, com sua trajetória de organização, lutas e conquistas, já ter sido estudado por várias pesquisadoras, como Paulilo (2016), Gaspareto (2017), Peixer (2016), Daron e Collet (2014), entre outras, a temática nos interessa e nos instiga na atual conjuntura brasileira de intrigantes e dolorosos retrocessos que vão na esteira da tentativa de criminalização dos movimentos sociais populares, de um assustador aumento das violências, de feminicídios, misoginia, obscurantismo, retirada de direitos históricos, dentre outros. Assim, nossa busca está no rever qual a possibilidade de ressignificar o papel dos movimentos sociais populares. Segundo Meirelles e Mocelin (2015, p. 19-20), se os movimentos sociais são relevantes na articulação em rede, com diversos conteúdos para a promoção da mudança, eles têm o desafio de trilhar um caminho de movimentos revolucionários.

Assim, Segundo Gebara (2016, p. 189-191), será necessário que a educação faça o caminho de compreender e ressignificar o conceito de educação, com atenção cuidadosa no que tange à educação popular. Para a autora, a transformação poderá se realizar se a educação popular conseguir provocar uma ruptura com a "cultura normatizada", ou, parafraseando Paulo Freire, trazendo para o centro as pessoas excluídas do sistema, na perspectiva de "[...] valorizar seu mundo cultural reconhecendo-o como fonte de conhecimento" (GEBARA, 2016, p. 192).

Essa perspectiva inclusiva e libertadora implica e desafia em "[...] tomar sua própria vida, seus hábitos, seus conhecimentos, suas crenças, como fonte primeira de pensamento". E para as camponesas, a educação popular é um espaço importante de formação e aprendizados a partir de seu saber localizado, como enfatizou Haraway (1995).

Busca-se alargar o olhar para além do horizonte da educação popular como possibilidade de superação da invisibilidade e exclusão, porque entre a 'massa sobrante" brasileira do século XX, das pessoas consideradas "ignorantes", estão em maior número as mulheres, "[...] por isso mesmo o mercado de trabalho ao qual podiam aceder era quase que exclusivamente o doméstico" (GEBARA, 2016, p. 192). Assim sendo, a possibilidade de essas pessoas se tornarem sujeitos fica ainda mais remota.

Sabemos que nesse cenário as mulheres do campo são ainda mais excluídas que as urbanas. Porém, as participantes do MMC criam condições para refletir sobre si e seus projetos de vida. Nesse viés, em grande medida por meio da educação popular, as camponesas assumem temáticas complexas, mas necessárias, que lhes permitem trazer para o campo da educação as questões de feminismo, gênero, ecologia, saúde, agroecologia, autonomia, dentre outros. São temáticas que fortalecem um avanço político organizativo e possibilitam compreender e manter a utopia de um mundo com vistas a um bem viver coletivo.

3.4 MILITÂNCIA E FORMAÇÃO NO MMC

Esta subseção tem por objetivo apresentar brevemente como, geralmente, ocorre o processo de formação e militância no MMC enquanto movimento organizado de mulheres camponesas.

As camponesas do MMC, a partir dos processos de leituras, reflexões e estudos oferecidos pela própria organização, ou por entidades parceiras, como as da via Campesina, para citar um exemplo, se desafiam a um percurso no qual podem aprender que nasceram para a liberdade e igualdade de direitos, mas que estes são negligenciados pelo próprio sistema opressor. Aos poucos, sentem e acolhem a necessidade de alargar a consciência crítica sobre os modos de viver, nas esferas social, política, econômica, cultural, étnico-racial, gênero e planetária. Temos percebido que sua militância junto com os processos de formação que fazem acontecer ajudam a descobrir as justificativas que sustentam assimetria e domínio, e isso lhes possibilita capacidade maior para ver os fenômenos dessa realidade e a desafiarem-se em busca de possíveis alternativas.

Abrir clareiras, brechas, implantar cunhas de resistência e construir outras vivências, outras relações, é uma possibilidade viável, em todos os tempos. De acordo com Freire (2020, p. 95-96), as pessoas se educam coletivamente, "mediatizad[as]os pelo mundo", atravessadas por uma prática problematizadora, na perspectiva da liberdade. Liberdade para também sonhar sonhos coletivos, projetos inspirados na democracia participativa, na dialeticidade da vida, evitando cair nas soluções fáceis e paliativas.

Nessa perspectiva, as mulheres camponesas aprenderam que com sua ação e participação efetivas podem acontecer mudanças. Uma característica forte, impactante no seio da organização, é a mística, a simbologia e a arte desenvolvida nos processos de aprendizado. Trazemos a letra de um refrão composto e cantado pelas camponesas, no final da década de 1990, que dizia: "[...] nós não queremos favores, nossa história a gente faz". Obviamente que para chegar a essa leitura da vida foi necessário tecer um caminho mesclado por espinhos, pedras, mas também com flores, solidariedade, transformando a dor em potência de mudança. Já disse Nietzsche, que sem a arte podemos destruir tudo, inclusive a própria vida, quando afirma que: "[...] a arte existe para que a realidade não nos destrua" (ISSA, 2009, p. 1).

No que tange à arte, percebemos que as mulheres camponesas aprendem a enfrentar os muitos desafios e conflitos inerentes à vida e à militância que fazem parte do caminho com lutas e resistências, muitas vezes com lágrimas, mas conseguem ainda encontrar alento para prosseguir. A poesia é uma dessas formas de respirar ares novos, alimentar e confirmar seus sonhos e o compromisso com o projeto de sociedade que buscam construir. O poema que transcrevemos expressa um pouco das capacidades criativas e perspicazes na trajetória de mulheres camponesas. Estas, ao participarem dos processos de formação na militância, passam a compreender seu valor e seu lugar na história. Libertam-se do medo, do sentimento de inferioridade e soltam a voz fazendo denúncias e anúncios para o mundo ouvir e, com elas, aprender, como observamos nessa metáfora bem delineada por Zuleica Alambert, mulher camponesa:

> Sempre que penso nas mulheres, me vem à imagem de um rio enorme e caudaloso, que temos que atravessar.
> Umas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe faltem as forças.
> Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Da travessia, vão largando pedaços delas mesmas.
> E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada.
> Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher (ALAMBERT, 2008, p. 15).

É a metáfora do rio que aguça mais e mais as razões que justificam nosso interesse por compreender melhor e aprender com essas histórias de vida. Assim, é de desse rasgar-se até estraçalhar, se necessário for, que lentamente vemos levantar-se a nova mulher, como fermento para as outras, que as instigam a entrar para a organização, na histórica trajetória da luta pelos seus direitos e protagonismo, e o conjunto da sociedade. Elas, embora todos os problemas e conflitos encontrados, resistem, se desafiam e lutam, como bem mostrou Zuleica Alambert (2008, p. 15) no poema elaborado a partir da experiência vivida.

Seus corpos são determinantes na politização do cotidiano, quando rompem com a armadilha de uma educação da vergonha, do medo de falar, de acreditar ser feio falar de seus corpos, seus desejos, seus sonhos. Como confirma Paulilo (2016, p. 270), "[...] séculos de silêncio não se volatizam tão facilmente. Espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina [...], falam do 'medo de falar bobagem'" (grifo da autora). Ao superar, ou relativizar esse medo, se percebem com mais coragem para, a partir de seus corpos, em diálogo com outras na mesma situação, propor cunhas de superação às violências e discriminação que sustentam o sistema. Destacamos a luta singular das mulheres camponesas articulando-se com outras categorias, outros grupos de mulheres trabalhadoras, levantando a voz e a bandeira da insurgência para a libertação feminista.

Bandeira dos direitos iguais na perspectiva de superação do capitalismo como fonte do patriarcado e do machismo em vista de um outro projeto de sociedade. Projeto esse no qual as relações não mais sejam de exploração, domínio, concentração, porque segue na perspectiva do bem-viver. Bem-viver aponta também para uma dimensão de viver bem, com os bens necessários para isso.

É esse um caminhar motivado pelo despertar da necessidade em travar, consigo mesmas e com a sociedade em geral, debates em torno dos direitos negados às mulheres do campo, assim elas se desfiam a seguir em movimento. Envolver a sociedade, as universidades, as organizações parceiras é um elemento decisivo, e necessário, para fortalecer a organização e a consolidação de um movimento de mulheres que busca um processo emancipatório de libertação, para além do universo feminino. Como afirma Paludo, é nesse horizonte amplo que as mulheres camponesas avançam.

> É importante referir, desde já, que a "igualdade substantiva", é aquela que garante, efetivamente, os direitos: teto, trabalho, terra, educação, saúde e lazer para que o conjunto de um povo possa ter condições reais de reprodução da vida, em todas as dimensões, com dignidade (PALUDO, 2009, p. 8, grifos da autora).

Contudo, a categoria trazida por Paludo é pertinente e instigante, na perspectiva de refletirmos se a "igualdade substantiva" é ainda uma distopia, se já é uma utopia possível, ou apenas uma utopia alimentada pelos movimentos sociais populares. Arriscamo-nos a algumas considerações. Observando mais atentamente os processos de alguns movimentos sociais, nos é possível perceber que há uma trajetória de lutas travadas a partir dessa esperança utópica, porque percebem que há outra maneira de organizar a vida em sociedade. Mas é possível perceber, igualmente, que ainda há distopia numa significativa parcela da população, quando naturaliza a busca por "mais igualdade, mais direitos", porém, isso não passa de bonitas teorias, sem nenhuma efetivação real. Nesse caso, o mais se torna menos, e para que a igualdade substantiva se torne utopia viável no cotidiano, pensamos que a formação e a militância haverão de continuar nesse encalço, na trajetória de organização do MMC (PALUDO, 2009, p. 8, grifos da autora).

Ainda, para as mulheres, faz-se necessário salientar que prevalecem desafios maiores no que tange aos anseios por igualdade. Novamente essa questão nos coloca numa postura de vigilância, neste terreno minado em que as mulheres, na cultura machista do patriarcado, segundo Nadya Araujo Guimarães (2016, p. 640), nas sociedades contemporâneas, sustentam a "[...] economia do cuidado, [...], com formas não-mercantis, assentadas na obrigação dos papéis das regras, de afeto e reciprocidade; regras que pesam sobre os ombros das mesmas mulheres".

Do ponto de vista emancipatório, libertador, para as mulheres camponesas, o desafio na construção da equidade permanece latente. Embora já tenham provocado rupturas e obtido avanços e conquistas nas políticas de direitos sociais, em relação aos direitos no espaço familiar ainda há necessidade de conciliarem trabalho no campo e "obrigações domésticas". Alternativas possíveis seguem na trilha do fortalecimento "[...] da capacidade dos grupos sociais de fazerem valer os seus interesses coletivos, [...], isto é, os caminhos para transformar "quase-direitos" em verdadeiros direitos, condição para uma igualdade substantiva" (GUIMARÃES, 2016, p. 642).

Nesse contexto, podem ser novamente inseridas as Mulheres Camponesas, que já estão a provocar, antes a si próprias, um sair do anonimato, perder o medo, enxergar mais longe, num outro horizonte, e colocar em xeque as relações do capitalismo burguês, sinalizando outro modo de vida possível. Participando do MMC, as mulheres podem se imbuir de energias, diferentes saberes, desenvolver suas capacidades demarcando mudança de relações que, segundo Paludo (2009), se efetivará com lutas a partir das quais a igualdade poderá vir a ser real, na medida em

que se superam as condições desiguais nas dimensões materiais, econômicas, de gênero, classe, raça, cultural, para a "igualdade substantiva".

Aprender coletivamente, socializar saberes, sem ofuscar, ou diminuir a outra, se constitui uma bandeira, um "imperativo" pertinente para quem se dispõe a uma meta de projeto social coletivo, cuja solidariedade, sororidade e companheirismo são prioritários. A experiência da companheira e pesquisadora Sirlei A. K. Gaspareto (2017) confirma quão importante é essa interação, essa parceria entre a camponesa, a universidade e a relação com as outras organizações. Discutir e pensar a realidade da agricultura familiar, a agricultura de pequeno porte, das famílias camponesas, passa, a partir disso, a ser também uma elaboração em pesquisas acadêmicas.

> Esse engajamento na luta das mulheres camponesas por meio do Movimento possibilitou estabelecer vínculos com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, decisiva para me deixar ainda mais inquieta e inconformada frente às injustiças sociais, frente à desigualdade e frente à opressão/discriminação/exploração das mulheres. Essa postura forjou a necessidade de novas buscas e crescimento em nível teórico, capaz de possibilitar cada vez mais a problematização de tais contextos sociais e perspectivas de superação. A práxis impõe mudança teórica e prática simultaneamente (GASPARETO, 2017, p. 24).

Cada organização tem sua peculiaridade, seu foco principal, seus objetivos a alcançar. Construir um caminho de autonomia é um dos requisitos principais para dar cabo a essa obra. Mas é verdadeiro, também, que sem uma articulação com outras organizações, torna-se bem mais complexo dar conta do projeto. Por isso, as Mulheres Camponesas, vivendo num modelo de sociedade capitalista que as oprime/exclui e discrimina/explora o tempo todo e todo tempo, aprendem a agir em rede de articulações em nível nacional e internacional, objetivando resistir e avançar na conquista do direito a ser o que desejam ser: mulheres camponesas.

No dizer de mulheres que se ocupam em estudar, viver e registrar realizações das camponesas que a historiografia geral deixa à margem, com interesse definido, segundo Conte, Martins e Daron (2009, p. 86), "[...] é próprio da sociedade capitalista, patriarcal e ocidental difundir uma visão que ignora essas lutadoras". Nesse contexto, faz-se necessário registrar e denunciar também teoricamente. Por isso, assim afirmam:

> Nesta sociedade, onde a exploração, dominação, violência e discriminação de classe se entrelaçam com a de gênero e étnico-racial, a invisibilidade feminina na construção social é uma das características marcantes (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 87).

Essa invisibilidade é uma marca forte em todos os espaços sociais, uma vez que as mantendo ausentes da história registrada, o patriarcado se sustenta e fortalece, e o capitalismo tem mais poder de prosperar.

Mas há questões fundantes que nos instigam, na perspectiva de melhor conhecer, a buscar quais são as realizações, as lutas das mulheres que carecem de possíveis repostas na história, e que podem contribuir para dar outra visibilidade necessária, sem a sombra de homens grandes, brancos, do Sul do mundo se impondo como os importantes. E ainda nos perguntamos, quais as práticas colaborativas que empoderam as mulheres, possibilitando-lhes superar o competir num viés de supremacia, em que poucas chegam a espaços visíveis? Problematizar o sistema capitalista neoliberal e o patriarcado torna-se uma educação, uma formação e militância que se quer libertadora, e para a epistemologia feminista, uma condição na tentativa de buscar compreender e desnudar essa prática fortemente introjetada na vida das mulheres.

São muitas as fases, os processos que a própria vida nos permite construir e viver. Destes, o ser humano pode, pela sua singularidade, tornar-se melhor, aprender, evoluir na perspectiva de se tornar sujeito da própria vida e da história que faz, ou ao contrário, pode permanecer aceitando a realidade que se apresenta, deixando-a como sempre foi e será. Cabe novamente a pergunta: as mulheres do MMC aceitam ou sinalizam insurgências e rupturas com as narrativas históricas colocadas?

Para as mulheres camponesas do MMC, a narrativa do aceite, pelo que observamos na teoria defendida, não é mais tão tranquila assim. Aqui e acolá, fazem enfrentamentos, muitas vezes doloridos, se insurgem, rompem, porque carregam uma utopia de vida, embasada num sentimento de pertença à organização que as ampara, as impulsiona a fortalecerem-se e fortalecer a organização, consequentemente, a lutar todos os dias em defesa dos direitos, da vida. Não que isso se dê de modo tranquilo, até porque a vida é conflitiva. Mas as mulheres do MMC, em suas reuniões e conversas, têm conseguido fugir do comportamento a elas atribuído de boas mulheres, boas mães, obedientes e serviçais. Lá na roda de iguais, é possível perceber que se sentem livres para manifestar sua rebeldia, sua necessária insurgência. Como registra Paulilo, "[...] estão dando vazão a raiva e angústias incrustradas na sua alma" (2016, p. 272). Ali estão mais livres para, num espaço só entre elas, as que vivem experiências similares, sem a presenças dos homens, aliviar a dor secular que as faz se sentirem incapazes diante dos homens, sem o medo de serem incompreendidas.

É no campo da educação, sob a perspectiva dialógica, segundo Freire, numa ação refletida, transformada em práxis, que é possível transformar o mundo. E o mundo, o Brasil, que nos cerca, carece de mudanças para que haja a libertação das pessoas. Ainda segundo Freire,

o diálogo entre as iguais potencializa pronunciar outro mundo. Eis porque o diálogo, além de ser verdadeiro, há de ser humilde, de reconhecimento das próprias ignorâncias, despido de supremacia, com atitude de errância - permitir-se errar. Para tanto, precisa assumir que "[...] como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são 'essa gente', ou são 'nativos inferiores'?" Essa narrativa sustenta a violência, a divisão e a desvalorização de classes, etnia e gênero que as camponesas, no MMC, lentamente podem mudar. E já iniciaram essa mudança (FREIRE, 2020, p. 107-111).

Quem conhece e convive com as camponesas sabe quão exaustivo é manter as condições para permanecer no campo. As novas gerações recebem, na escola, uma educação pouco motivadora à permanência no campo. De acordo com Rodrigues (2011), para transformar essa condição, será preciso um debate acadêmico mais potente, que alargue e construa novas narrativas transformadoras de relações e realidades no seu sentido mais profundo.

> Para tanto é preciso que a educação esteja adaptada ao fim que se persegue: permitir ao agente atingir a condição de sujeito, transformar o mundo, estabelecer relações com outros homens, fazer cultura e história, descruzando os braços e renunciando à expectativa, assumindo responsabilidades e exigindo a intervenção, fazendo história ao invés de ser arrastado por ela (RODRIGUES, 2011, p. 174).

Na atualidade, é de consenso para muitas das mulheres camponesas, a busca por construir uma outra sociedade, inclusiva, não sexista, não racista, com justiça equitativa. A igualdade subjetiva leva a insistir na utopia e no exercício permanente de um outro modo de vida e pode ser indicativo de uma liberdade e da alegria de viver, quando os direitos deixem de ser retórica para se tornarem normativa que perpassa desde as relações do cotidiano até as relações econômicas, políticas, sociais, de gênero, religiosas, institucionais, culturais, ecológicas, para que todos os seres, inclusive os humanos, sejam respeitados em suas diferenças, tenham lugar, vez e voz, sem que a ninguém seja necessário ir para o lixo da história. Segundo lembra Bauman:

> A produção de "refugo humano", ou mais propriamente, de seres humanos refugados (os "excessivos" e "redundantes", ou sejam os que não puderem ou não quiserem ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade" (BAUMAN, 2005, p. 12, grifos do autor).

É novamente Gebara quem aviva a nossa memória, instigando-nos a repor outra dimensão fundamental para a construção da justiça libertadora, da equidade de direitos pela qual as mulheres sonham e lutam, superando um discurso e uma prática na esperança de poder resgatar a dimensão de "poder roubado". No dizer de Gebara:

> Propomos uma reapropriação do nosso poder, de poder roubado. Não se rouba só casa. Não se rouba só terra, se rouba poder. Rouba-se poder quando se convence os outros, mesmo que eles não têm poder. Isso é roubo, diminuição. Nós mulheres não queremos entrar na estrutura da diminuição [...] queremos, reapropriar-nos de um poder que nos constitui (GEBARA, 2001, p. 61).

Essa proposição de Gebara nos remete a uma melhor atenção sobre os mecanismos por meio dos quais mulheres e homens exercem o poder. E novamente a pergunta inquietante passa pelo desdobramento em compreender como as mulheres poderão se apropriar de um poder que as constitui? Quiçá, por uma educação humanista, holística, revolucionária e feminista.

Todavia, cumpre dizer, que é no viés da educação popular que as mulheres camponesas se constroem como sujeitos protagonistas, porque, segundo Cinelli e Ribeiro (2016, p. 122), "[...] trocam conhecimentos, ensinam e aprendem umas com as outras". Organizadas, fazem trocas, compreendem quão maléficos são para suas vidas o capitalismo e o patriarcado. Em suas unidades de produção, potencializam as experiências, transformando esses lugares de vida em "espaços pedagógicos" capazes de mudar suas vidas e do seu grupo familiar. São lutas, são aprendizados que multiplicam mulheres em formação, formadas e formadoras. E nesses processos, fazem outras histórias nas quais seja possível desconstruir os referencias de mulheres que o patriarcado naturalizou.

Ainda há o agir de militante, quando as mulheres camponesas se referenciam nos aprendizados que, segundo Gamarnikow, o Brasil viveu, e contribuem para positivar a justiça social, para dar novo impulso no que tange às lutas sociais e por direitos humanos. Nessa perspectiva, o Brasil foi protagonista quando saiu na frente, organizou e realizou o primeiro "Fórum Social Mundial, cujas origens estão em Porto Alegre e cujo lema, 'Um outro mundo é possível', segue inspirando ativismos antineoliberais e antiglobalização ao redor do mundo" (GAMARNIKOW, 2013, p. 190). As camponesas do MMC somam com essa perspectiva no horizonte de pensar um mundo não capitalista. Pensar, tematizar e organizar suas práticas do cotidiano, de acordo com Gamarnikow (2013, p. 194), numa sociedade em que "[...] nós, seres humanos, temos direito à dignidade com igualdade, e que o papel do Estado é promover e proteger essa nossa humanidade igualitária". As mulheres organizadas já aprenderam a cobrar do Estado, e na resistência vão forjando novas sociabilidades, com o jeito feminista de ser.

4 PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NA SERRA CATARINENSE COM MULHERES CAMPONESAS

Para a elaboração desta dissertação, priorizamos o referencial teórico na perspectiva das epistemologias feministas, com autoras e autores que pesquisam e escrevem sobre o feminismo, a justiça social, a equidade de gênero e epistemologias feministas, tais como hooks (2017), Rago (1996), Scott (1996), Saffioti (2004), Ketezer (2017), Graupe (2014), Gebara (2010), Gomes (2018), Locks (2016), entre outras e outros.

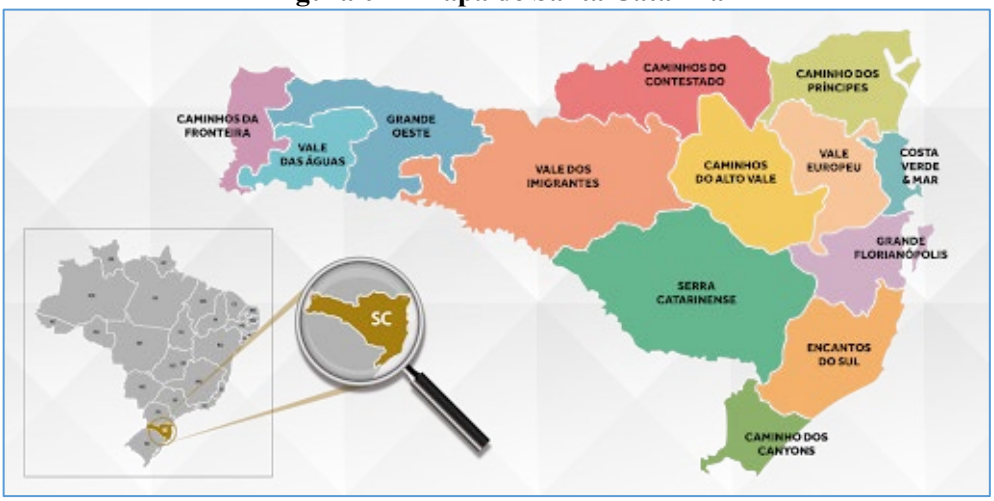
Nesta seção apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa empírica e a análise dos dados coletados. Para a pesquisa empírica, utilizamos a abordagem qualitativa, com procedimentos metodológicos adequados a mesma, cujo delineamento foi elaborado a partir de consultas a autores que escrevem sobre pesquisa qualitativa, entrevista focalizada (FLICK, 2009) e análise de conteúdo qualitativo (MAYRING, 2009). Salientamos, porém, que estes serão apresentados com mais detalhes nos pontos seguintes.

Trata-se de uma pesquisa social que prioriza a história de algumas mulheres camponesas que exercem papel de liderança no Movimento de Mulheres Camponesas da Região Serrana de Santa Catarina. Deste modo, a pesquisa possibilitou às participantes narrarem com liberdade os assuntos pertinentes as suas vidas.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA DE CAMPO

O *lócus* da nossa pesquisa de campo está inserido no contexto maior da história do Brasil e de Santa Catarina, até porque uma não existe sem a outra. É um campo vasto, por essa razão, vamos nos ater na apresentação de recortes de elementos que buscam evidenciar a Serra Catarinense (em verde esmeralda, Figura 1), sua origem e formação enquanto povo serrano, com elementos das relações sociais, políticas e econômicas. Compreendem a região os seguintes municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

Figura 01 - Mapa de Santa Catarina

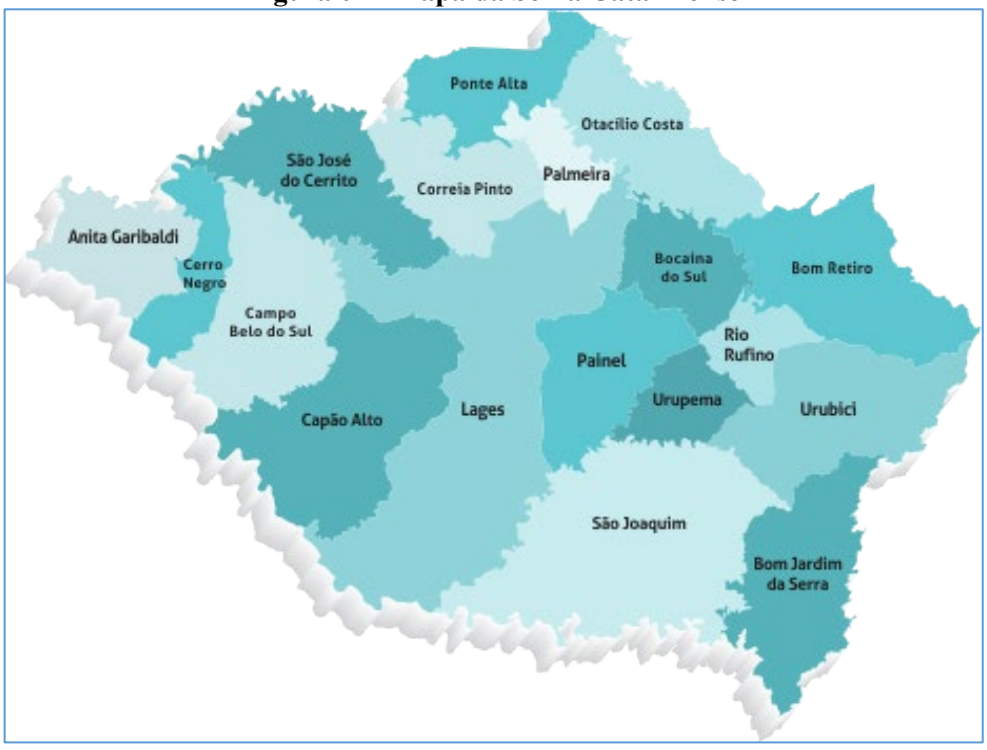


Fonte: Google Imagens (2021).

No entanto, o MMC ampliou seu espaço para além dos integrantes da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES) (ver Figura 2) conseguindo com que as camponesas de outros territórios também se organizassem, dentre eles, Curitibanos e Frei Rogério.

O Planalto Serrano de Santa Catarina começa a se constituir a partir do século XVIII, quando os tropeiros conduziam gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Lages figurava como o lugar das pousadas, onde homens e animais paravam para descansar e recuperar forças para a continuidade da viagem.

Figura 02 - Mapa da Serra Catarinense



Fonte: Google Imagens (2021).

Segundo Munarim, foi a partir dessa prática que a região foi se transformando em grandes fazendas:

> Com seus campos nativos, o Planalto Serrano [...], se constituía num pouso ideal para as tropas de gado bovino que do Rio Grande do Sul eram levados para a Feira de Sorocaba, no estado de São Paulo. Alguns daqueles tropeiros se fixaram na Região, transformando-se em fazendeiros criadores de gado bovino (MUNARIM, 1990, p. 19).

Desse movimento histórico, ainda segundo Munarim (1990, p. 20), o território foi se estruturando numa região fundiária de fazendas, amparado pela instituição "[...] em 1850" da "Lei de Terra no Brasil". Nesse contexto, a produção prevalecente foi a da criação extensiva de gado para a comercialização, onde obviamente se impõe dificuldade de acesso à terra para outros proprietários fora da lógica das grandes extensões. Nessa perspectiva, na medida em que se estruturam as grandes fazendas, também se estrutura e consolida o coronelismo na região, uma cultura centrada na relação de domínio sobre as pessoas e as coisas, típico do período imperial, em que prevalece o mandonismo do dono da terra e a subserviência de quem trabalha para ele. É novamente Munarim quem constata e afirma:

> Exerce o coronelismo papel fundamental na história das relações sociais, políticas e econômicas da Região. [...] de modo que os resultados culturais daquela relação se fazem presentes ainda hoje com nitidez quando são propostas práticas de transformação das estruturas vigentes (MUNARIM, 1990, p. 21-22).

Partindo dessas características, podemos igualmente pensar quão profundas foram essas marcas daquilo que chamamos de "estigmas colonizadores" deixados na vida dessa população. Foi na fazenda grande que se gestou o arcabouço humano e cultural da Região Serrana, caracterizando um tipo de povo, com sua peculiaridade, a partir da compreensão e vivência nesse mundo rural, ocupando-se da criação e cuidado com o gado do fazendeiro. E se a vida se desenvolveu nesse espaço, os aprendizados também o acompanham, orientam e determinam as relações, a vida dessa população que, segundo Locks, tem na fazenda o estilo de vida e de desenvolvimento:

> A saber, concepções de mundo, comportamentos sociais, relações de poder, estilos de vida, ritmo de trabalho, visões de mundo, normas códigos, símbolos, valores oriundos do mundo da grande fazenda, [...], está relacionado ao modelo de desenvolvimento local e regional (LOCKS, 2016, p. 118).

Obviamente que também na região se desenvolveu uma agricultura de subsistência, cujos cultivares do feijão e milho, acrescidos da coleta do pinhão, da caça e da pesca, subsidiaram a vida nas poucas e pequenas propriedades. Mas a região muda suas caraterísticas produtivas com o início da exploração da madeira, em 1940 em diante, sendo esta abundante na região, principalmente o pinheiro araucária, embora isso em nada tenha alterado a questão fundiária. As classes permanecem nítidas nas fazendas, com os peões, os agregados, os meeiros, portanto assalariados a quem cabe o trabalho produtivo, enquanto ao senhor da terra cabe o acúmulo dos bens produzidos, aumentando os latifúndios. Com isso, a terra continuou concentrada e sendo repassada como herança ao clã familiar. Mesmo no ciclo da madeira, a relação de poder continuou hierarquizada de domínio sobre, ou como afirma Locks (2016 p. 121): "Os de baixo, a maioria da população, historicamente nunca tiveram acesso aos bens e à renda para elevar sua condição de vida". Com a predominância dessa cultura e relação, é possível compreender e explicar o porquê de a serra catarinense permanecer com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo de todo o estado, e como o machismo se firma nessa cultura.

Nos perguntamos quais seriam as implicações, as ressonâncias, ou as consequências da cultura de fazenda na vida das pessoas, da população da Região Serrana? Por mais que a questão nos instigue, aqui trazemos apenas uns recortes, com o objetivo de ajudar na melhor compreensão da especificidade da Região Serrana. No tocante à formação étnica, aqui já viviam os indígenas dos povos *Kaigang* e *Xokleng*. Segundo Locks, a chegada dos paulistas, descendentes de portugueses, trouxe na bagagem também os escravos para a mão de obra, e dessa convivência, dessa relação, a região serrana viu surgir um povo *sui generis*, conhecido como o povo "caboclo".

Como o povo serrano oriundo a partir das fazendas, esse povo também construiu sua identidade no mesmo viés das relações identificadas com a hierarquia de um poder centrado no homem. Ele está no centro, e as decisões giram em torno de si. Nesse contexto, segundo Locks:

> O homem enquanto chefe de família, além de provedor geral é quem detém a última palavra, pairando sob seu comando a mulher e os filhos, [...] A mulher ocupada e subssumida nas lidas da casa e a educação dos filhos, restrita basicamente à educação informal (LOCKS, 2016, p. 122).

Uma relação que se estabelece com essas características se configura como uma relação cujas raízes advêm do patriarcado, no qual o macho tem poder absoluto sobre o que considera propriedade sua, sejam animais, terra, ou outros bens, incluído neles a mulher. Nessa

perspectiva, Saffioti compreende que o patriarcado sustenta a relação hierárquica de domínio ao afirmar que ele: "[...] dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições. [...] configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade" (2015, p. 60). Nessa relação, podemos perceber que até o corpo da mulher se torna propriedade do homem. De acordo com Looks, se analisarmos a presença do patriarcado na região serrana, podemos perceber que esse sistema deitou raízes, por isso, é difícil escapar do poder de domínio. O autor, ao apontar a mulher serrana como uma mulher "submissumida nas lidas da casa", abre janelas de possibilidade para identificar que ainda existe uma relação patriarcal na cultura serrana. "Submissumida" pode apontar para uma mulher percebida no espaço privado da casa, obediente às decisões do marido. Conforme ressaltado por hooks, em sua obra O feminismo é para todo mundo, "[...] o patriarcado é um sistema de domínio violento, assustador, terrorista, que se impõe pela cultura, e quando essa não dá conta, faz uso também da força" (HOOKS, 2017, p. 95). Pensamos que o uso da força seja o que possa descaracterizar, destruir a dimensão do humano que nos faz seres diferentes dos demais, por isso há que ser erradicado das relações.

Talvez isso explique o alto índice de violência praticada contra a mulher nessa região. Segundo Locks (2016, p. 122), "[...] o Mapa da Violência 2012: Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil (2012), a cidade de Lages ocupa a 17º posição nacional em homicídios femininos avaliado no período de 2008/2010". Pensamos nós se não pode advir daqui a possibilidade que seja essa mais uma ferramenta teórica para se analisar, compreender e explicar a dificuldade de muitas mulheres camponesas da região serrana de Santa Catarina em estudar, ou porque poucas têm conseguido chegar a uma graduação. Há que se continuar a investigação em vista de uma resposta a mais essa inquietação.

Esses dados trazem perplexidade, e ao mesmo tempo instigam a outras percepções. Remetem que há necessidade de desconstrução da cultura que normatizou as relações assimétricas entre os seres humanos, principalmente entre o homem e a mulher aqui na Região Serrana Catarinense, que atualiza e cultiva a herança do mandonismo hierarquizado oriundo da cultura da fazenda. Requer ser aprofundado esse assunto porque ele não se esgota nessas breves considerações, ao contrário, está a instigar maior empenho por parte da sociedade como um todo, e particularmente das organizações e movimentos que têm a defesa dos direitos humanos, da justiça e da democracia como bandeira, da superação das relações de machismo e patriarcado. É uma tentativa de passar por esse viés com a nossa pesquisa. Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, utilizamos o método de coleta de dados, com entrevista

focalizada segundo o proposto em Flick (2009). Esse método possibilita que a participante descreva suas vivências de acordo com as próprias experiências.

As entrevistas foram realizadas com cinco mulheres camponesas que fazem parte da organização do Movimento de Mulheres Camponesas de cinco diferentes municípios da região serrana. Nossa pesquisa contempla Lages, São José do Cerrito, Anita Garibaldi, Curitibanos e São Joaquim.

A escolha por esses espaços e essas mulheres para contribuírem com nossa pesquisa decorre da história de envolvimento no processo inicial do despertar para a organização. Elas fazem parte do grupo das pioneiras, são protagonistas na ruptura em sair de casa para o início da organização do Movimento na região.

Para a pesquisa, estabelecemos primeiramente um contato telefônico com as referidas mulheres para acordarmos sobre a possibilidade em nos conceder as entrevistas. Após, organizamos um cronograma para o contato presencial em suas casas, local de suas relações e vivências, espaço da realização e desenvolvimento do seu trabalho camponês. Apenas uma entrevista foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A maiorias das entrevistas foi realizada no período de janeiro a fevereiro de 2020, contudo, uma delas, por conta de um necessário adiamento, só pode ser efetivada no mês de maio de 2020, quando a pandemia da Covid-19 já assolava o país. Por essa razão, e para cumprirmos os protocolos de saúde, essa entrevista foi realizada por meio de aplicativo, portanto, em ambiente digital.

Os critérios básicos para participar da pesquisa foram os seguintes: a) ser membro da entidade nas duas últimas décadas; b) estar participando da organização, ou seja, do Movimento de Mulheres Camponesas da Região Serrana de SC; c) estar exercendo no movimento um papel de liderança e, d) que livremente aceitasse o convite para fazer parte da pesquisa.

O projeto de pesquisa foi submetido previamente à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UNIPLAC, seguiu os pressupostos previstos na Resolução 466/2012 do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado em 13 de setembro de 2019 por meio do Parecer Nº 3.574.386 e somente foi realizado após sua aprovação.

Para isso, foi utilizado um roteiro semiestruturado orientador que nos permitiu estabelecer uma proximidade entre a entrevistadora e as entrevistadas, sem rótulos, facilitando a descrição das experiências de vida, de modo a realizarmos a entrevista com mais profundidade, fluidez e liberdade por parte das entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e duraram de duas a quatro horas.

Nossa pesquisa empírica e teórica pretende contribuir na historicização do Movimentos de Mulheres Camponesas na Região Serrana de Santa Catarina, e, com isso, desconstruir o

processo de ocultamento em que ainda se encontram as mulheres, com o foco na promoção de equidade de gênero, de continuidade na construção de direitos sociais que poderão se constituir num fator de continuidade de desconstrução e reconstrução de uma epistemologia feminista com a especificidade camponesa serrana. Ainda, dialogar com os mecanismos que influenciaram decisivamente em sua vida e participação no movimento possibilitados pelos trabalhos da igreja e de educação popular na perspectiva de evidenciar esse papel no processo educativo de militância.

A pesquisa focalizada nos permite compreender e levantar questionamentos acerca dos valores, experiências, fatos e histórias de vida que compõem a trajetória dessas mulheres no percurso de engajamento em uma organização que possa lhes proporcionar condições de sair do esquecimento, perder o medo, ganhar visibilidade e, obviamente, de assumir responsabilidade públicas, exercer um protagonismo feminista tão necessário à equidade de gênero, justiça social e emancipação.

Segundo Flick, a pesquisa social, comparada à pesquisa quantitativa, "[...] tende a ser mais apropriada ao caráter da pesquisa qualitativa, que é mais orientada para a exploração e descoberta do que é novo" (FLICK, 2013, p. 63). Evitamos, deste modo, um processo linear, porque seus passos, em sua realização, estão interligados. A entrevista focalizada, por sua vez, necessita de um guia com diferentes perguntas, oferecendo à pessoa entrevistada a "[...] possibilidade das entrevistas, que misturam as perguntas e os estímulos narrativos" (FLICK, 2013, p. 115).

Nesta dissertação, realizamos pesquisa focalizada, e nossas entrevistadas estão na esfera do campo, portanto, é lá que está nosso foco da pesquisa. As mulheres camponesas são identificadas como camponesas na medida em que desenvolvem suas vidas e exercem sua profissão no universo camponês. Portanto, a pesquisa ressalta a relevância em buscarmos identificar a importância do Movimento de Mulheres Camponesas na Serra Catarinense e sua respectiva contribuição para o processo de formação, militância e emancipação social.

Nessa perspectiva, queremos compreender as respectivas lutas construídas na militância, potencializando educação popular e formal, capacitando-as no enfrentamento e desconstrução do patriarcado e do machismo que possa estar fazendo parte da vida dessas mulheres camponesas da Região Serrana Catarinense.

Organizamos o percurso das entrevistas respeitando o tempo e as condições de cada uma das cinco mulheres participantes da pesquisa. Obtivemos seus contatos telefônicos, dialogamos com cada uma delas sobre a disposição em conceder a entrevista e qual o objetivo da mesma.

Na medida em que obtivemos o aceite, agendamos dia e horário para as entrevistas, por compreendermos que estaríamos interferindo num campo bem pessoal, que envolve as relações interpessoais e suas vidas, e ainda como sujeitos sociais.

Três das cinco conversas foram realizadas em suas casas, num ambiente preparado e esperado para esse fim. Fomos acolhidas com muito carinho e a entrevista transcorreu com tranquilidade, sem pressa. Nos locais aonde fomos no período vespertino, antes da entrevista, tomamos um delicioso "café com mistura" como preâmbulo da entrevista. Noutro, devido à distância, fomos logo cedo, nos envolvemos na ajuda em preparar o almoço, com uma "gostosa" conversa preliminar, almoçamos juntas e depois registramos a fala da entrevistada.

Uma entrevista, devido à dificuldade relativa à distância e às condições ruins da estrada para se chegar até a residência da participante, foi realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, situado na cidade de São Joaquim, visto que naquele dia aconteceu uma atividade formativa para as mulheres camponesas, no significativo dia 08 de março, dia Internacional da Mulher. Ressaltamos, outrossim, que a entrevista não perdeu em qualidade por esse motivo apontado.

Uma entrevista foi reagendada para o mês de maio do corrente ano, devido à chegada da pandemia da Covid-19 no mês de março e do isolamento social, por isso, essa conversa foi estabelecida por meios digitais, *online*, usando o aplicativo *Google Meet.*

Quanto ao tempo de duração das entrevistas, este foi diferenciado, pois esteve atrelado à trajetória pessoal de cada uma dessas mulheres, desse modo, podemos dizer que oscilou entre duas a quatro horas. O período das entrevistas se deu nos meses de janeiro a maio de 2020, conforme agenda prévia.

4.2 CONTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os dados da pesquisa empírica foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo. Segundo Flick, "[...] a análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material - que pode variar desde produtos da mídia até dados de entrevista" (2009, p. 291).

Esse método possibilita melhor análise dos pontos de vista subjetivos a partir das entrevistas, tendo presente que os conteúdos têm a singularidade de cada entrevistada, captando, assim, as características isoladas do texto produzido para posterior organização categorizada e, deste modo, operar com as categorias que interessam para a análise, seguindo as sugestões de Flick (2009, p. 9), para quem "[...] a pesquisa qualitativa parte da ideia de que os métodos e a

teoria devem ser adequados àquilo que se estuda", consequentemente, também a análise de dados deverá estar adequada e "[...] interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas e rotinas do dia a dia e em seus conhecimentos cotidianos" (FLICK, 2009, p. 16). Com esses pressupostos, organizou-se a pesquisa e suas respectivas categorias de análise.

Primeiramente, a pesquisadora realizou duas entrevistas e as transcreveu com o objetivo de checar se o roteiro das entrevistas proporcionaria a compreensão da problemática da pesquisa. Após o término da coleta de dados, todas as entrevistas foram transcritas e arquivadas.

O método de análise de conteúdo qualitativo, segundo Mayring (2009), é composto por três técnicas: técnica de resumo ou síntese, técnica da explicação e técnica da estruturação. Neste trabalho, optamos pela técnica de explicação para analisarmos os dados da pesquisa empírica. Essa técnica possibilita a compreensão e a interpretação dos dados coletados nas entrevistas focalizadas, pois "[...] ela esclarece trechos difusos, ambíguos ou contraditórios, por envolver o material do contexto da análise" (MAYRING, 2009, p. 292).

Para uma análise de dados com conteúdo qualitativo, segundo o autor, há que se fazer uso de procedimentos adequados, possibilitando absorver, compreender, interpretar e detalhar a partir das categorias propostas:

> Por essa razão, o foco não está mais em lidar com a diferença enquanto uma questão substancial ou essencial, mas na análise das relações de gênero do ponto de vista de suas organizações hierárquicas e sua desigualdade social. [...]. Nesse contexto, gênero é visto, ao mesmo tempo, como uma categoria estrutural e como uma construção social (FLICK, 2009, p. 78).

Na perspectiva apontada, para a análise, optamos pelas categorias já presentes no corpo do texto, amparadas pelo referencial teórico, em interlocução com as falas das mulheres entrevistadas, que nos remetem, a partir da análise, a problematizá-las para, assim, podermos ressignificar, desconstruir, afirmar as perspectivas presentes em suas histórias, ou apontarmos outras perspectivas, caso houvesse esses desdobramentos.

Reiterando, os dados foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo que, segundo Mayring (2009, p. 293), se caracteriza num "[...] conjunto de técnicas de análise da comunicação", com descrição de conteúdo e de procedimentos sistemáticos. Portanto, essa técnica de investigação nos possibilitou uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo recolhido, facilitando a sua interpretação/compreensão. Foram elencadas e entrelaçadas as categorias analíticas do feminismo, gênero, MMC, emancipação social, militância.

4.3 PERFIL DAS PARTICIPANTES

No que diz respeito ao perfil das participantes, destacamos que são mulheres nascidas e educadas no meio rural. São famílias de origem camponesa que se enquadram no perfil de "agricultoras familiares", ou seja, pequenas propriedades de terra de onde tiram o sustento para os membros da própria família. As mulheres desde muito cedo vão para a "lida" no campo, aprendem a revolver a terra, a plantar, a cultivar, a colher e a partilhar. Cultivam, ainda, as plantas medicinais, uma herança trazida e propagada pelas ancestrais no cuidado com a saúde e a qualidade de vida. Cultivam e colhem alimentos saudáveis, sem venenos, sem modificações genéticas, sendo essa uma prática que faz parte do projeto de vida do Movimento das Mulheres Camponesas.

As mulheres que participaram da entrevista fazem parte do contingente de pessoas do campo que precisaram enfrentar a cultura do patriarcado, embutido no que se tornou "normal e comum" na cultura camponesa, de que à mulher basta saber cuidar da casa, dos filhos e da roça, portanto, não se faz necessário, a elas, estudar.

Estudar, no mundo camponês, era (e é ainda para muitas) difícil, e quando havia essa possibilidade, ela era direcionada aos filhos homens. O que evidencia uma socialização pautada em uma hierarquização de gênero, na qual os homens detêm o poder dos bens simbólicos e materiais.

Apesar disso, e da cultura coronelista da região, algumas conseguiram se superar, rompendo com essa cultura excludente, a partir de oportunidades iniciadas em processos de estudos em educação popular de base propiciados pela igreja nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ou por outras pastorais sociais, como Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra ou, ainda, por entidades como sindicatos ou os próprios movimentos sociais quando houve organização e fortalecimento dos mesmos na região serrana de Santa Catarina. Tivemos o cuidado em não expor a identidade das entrevistadas. Por isso, cada uma das participantes desta pesquisa escolheu o próprio codinome entre flores ou plantas medicinais que fazem parte de seu cotidiano de vida.

Fazem parte da nossa lista de entrevistadas a *Girassol,* uma mulher de 60 anos de idade que nasceu e até hoje vive na região. Casada, por uns anos morou em outra casa, mas para cuidar da mãe idosa, que é dependente, voltou para a casa de origem. Tem três (3) filhos, duas (2) mulheres e um (1) homem, sendo que este também é portador de problema neurológico, com convulsões, e depende de seus cuidados. Tem ainda o marido, que necessita de atenção cuidadosa, por ser safenado. É professora aposentada, tem a liderança na casa e a exerce

também na comunidade/igreja católica do local. Cultiva muitas flores, plantas medicinais e hortaliças, tudo de forma ecológica. Sua casa é um espaço "místico", uma espécie de "refúgio", onde há uma simbologia e uma mística fortes, com imagens, livros, flores, espaço em que articula as orações, as bênçãos e as plantas medicinais, os chás, as pomadas. A espiritualidade é um componente importantíssimo nesse cuidado que realiza.

A próxima entrevistada preferiu ser chamada de *Adália*. Num gramado bonito, à sombra das árvores, cercadas por galinhas e pintinhos, o cão amigo deitado ao lado, fomos calmamente conversando sobre a sua trajetória de vida no Movimento das Mulheres Camponesas. Adália também nasceu, cresceu e vive no mesmo lugar, bem longe do centro da cidade e de difícil acesso. Adália é solteira, tem setenta e oito (78) anos, é aposentada como trabalhadora rural e a mais velha numa família de onze (11) irmãos. Destes, cinco (5) homens e uma (1) mulher não estão mais vivos. Sua mãe (*in memoriam*) era completamente analfabeta, mas uma grande benzedeira. O pai faleceu cedo, quando Adália era bem jovem. De origem muito pobre, desde cedo assumiu a responsabilidade de cuidar dos irmãos logo que nasciam, porque a mãe, ainda em período de dieta, já precisava ir à roça trabalhar para garantir a comida. Por isso, ela estudou apenas até a terceira série. Até a idade adulta, sua vida se resumiu em ir à escola (os três primeiros anos do ensino fundamental), ir à igreja católica e aos velórios, acompanhada do pai. A casa de Adália é bem simples e ela vive basicamente do salário mínimo da aposentadoria, e claro, não faltam as galinhas no quintal, os porcos na encerra, as hortaliças, as flores e plantas medicinais.

Em continuidade, a terceira entrevistada *Violeta*, tem sessenta e nove (69) anos, é solteira, mãe de uma filha de quarenta e dois (42) anos e tem duas (2) netas, uma de quatorze (14) e uma de quinze (15) anos. Para a nossa conversa, nos sentamos à sombra de uma árvore, sem pressa, enquanto pássaros cantarolavam voando nos galhos, dando uma bela sinfonia ao nosso diálogo. Estudou, como ela diz, dois anos a cartilha e depois o primeiro ano, porque a escola era longe e não tinha companhia para ir. É a penúltima de uma família de 11 irmãos. Também aposentada como trabalhadora rural, vive desse recurso, cria pequenos animais (porcos, galinhas) e seus canteiros de chás e hortaliças.

A quarta entrevistada é *Rosa,* que nasceu, se criou e ainda vive no interior do município. Tem cinquenta e dois (52) anos de idade, é casada e possui dois (2) filhos homens. Essa entrevista foi realizada no espaço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, onde, no dia 08 de março de 2020, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, aproximadamente 100 mulheres afirmaram a preocupação com o desmonte das políticas públicas e a necessidade da retomada de reorganização dos grupos de base, com formação e

mobilização. Embora não tenha sido possível chegar até a sua casa, a entrevista transcorreu tranquilamente numa sala, onde ficamos à vontade para conversarmos. A entrevista teve duração aproximada de uma hora e trinta minutos.

Por fim, a nossa quinta entrevistada foi a camponesa *Melissa*, de um município onde até hoje existem grandes fazendas. Essa entrevista foi *online*, gravada pelo aplicativo *Google Meet*, uma vez que fomos impossibilitadas de fazermos presencialmente por conta da COVID-19. Foi realizada no dia 18 do mês de maio, das 15 até as 17 horas. A entrevistada é filha de migrantes vindos do Rio Grande do Sul, família que se desenvolveu com os trabalhos na e da terra, cuja propriedade não lhes pertencia. É família arrendatária do campo, onde trabalharam quatro (4) irmãos, três (3) mulheres e dois homens, e a própria entrevistada, que é, também, a filha mais velha da casa. Melissa estava com 58 anos na época da entrevista, é casada e mãe de duas filhas e dois filhos. Foi também um diálogo tranquilo, que nos permitiu ouvir e interagir durante a entrevista.

Quadro 01 - Síntese do Perfil das participantes

Nome	**Idade**	**Escolarização**	**Estado Civil**	**N. de Filhas/os**	**Ocupação**	**Religião**	**Período de participação no MMC**
Rosa	52 anos	Ensino médio	casada	02 H	Agricultora e da direção do sindicato STR	Católica	Desde as origens, década de 1980
Violeta	69 anos	Ensino fundamental	solteira	01 M	Agricultora aposentada	Católica	Idem
Adália	79 anos	Ensino fundamental	solteira	nenhum	Agricultora aposentada	Católica	Idem
Girassol	60 anos	Curso superior	casada	04 02M;01H	Aposentada como professora e agricultora	Católica	Idem
Melissa	58 anos	Curso superior	casada	04 02M;01H	Agricultora aposentada, e presidente do sindicato/ STR	Católica	Idem

Fonte: Própria autora (2021).

No Quadro 1, com a síntese resumida do perfil das participantes da pesquisa, destacamos dois aspectos que são relevantes para a análise dos dados: a) todas as entrevistadas são católicas; b) a faixa etária varia entre 52 anos e 79 anos.

Ressaltamos, portanto, que além da questão geracional, as entrevistadas trouxeram outro dado significativo e relevante que tange à questão étnico-racial. Das cinco mulheres participantes da pesquisa ouvidas nas entrevistas, duas se autodeclaram e se assumem com

“orgulho” o ser mulher “cabocla”. Outras duas se apresentaram como mulheres brancas. E uma reconhece o potencial da cultura cabocla, mas por ser filha de migrantes, não tem o perfil caboclo. As mulheres entrevistadas associam a expressão “cabocla” à miscigenação entre o povo branco e o povo indígena. A população indígena em Santa Catarina é composta especialmente pelos povos Guarani, Kaingang e Xokleng. Na região serrana, os povos indígenas foram praticamente dizimados nestes últimos 500 anos.

4.4 DIALOGANDO COM AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nesta subseção, apresentamos os dados da pesquisa empírica, que foram agrupados em três categorias: a) as relações de gênero na educação familiar: a influência da cultura do patriarcado; b) o espaço escolar e as relações de gênero, c) MMC como espaço educativo e de emancipação feminina;

As mulheres foram convidadas a compartilhar suas experiências sobre a própria trajetória de vida no que tange a seus processos nas relações familiares, educacionais e militantes. Falaram sobre suas experiências de engajamento na vida social, nos aspectos educativo, religioso, político, cultural, econômico e de militância nas organizações sociais. Ficamos satisfeitas e agradecidas às mulheres participantes da pesquisa pela prontidão e alegria em nos conceder as entrevistas, contribuindo, desse modo, ao alcance dos nossos objetivos.

Buscamos compreender e analisar as narrativas perscrutadas ao ouvir trajetórias de vida abrangendo as dimensões do pessoal, no espaço privado, e as experiências desenvolvidas em suas inserções no espaço público junto às organizações e movimentos sociais.

4.4.1 As relações de gênero na educação familiar: a influência da cultura do patriarcado

A cultura da região serrana, como bem situaram Looks (2016) e Munarim (1990), se destaca com características do coronelismo que exerce, na história das relações econômica, política e social, fundamental papel de subserviência. As mulheres oriundas da cultura da fazenda estiveram restritas à educação informal, ocupadas com os afazeres da casa, ‘submissumidas’ nesse espaço agonístico, como expressou Girassol: “[...] eu senti na pele, eu tinha este sentimento no coração”.

> *Mas o meu pai não permitiu que eu fosse estudar porque eu tinha que criar os irmãos, os outros mais novos. Eu sou a mais velha, a primeira da família. Eu sentia na pele assim que, o pai gostaria que eu tivesse sido menino. Então*

> *até muitos anos eu tinha este sentimento no meu coração, que meu pai gostava mais dos irmãos do que nós meninas. Mas eu nunca deixei de sonhar e lutar. A única coisa que a gente podia fazer, era ir à missa; os meninos já podiam ir ao futebol". (GIRASSOL, 2020)*
>
> *Pois por incrível que pareça, mas eu não senti tanta rejeição dos homens, mais foi das próprias mulheres né. De que sindicato não era lugar pra mulher, sindicato era pro homem, a mulher tinha que ficar cuidando da família, ou em casa, menos se meter no campo da política, ou sindicalismo, isso tudo era trabalho de homem. Foi mais das mulheres por toda uma cultura. Isso vem de uma cultura, são submissas, a mulher pensa que se libertou, mas ainda não. (VIOLETA, 2020)*
>
> *Nós somos em 7, 3 meninas e 4 meninos, mas o pai vinha de uma história muito forte ainda, que as meninas eram para trabalhar cuidar dos irmãos, não tinham aquela chance aquela oportunidade de estudar [...]. Porque os meninos, eles alcançavam a idade de 10, 12, 13 anos eles já faziam as lavouras e vendiam o que eles plantavam para comprar os terneiros para eles. Nós não, nós meninas não, nós meninas tínhamos que dar conta né, de cuidar da casa dos irmãos mais novos, porque essa era nossa missão (GIRASSOL, 2020).*
>
> *Para terminar dizer que é por toda uma cultura, uma criação que a vó, a mãe foi assim e veio, e daqui a pouco acha que só o homem tem vez, porque na história foi sempre os homens né. Então já tá se despertando mais de uns dez anos pra cá, mas ainda é muito forte. (VIOLETA, 2020*).
>
> *Ah, sim né, até mesmo nas reuniões de organização que tinha na comunidade, o que a gente falava, as propostas não eram levadas tão a sério. Até mesmo nas reuniões, os homens não davam muita abertura para que as mulheres pudessem falar, nem valorizavam muito, mesmo que fossem coisas muito importantes" (GIRASSOL, 2020).*
>
> *Então tem muito isso, e aqui na roça não era diferente, porque as mulheres (SIC) trabalhavam muitas mais de doze horas por dia. [...] foi educada pelo pai, que mulher tem que cuidar de casa, da família, dos filhos do marido, menos lá fora, lá é para o homem né. É tanto que se diz até agora que a mulher quando tem os filhos, tem que cuidar dos filhos" (VIOLETA, 2020).*
>
> *Assim, ali dentro da nossa comunidade a gente vê assim que os homens são mais que as mulheres. Pelo fato de ser mulher, as vezes eles bem que gostam de pisar sim. Isso acontece em qualquer decisão, a mulher não importa. (VIOLETA, 2020)*

Esses relatos de vida nos permitem perceber quão resilientes são as mulheres camponesas da serra catarinense, conforme dito com ênfase por Girassol: "*mas eu nunca deixei de sonhar*". Para alimentar o sonho, a participação na Igreja, na vida da comunidade eclesial foi de fundamental importância.

As narrativas indicam, ainda, que os processos educativos no contexto familiar aconteceram bem diferenciados para as mulheres camponesas em relação aos homens

camponeses. Denotam que os papéis das mulheres e homens são definidos desde muito cedo, como também a divisão dos espaços que ocupam. Aos homens, toda liberdade e autonomia, às mulheres, só onde e quando o pai podia as acompanhar, o que denota uma espécie de "vigiar" sobre seus corpos e suas vidas. Estão, portanto, ancorados na cultura local.

No contexto da educação, é importante salientar que as diferenças de gênero fazem parte da vida e das relações dos seres humanos. No entanto, quando nos processos educativos as diferenças são transformadas em 'desigualdades de gênero', há uma mudança radical, ou seja, deixa de ser uma diferença que enriquece, para ser uma desigualdade que afeta negativamente as relações, as oportunidades e condições em poder conquistar autonomia e emancipação.

É o que observamos a partir das narrativas que seguem, quando ouvimos das entrevistadas sobre as experiências iniciadas na educação desde o seio da família, perguntando se houve diferenças no tratamento que as fez se sentirem discriminadas, inferiores em relação aos meninos.

> *Nós somos 5 irmãos, na época assim na parte da educação que eu digo foi o estudo, porque eu lembro que os vizinhos homens, diziam isso pro pai, que mulher não precisa estudar, que mulher é pra casa, pra trabalhar nos serviços de casa. Eu sinto porque meu pai não deixou eu estudar mais né. (ROSA, 2020).*

Embora não esteja explícito, essas falas demonstram que o processo educativo das mulheres camponesas da região perpassa em suas falas de modo sutil. São afirmativas de que os processos educativos aconteceram num paradigma patriarcal, onde a figura do pai, sem a participação da mãe, mas com a influência dos outros homens vizinhos, desde cedo decidiram sobre as possibilidades de "deixar" ou não as filhas mulheres estudarem. Obviamente que, segundo afirmaram, os vizinhos acabam por ter potencial decisivo, o pai/homem respeita a opinião de outros homens em desfavor da filha mulher, como a de que para trabalhar na casa não há necessidade de estudar. Mas à filha mulher sequer é perguntado se gostaria ou não de frequentar escolas, de se dedicar aos estudos.

As falas expostas deixam transparecer relações de gênero assimétricas, desiguais, desde o cotidiano da vida, o que também permite e cristaliza direitos e oportunidades desiguais, portanto, maiores, melhores e superiores aos filhos homens, confirmando uma hierarquização estruturante das relações, porque, de acordo com Paulo Neto e Carvalho (2012, p. 25), "[...] a vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica".

A partir das narrativas das entrevistadas (2020), percebemos que há a legitimação da cultura machista, patriarcal para a qual, segundo Neiva Furlin (2021), as relações de gênero

aparecem como expressão da condição do sexo biológico, que na verdade permite a reprodução da ordem social do patriarcado. Nos relatos das mulheres entrevistadas, essa perspectiva aparece camuflada, difusa. Assim narrou Violeta: "*[...] essa questão que mulher tem que tá em casa cuidando da família*"; Melissa: "*Eu pela forma que a gente foi criada, era a casa, depois a escola muito distante, a situação financeira né*"; Rosa: "*Os vizinhos homens, diziam isso pro pai, que mulher não precisa estudar, que mulher é pra casar, pra trabalhar nos serviços de casa*"; Girassol: "*A única coisa que a gente podia passear era ir na missa, os meninos já podiam ir ao futebol*"; Adália: "*E o menino a minha mãe gostava muito de piá, então o menino era privilegiado sempre pelo pai, pela mãe né, sempre foi privilegiado*".

E desse modo, pensamos que enquanto não for desvelado o ocultamento da sutil, mas forte cultura discriminatória do patriarcado, que se apresenta com aparência de normalidade, no intuito de se evitar conflitos, a hierarquia cultural garante sua existência para as novas gerações. Isso ficou explícito na experiência dolorida quando na família a educação é sexista, passando longe da equidade de gênero. Assim, por ser atravessada pelo patriarcado, deixa marcas negativas de incapacidade, de inferioridade e insignificância para toda a vida das mulheres. Sabemos que para as mulheres camponesas a educação para a divisão sexual do trabalho continua um desafio a ser superado e demanda mais persistência, teimosia, resistência e enfrentamento para sua desconstrução.

4.4.2 O espaço escolar e as relações de gênero

A escola é um espaço significativo para a formação das pessoas. Nela se constroem e se firmam compreensões de culturas, de epistemologias, de comportamentos, de mundos. Ou se projetam mundos solidários, participativos, democráticos, possibilitando às pessoas o direito de pensar, refletir e decidir, ou se educa projetando mundos, nos quais as pessoas são educadas para manter a hegemonia cultural de uma classe econômica abastada, branca, masculina, eurocêntrica. Ao desenvolver uma educação escolar nos parâmetros da 'educação binária', como demonstra a professora da Girassol (logo abaixo), que sabe e transmite as informações, o conhecimento do qual a professora é detentora, e a aluna é só uma aprendiz, fica nítida que o campo da educação escolar sistematizada desempenha papel central e decisivo na manutenção de uma relação educativa hierarquizada, 'sobre', ou seja, cumpre o papel de mantenedora de classes sociais privilegiadas.

> *Mesmo que era uma professora, mas ela tinha sempre o costume de dizer, porque ora, ela sendo mulher ela dizia: os homens, os meninos, são feras na matemática, e as meninas parece que nasceram só para lavar louça. E isso marcou a minha vida até hoje, ainda eu tenho esse sentimento né, que a gente fica gravado. Então, isso machucou muito, muito mesmo. Ou, reduzia a gente, até a capacidade, levava a gente né para uma baixa estima. Porque ora, ela sendo mulher ela dizia: os homens, os meninos, são feras na matemática, e as meninas parece que nasceram só para lavar louça (GIRASSOL, 2020).*

> *Eu fiz três anos de aula, 2 anos cartilha naquele tempo e 1 primeiro ano. Não estudei mais porque era longe, meu irmão que já tinha repetido 2 vezes a quarta série né, e já estava (SIC) na hora de ajudar na roça. (ADÁLIA, 2020)*

A entrevistada Girassol se se referiu a sua professora com sentimento de "dor" e indicou que possivelmente a professora também foi educada num viés sexista, machista e patriarcal. A professora fez do espaço da educação escolar um instrumento para repetir, e legitimar, a experiência discriminatória ao reproduzir estereótipos de gênero na área da matemática.

Refletindo sobre essas falas pululam indagações. Pode estar fundamentada nessa modalidade de educação escolar a arraigada cultura machista, violenta, na qual muitas mulheres são mortas 'só por serem mulheres' que enfrentamos ainda hoje na serra catarinense? Ousamos uma tentativa de resposta, e pensamos que pode estar ancorada nessa prática sim, visto que, na cultura cabocla, segundo Looks (2016), as mulheres do campo são confinadas no espaço da casa, ignoradas, cumprindo papel de genitoras e cuidadoras.

Os indicativos são de que na região a educação está vinculada à reprodução de uma cultura hegemônica, que educa para a divisão sexual do trabalho, na qual a menina/mulher é vista como um ser cuja maior 'habilidade' é cuidar da casa e de seus afazeres. O espaço doméstico nesse modelo educativo é seu limite. Porém, o sonho das mulheres vai além, tem outra perspectiva. Segundo Cinelli e Ribeiro (2016, p. 204-205), esse sonho já vem se tornando realidade pela prática do cotidiano das mulheres camponesas. Elas o fazem por vários processos formativos, nas lutas realizadas coletivamente, nos processos de troca de saberes, na atenção que prestam à natureza.

Porém, se na educação escolar as camponesas entrevistadas apontaram que a educação recebida foi de relações assimétricas já estabelecidas pelo patriarcado, também revelam que ao participarem em outros espaços de educação ocorrem outros aprendizados, surgem mudanças. A pesquisa indica que há que se insistir, investir, em fazer da educação em gênero uma chave de leitura desconstrutora da cultura das desigualdades, sem anular as diferenças, porque segundo Haraway (2008, p. 209): "Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença". Há que se respeitar as diferenças e refutar as desigualdades. Nessa

perspectiva, educar para o pluralismo, a equidade de gênero, a desnaturalização da cultura do patriarcado, do coronelismo são possibilidades para, como tem ensinado Paulo Freire, construir condições para desalojar o opressor que ainda habita em nós, muito embora essa educação será de complexidade, para um processo de transição que já está em curso e nos instiga por toda vida.

> *Quando terminei o ginásio eu parei, era tudo particular né, você lembra, a gente não tinha essa questão como se tem hoje, a educação pública. (MELISSA, 2020)*
>
> *Então tem muito isso, e aqui na roça não era diferente, porque as mulheres (SIC) trabalhavam muito mais que doze horas por dia. [...] fui educada pelo pai, que mulher tem que cuidar de casa, da família, dos filhos do marido, menos lá fora, lá é para o homem né. É tanto que se diz até agora que a mulher quando tem os filhos, tem que cuidar dos filhos (VIOLETA, 2020).*

Pelos relatos, pudemos perceber que, embora nas falas as entrevistadas não fazem uso da categoria gênero de modo explícito, talvez por não haverem incorporado no cotidiano da linguagem, ele está muito presente, e já faz parte da complexa reflexão, ao dizer: *"Fui educada pelo pai, que mulher tem que cuidar da casa, da família, dos filhos e do marido"* (Violeta). Revela-se, aqui, que já há um sinal de insurgência, de que essa prática cultural precisa ser superada. E nós, na condição de militantes e pesquisadoras, compreendemos que as mudanças, as superações já estão em curso, mas pode haver ainda mais avanços, na medida em que se mantém e amplia-se a participação na organização, nos processos de formação realizados no MMC e em outras instâncias organizativas.

Por isso, aprofundar esse debate, a problematização em torno da categoria de gênero, tem sido uma das principais demandas da contemporaneidade. Nela, o respeito à diferença se impõe como necessidade para o estabelecimento de relações simétricas.

De acordo com Graupe, a educação tem o papel decisivo a cumprir na perspectiva de oferecer para as pessoas em processos educativos, a 'pedagogia da equidade'. Essa pedagogia inclui as temáticas transversais e interdependentes para que desde cedo os aprendizados tenham fundamentos de inclusão e respeito às diferenças, e o não suporte às desigualdades, pois, para a pedagogia da equidade, é "[...] indispensável o conhecimento sobre os princípios do querer, saber e fazer" (GRAUPE, 2014, p. 393).

Compreendemos que a desigualdade, por sua vez, dificulta as condições para o diálogo. Ainda, de acordo com Locks, na cultura da fazenda se aprende e desenvolve um mundo de 'diálogo' próprio, com "[...] comportamentos sociais, relações de poder, estilos de vida, ritmo

de trabalho, normas, códigos, símbolos, valores oriundos do mundo da grande fazenda" e isso "[...] está relacionado ao modelo de desenvolvimento local e regional (LOCKS, 2016, p. 118). Nesse viés, pensamos que dialogar na busca de mudanças é permitir passar pelo conflito, desconstruir o eixo norteador da desigualdade, deixar-se atravessar pelo diferente e fazer emergirem as possibilidades de equidade para que a categoria gênero em permanente reconstrução possibilite repor o diálogo numa dimensão de circularidade, flexibilidade. Assim, em seus contextos situados, pode-se sinalizar uma estratégia política de mudanças socioculturais na região serrana catarinense.

Cabe lembrar que são relações socioculturais predominantemente estruturadas nas dimensões de sexualidade, gênero, religiosidade, classe, raça, dentre outras. Do lugar de fala das entrevistadas, Violeta abre uma janela diferenciada em relação às demais mulheres que participaram da pesquisa. Confirma que a cultura do patriarcado se instala nos pensamentos e práticas não só dos homens, mas de maneira forte também na história cultural das mulheres, quando a educação escolar levou a acreditarem que são potencialmente inferiores aos homens. Isso é perceptível, segundo o que expressou Violeta, ao dizer que as próprias mulheres não aprovam a iniciativa e decisão em participar da organização no sindicato e na política.

4.4.3 O MMC como espaço educativo e de emancipação feminina

Em relação aos processos educativos para a emancipação feminina, as mulheres participantes da pesquisa abordaram sobre suas trajetórias de mulheres camponesas em: viver, serem educadas e trabalharem na roça, cuidarem da casa, filhas/os, e todos os outros trabalhos.

Trajetórias de vida são circunstanciais, peculiares e diversificadas. Sua complexidade traz limites à compreensão. Não obstante a esses limites, apresentamos, aqui, o que nos foi possível absorver e compreender por meio do que fluiu nas falas das mulheres entrevistadas.

Reiteramos que para as mulheres camponesas sujeitas da nossa pesquisa o destaque quando se trata da sua formação e militância se concentra nos processos, na medida em que desperta desejos, indignação e potencializa coragem para um novo olhar na realidade circundante, e uma nova perspectiva de vida.

Ousamos dizer que por meio dos estudos que realizamos, dos relatos ouvidos das camponesas, antes do seu ingresso no MMC, essas mulheres eram consideradas párias sociais, ou seja, como insignificantes socialmente. Deve-se isso às interferências culturais impostas que normatizaram para as mulheres um lugar invisível no espaço privado da casa.

Segundo Cinelli e Ribeiro (2016, p. 212), está em curso a realização de um projeto de educação popular coletiva das camponesas que vem sendo sonhado e construído desde a década de 1980. Para a materialização do referido projeto, o primeiro passo, e que abriu um leque de outras perspectivas, foram os convites, as leituras com abordagens coletivas e de organizações de mulheres desde a Bíblia até o sindicalismo, o que as instigou e animou a um sair da "casa" para entrar "no" e "ficar" em movimento nos espaços públicos daquele tempo, conforme pudemos constatar nas narrativas das entrevistadas: "*Graças aos Movimentos Populares pensar coletivamente, que na CPT[...], a gente aprendia muito isso, a ter esse olhar para as mulheres, a história das mulheres[..], eu fui, foi a primeira vez que eu fui pro mundo como se diz".* (Melissa 2020)

Fica, deste modo, compreensível e evidente que somente com as mulheres saindo de casa, se reunindo, dialogando, refletindo juntas, se organizando, discutindo, assumindo lutas, foi/é possível a construção da militância, sonho acalentado também pelas camponesas, como abordou Melissa "*E eu assim passei por essa história do MMC muitas peleias, muitas lutas, muitas conquistas*".

Na década de 1980, a Igreja e o Centro Vianey de Educação Popular tomaram a iniciativa em oferecer/possibilitar oportunidade para um "sair de casa", uma oportunidade para as mulheres do meio rural se reconhecerem e para conhecerem a proposta do movimento que oportunizava espaços de formação e de aprendizados conforme relatos das entrevistadas, abaixo: *"porque tinha o Centro Vianey, tinha a Ir, Jandira, o Pe. Geraldo na época, a Ir, Angélica, quantos né que passavam por ali e que vinham trabalhando com a gente essa questão, o Munarim, o Sergio Sartori. O Vianey era um espaço de formação"* (MELISSA, 2020).

"Foi lá, teve cursos, encontros, o professor Sergio, o Pe. Geraldo, Ir. Jandira, e os demais profissionais que lá trabalharam" (VIOLETA, 2020). E como a vida não é reduzível, mas um processo dinâmico em movimento, foi na organização e no ingresso ao Movimento de Mulheres Agricultoras (como foi inicialmente chamado), que as mulheres, nesse período, conseguiram enfrentar as muitas dificuldades e limites, as incompreensões, e ingressar numa nova perspectiva, podendo, desse modo, reivindicar um lugar para sonhar além da casa.

Permitimo-nos, portanto, afirmar, após ouvir as mulheres sujeitas da nossa pesquisa, que a partir de sua participação no MMC estas iniciam um processo de saída da invisibilidade. Participando se reconhecem e se sentem valorizadas, aprendem a ousar e ser militantes. Ser militante, para as camponesas, é ter acesso a processos de formação, e lutas, como revelou a a entrevistada Melissa (2020): "*E quero continuar sendo, não me arrependo sempre saia de casa, por todas as nossas mobilizações*". Esses processos, por sua vez, vão além da conquista de

direitos, pois eles possibilitam preparo, educam para a conquista da autonomia, empoderam as mulheres a manter um pé fincado na terra e outro na articulação com outras organizações parceiras com vistas à transformação social, a novas relações de gênero consigo, com as demais e com a natureza, o cosmos.

> *Eu tinha um sonho muito grande de estudar. [...] Me casei, fui me envolvendo nos movimentos de comunidade, participando em reuniões e consegui. Eu fui me envolvendo na comunidade, participando em reuniões, participei dos movimentos, tive formação na educação. (GIRASSOL, 2020).*
>
> *Também através da Igreja ele sempre fez parte da CPT, Graças aos Movimentos Populares pensar coletivamente, que na CPT[...], a gente aprendia muito isso, a ter esse olhar para as mulheres, a história das mulheres. A gente se reuniu via sindicatos, e eu fui, foi a primeira vez que eu fui pro mundo como se diz. E a gente volta na própria Bíblia que na CPT, a gente aprendia muito isso, a ter esse olhar para as mulheres, a história das mulheres. Depois eu entrei também, [...] a gente a partir do MMC, me deu vontade de voltar a estudar. Lages foi um exemplo muito bom, porque tinha o Centro Vianey, tinha a Ir, Jandira, o Pe Geraldo na época, a Ir, Angélica, quantos né que passavam por ali e que vinham trabalhando com a gente essa questão, o Munarim, o Sergio Sartori. O Vianey era um espaço de formação (MELISSA, 2020).*
>
> *Sou mãe, esposa, filha, que tenho meus compromissos, sou catequista, sou ministra lá da nossa capela, da pastoral da saúde, do sindicato. [...] Na igreja, ali já tinha um grupo de família meu tio coordenava (ROSA, 2020).*
>
> *Eu sou desse jeito cabocla pura, e gosto de ser né. [...] Não ter vergonha de ser trabalhadora rural. Tenho de agradecer o pessoal da Igreja que me deram muita força. Eu gostei mais, onde eu ficava mais junto com as mulheres do movimento de Mulheres, com as pastorais, com entidades, os conselhos. A minha faculdade que eu participei foi lá no Centro Vianey de Educação popular. Foi lá, teve cursos, encontros, o professor Sergio, o Pe. Geraldo, Ir. Jandira, e os demais profissionais que lá trabalharam (VIOLETA, 2020).*
>
> *Foi através do Movimento que a gente descobriu que a gente mesmo tem que se valorizar. (SIC) Gostaria que todas as mulheres soubessem disso, porque tem muitas que a gente sabe, tem aquele medo até hoje do marido né, e não devia ser assim. Agradeço o povo da Igreja que me incentivou (ROSA, 2020).*
>
> *Graças aos Movimentos Populares pensar coletivamente, que na CPT[...], a gente aprendia muito isso, a ter esse olhar para as mulheres, a história das mulheres. A gente se reuniu via sindicatos, e eu fui, foi a primeira vez que eu fui pro mundo como se diz. [..] E essa questão das próprias verduras, dos chás, temperos, estar partilhando, deixar de viver o individualismo [...], plantar, cuidar, porque hoje eu e meu companheiro temos esse olhar para a vida e as pessoas. [...] Olha eu assim, fico feliz de acreditar naquilo que a gente faz e de estar ali, contribuindo para uma transformação da sociedade né. (MELISSA, 2020).*

Como temos afirmado, nas bagagens históricas, as mulheres do meio rural carregam muitas sementes: de resiliência, resistência, de plantas medicinais, alimentares e esperanças pessoais e coletivas. É desse esperançar que se faz o processo de aprender e ensinar o cultivo e cuidado com a sementes crioulas, como prática cultural na produção dos alimentos agroecológicos saudáveis, num viés de desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva de projeto vem acompanhando as camponesas desde cedo, como nos disse Girassol (2020): "*Eu como sempre tive muita preocupação com as questões ambientais*", e se fortaleceu com a participação no MMC.

O MMC em nível de organização nacional, segundo Edcleide da Rocha Silva e Ana Claudia Rauber (2020, p. 100), preconiza um projeto de Agricultura Camponesa, Agroecológica e Popular "[...] como uma forma de resistência e contraposição ao modelo de agricultura capitalista". E na região serrana de Santa Catarina, as camponesas ainda resistem nesse cultivo, herdeiras que são da ancestralidade dos povos nativos para os quais produzir alimentos é para o bem viver, não para um projeto de lucro e morte das vidas e do ecossistema. Agroecologia para as camponesas é projeto de vida, é projeto de sociedade não capitalista.

Se a história oficial oculta e invisibiliza, e por muito tempo nega a presença das mulheres camponesas, o MMC, articulado com outras organizações e movimentos, protagoniza alternativas nada fáceis, mas possíveis. As mudanças vão surgindo na medida em que as mulheres assumem as próprias histórias, suas trajetórias de vida, firmando lutas estratégicas, considerando as diferenças pessoais e regionais, por compreenderem que um projeto comum se constrói com solidariedade de classe trabalhadora camponesa.

Para as mulheres que se organizam no MMC, há uma luta histórica em se tornarem sujeitos do coletivo que, segundo Ana Elza Munarini, Catiane Cinelli e Rosangela Piovezani Cordeiro (2020, p. 34), (mulheres militantes e pesquisadoras do MMC/Brasil), "[...] se constitui numa luta em prol dos direitos, com destaque aos de 'educação e seguridade social'. Conquistados esses, abriram-se possibilidades para outras conquistas, como a do reconhecimento do ser gente, mulheres a fazer história". Ao ser reconhecida como trabalhadora rural, a mulher camponesa passa a existir, é um sujeito social com profissão, que vive no e do trabalho rural.

Enquanto o capitalismo insiste em usar a categoria "chefe de família", mantém as relações que discriminam e subordinam as mulheres e que se expressa através do machismo. Nesse contexto, as mulheres têm menos coragem para assumir lideranças. Os sinais de mudanças vão surgindo a partir do momento que as mulheres fazem parte de uma organização.

Faz-se coerente, portanto, afirmarmos que pelo viés da organização, da mística, da formação política, num fazer interdependente: luta organização e militância, o MMC contribui para conquistas importantes das mulheres camponesas. O conhecimento adquirido é fator de libertação econômica e política para a construção do projeto de vida com vistas a uma sociedade feminista e sem classes. Segundo Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020, p. 76), "[...] a luta por autonomia econômica e o reconhecimento do nosso trabalho nesse sistema são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação". As afirmações de Itamara e Cleidineide, mulheres militantes e pesquisadoras do MMC/Brasil que fazem parte da equipe que acaba de publicar a mais recente coletânea intitulada: *Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*, nos trazem luzes, acendem novas esperanças, sinalizam que as camponesas, quando têm iguais oportunidades, ousam apontar outros caminhos para seguir no enfrentamento ao patriarcado, ao capitalismo e ao racismo. Significa sair, ir em busca, não obstante as dificuldades enfrentadas.

> *Aprendi também me engajando na campanha junto com os Sem Terra e indo nas paralizações de banco, em Brasília, por uma das reivindicações o salário maternidade. (VIOLETA, 2020)*
>
> *Sem ter medo, vá em frente para garantir nossos direitos conquistados, senão nós (SIC) perde. Precisa de novo as cartilhas do movimento de mulheres, do sindicato dos sem-terra, porque a gente fazia trabalho tudo junto. (ADÁLIA,2020)*
>
> *E o maravilhoso, que foi desse movimento que deu toda essa abertura, que as minhas filhas cresceram assim também. A mulher ter autonomia de estudar, buscar, dirigir, ter a sua vida né, uma autonomia com responsabilidade. (GIRASSOL, 2020)*
>
> *E quero continuar sendo, não me arrependo sempre saia de casa, por todas as nossas mobilizações [...], mas a nossa região, a história dos nossos caboclos, nossos alemães, nossos italianos e todo nosso povo que tá aí, eu acho que é interessante a gente valorizar cada vez mais, se valorizar e buscar conhecimento né, não parar jamais, porque por mínimas as coisas que você faz, você está ali na defesa da vida. Eu vejo cada vez mais a importância das agricultoras/es se não fosse elas/es, a questão da própria alimentação para chegar nossa mesa. [...] Com os enfrentamentos que a gente fez, quando você olha as fotos, você vê todos os direitos que não se tinha e que a gente começou. (MELISSA, 2020)*

Embora não haja mulheres da região serrana na publicação mencionada, pensamos estas fazem parte dessa trajetória de construção e organização do Movimento. Como as pesquisadoras afirmam no prefácio, é uma elaboração coletiva, e a coletânea pretende contribuir

na escrita de novos textos, a partir das histórias de vida e pesquisas, para que venham fortalecer a continuidade e o aprofundamento dos processos de formação, de organização e de luta das militantes camponesas.

E o qual o significado de mais essa conquista para as mulheres camponesas da região serrana catarinense, se elas não fazem parte da autoria da publicação? Pensamos que essa publicação chega num momento bem oportuno para nossas inquietações e buscas, ela se constitui em nova fonte de inspiração e resistência. As mulheres camponesas da região serrana catarinense entrevistadas sinalizaram a necessidade dos processos de formação, de militância e de produção de novas cartilhas para a retomada da reorganização do MMC.

Se as mulheres de diferentes regiões do Brasil socializam seus saberes e fazeres condensados em mais uma publicação científica, é uma nova conquista que nos alegra, e ao mesmo tempo instiga a investir em processos de formação coletivos. Provoca-nos a resgatar o potencial resistente das mulheres da região e alimentar o sonho em dar continuidade aos aprendizados com o conhecimento teórico, a valorizar o saber científico, como o saber popular sistematizado.

As entrevistadas manifestaram gratidão, alegria por haverem realizado junto aos movimentos sociais processos de variados aprendizados. São sinais concretos, tangíveis, da importância e do significado do movimento, prospectando o que foi aprendido e que gerou transformação nas suas relações sociais e familiares, especialmente no que se refere à educação das meninas e mulheres. "*E o maravilhoso, que foi desse movimento que deu toda essa abertura, que as minhas filhas cresceram assim também. A mulher com autonomia para estudar, buscar, dirigir, ter a sua vida né, uma autonomia com responsabilidade*" (GIRASSOL, 2020).

Mas suas falas acentuam ainda outro elemento fundamental nas trajetórias de participação e conquistas. Para levar adiante processos de educação/formação libertadora e popular, um dos requisitos necessários, além das pessoas, dos espaços de diálogo, escuta e reflexão, são os conteúdos oferecidos que dão a base e o embasamento necessários.

Naquele período (década de 1980), a produção das "cartilhas" em linguagem popular, acessível à compreensão das camponesas, articulado com outras entidades, como os sindicatos, e outros movimentos sociais, cumpriram o papel de animador e fomentador de conteúdos formativos, facilitando às mulheres a construção de autonomia. A entrevistada Adália confirma, e ao mesmo tempo sugere, a retomada dessa metodologia pedagógica como ferramenta de trabalho para a reorganização do MMC e a rearticulação com outros movimentos sociais parceiros do mundo rural: "*Precisa de novo as cartilhas do movimento de mulheres, do*

sindicato dos Sem-Terra, porque a gente fazia trabalho tudo junto" (ADÁLIA, 2020). Pensamos ser um forte indicativo para o MMC da região.

Por essa razão, faz-se importante a retomada da organização dos grupos de base, ousar investir na formação de mulheres na e para a militância, valorizando a mescla cultural, com um olhar mais aguçado à cultura 'cabocla'. Em parcerias com universidades, com outras organizações, vislumbrar escritos, publicações com as mulheres serranas que sinalizem que a emancipação, autonomia e libertação também se fazem possíveis pelos processos de formação militante e camponesa, ainda que em territórios com viés cultural da fazenda, coronelista e machista. Resistir é preciso, sonhar é possível, e investir em formação pode se tornar viável e visível.

Insistimos em afirmar a possibilidade de avanços. Destacamos breves falas de uma das nossas entrevistadas, aposentada como trabalhadora rural, que desfruta da conquista do mérito também de suas lutas, muito embora tenha estudado apenas até a terceira série: "*fui na escola, aprendi até a terceira série* [...], *e na igreja eu custei um pouco. Daí fui aprendendo, e quando eu vi estava (SIC) sendo até coordenadora do movimento de mulheres agricultoras na época, estadual [...] foi em tudo quanto era lado, Chapecó, Xanxerê, pra Itajaí, Florianópolis, para participar das reuniões, passeatas. E a gente foi incentivando as mulheres, para lá e para cá, até que foi dando certo" (ADÁLIA, 2020).*

Nessa perspectiva, o projeto de vida do MMC/Brasil, como já mencionamos, é um movimento autônomo, classista, feminista, de lutas e enfrentamentos. Faz processos de empoderamento das mulheres participantes, começando pelo reconhecimento de si, do seu corpo, de suas capacidades e valores. O Movimento, ao potencializar as mulheres, potencializa as práticas do cotidiano, a militância e amplia essa potência com as outras organizações e movimentos, de acordo com as narrativas registradas.

> *E eu assim passei por essa história do MMC muitas peleias, muitas lutas, muitas conquistas. E no movimento das mulheres agricultoras, eu aprendi muito, principalmente junto com Rose Marie Muraro, a se conhecer melhor, a valorizar o teu corpo, a conhecer o teu corpo e os teus valores né, a saber dizer sim, saber dizer não, eu acho que foi um momento muito importante, essa questão da própria agricultura familiar, o campesinato a gente veio aprendendo, a produção as sementes crioulas. Depois com os movimentos que a gente participou, na nossa região a gente sabe que não existia a questão da própria reforma agrária né. Juntas aí nessa luta por terra, contra o latifúndio, contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, a questão da valorização das mulheres, mais tarde a questão dos atingidos por barragens. (MELISSA, 2020)*

Por fim, ao concluir, podemos afirmar que as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, por conseguinte a organização que integram, por suas trajetórias, corroboram com o MMC/Brasil como sujeitas de processos emancipatórios, portanto, podem, e devem, ser incluídas no grupo das lutadoras que trouxeram conquistas para si e para a região. São as lutas, os processos de formação, a militância, os proporcionadores de autonomia e superações para uma vida de dignidade para as mulheres e homens. Suas histórias ratificam a importância da formação e da militância na emancipação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Não somos nem melhores, nem piores, somos
iguais. Melhor é nossa causa".
Thiago de Mello

Chegamos a um final que nos remete a um recomeço. Recomeçar agora compõe a arte de viver, porque estamos permanentemente em processos e transformações, e o caminho se faz ao caminhar. Já disse o poeta Fernando Pessoa, "tudo vale a pena se a alma não é pequena". No percurso do mestrado que fizemos, confirmamos que a "alma' se engrandeceu, porque ampliaram-se as possibilidades de encontros, aprendizados, percepções, desafios. Gratidão e reconhecimento a todas as pessoas envolvidas.

Em nossa vida, são as relações construídas na trajetória coletiva que permitem novas inserções e superações. Essa superação se fez necessária, bem como o assumir a primeira pessoa do discurso, visto que, no decorrer da pesquisa, ocupei o lugar de pesquisadora, de agente social, camponesa e militante. No processo, pude confirmar que fazer pesquisa e produção científica com a perspectiva feminista, dos saberes localizados, situados no espaço camponês, deixou de ser sonho, se materializou.

De várias maneiras me senti desfiada a fazer esse percurso. Merecem destaque a experiência vivida no âmbito familiar camponês e numeroso. Na sequência, quando da minha graduação em filosofia. Éramos um número acima de 20 (vinte) discentes, somente 2 (duas) mulheres. Se não bastasse isso, todos os referenciais teóricos usados até então eram de autoria de pensadores masculinos. Minha participação insurgente provocou rupturas, inserimos mulheres e realizei minha pesquisa com esse viés novo, conhecer algumas mulheres filósofas.

Outro fator determinante foi que na militância ouvi, testemunhei muitas, muitas mulheres fazendo histórias de protagonismo libertador e revolucionário, mas que eram invisibilizadas, desqualificadas, por serem mulheres. Essa compreensão está em consonância com a cultura do patriarcado capitalista, na qual as mulheres do campo não contam, são insignificantes. Houve agravamento quando não tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Por essa razão, sendo mulheres do campo, o lugar invisível se apresenta maior, e mais abrangente.

Registo, todavia, que somente agora, já numa fase adiantada de minha vida, é que me foi possível realizar esse sonho, essa busca com o olhar do fazer científico, e sou grata por isso. Um registro especial à minha orientadora, Doutora Mareli Eliane Grupe. Seu incentivo,

acolhida, paciência, firmeza e conhecimento partilhado foram decisivos. Afetada pelos afetos e desafetos na trajetória de agente militante, em nível eclesial, e de movimentos sociais, foi esse período do mestrado, embora breve, que me permitiu ressignificar aprendizados e ampliar o horizonte para prosseguir como uma eterna aprendiz. A vida segue seu curso, e o cotidiano, em sintonia com o acadêmico, me permite compreender que a formação, os aprendizados se fazem ao dar forma as nossas ações, ao negar a tendência elitizada no produzir conhecimentos no viés branco, rico, eurocêntrico. E o caminho se fez.

Nesta dissertação, pratiquei a pesquisa com *locus* centrado na epistemologia feminista e busquei compreender acerca da inserção das mulheres camponesas no MMC, bem como, a importância dos processos formativos e da militância para sua emancipação social. Foi um caminho permeado por diferentes olhares, inspirações, dúvidas, rupturas e superações. A Pandemia COVID-19 exigiu readequações, uma realidade completamente nova, desconhecida, complexa.

Não obstante, a dissertação saiu do sonho, foi sendo delineada, organizada e produzida, amparada pelas autoras que sustentam o embasamento teórico, acrescida das entrevistas realizadas com as cinco mulheres camponesas da região serrana de Santa Catarina por meio das quais coletamos significativo conteúdo empírico para o desenvolvimento do trabalho.

Assim, socializamos um pouco da trajetória de vida da pesquisadora, suas motivações para realizar a pesquisa. Trazemos, também, os desafios e compromissos que a realização da pesquisa nos remete.

Na perspectiva de respondermos à problemática da pesquisa, "**Qual a importância do MMC para as mulheres do meio rural, e qual a sua contribuição para o processo de formação e de militância?**", apresentaremos uma síntese dos principais resultados elaborados durante a realização deste estudo.

Desenvolvemos uma reflexão acerca do patriarcado e feminismos para melhor compreendermos como o patriarcado - enquanto sistema político-social impregnado nas relações sociais assimétricas e hierárquicas - mantém a supremacia branca e masculina. Por sua vez, alargamos a compreensão sobre feminismos, com as diferentes ondas, na perspectiva de gênero. Para além de questionar, tecemos possibilidades de incluir sujeitos históricos invisíveis e insignificantes para os sistemas do capitalismo e do patriarcado, o que nos ajudou perceber a necessidade de nos debruçarmos com afinco sobre essas temáticas, emergentes e instigantes.

Assim, constatamos que a cultura do patriarcado está presente na história de ontem e de hoje nas relações sociais da região serrana catarinense. Concomitante a isso, alegrou-nos constatar e confirmar que a região serrana de Santa Catarina tem, também, uma trajetória de

sementes de insurgência plantadas pelo trabalho da Igreja com a Teologia da Libertação, sob a atuação das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, do Centro Vianey de Educação Popular, dos sindicatos combativos e de outros movimentos sociais populares.

É desse trabalho formativo/educativo, realizado em parceria, que as mulheres camponesas entram no cenário de sua organização. Participantes, redescobrem e ressignificam relações ancestrais de parceria, solidariedade e trocas. Compreendem que são mulheres com valores e potencialidades. Se munem de coragem para dizer sua "palavra", se fazer ouvir e respeitar. Vencem o medo e abrem janelas na cultura patriarcal, coronelista e machista que as quer invisíveis, caladas e dependentes. Em suma, podemos assegurar que a participação no MMC lhes deu 'asas' para voos pessoais e coletivos com a perspectiva libertadora.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo realizada na Serra Catarinense com cinco mulheres, em cinco municípios da região, nos possibilitou, por meio de relatos, alargarmos nosso horizonte de compreensão sobre a participação dessas mulheres no movimento, sua militância e formação, seus processos de empoderamento e emancipação.

A partir dessas constatações, ousamos reafirmar que a pesquisa e a produção científica não são neutras, são feitas de escolhas. Escolhas de referenciais teóricos, escolhas de sujeitos, de metodologia, de campos de pesquisa a serem contemplados, dentre outros.

Considerando as falas das mulheres camponesas, 'elas com a palavra', coletadas pelas entrevistas, refletindo acerca das mesmas em uma análise reflexiva sobre os dados a partir dos conceitos teóricos das autoras referenciadas, nos foi possível apontar algumas possibilidades, conquistas, como também outros desafios, necessidades de superação, de transpor limites que permanecem.

Nesse sentido, tecemos nossas considerações para o **campo da produção do conhecimento**: para que a ciência avance na perspectiva da formulação de uma ciência inclusiva, há que desconstruir o patriarcado colonial. Este continua a sustentar as desigualdades de gênero, as relações de domínio sobre as mulheres que mantém na invisibilidade e num ocultamento científico. Para tanto, concluímos, há que se fortalecer e reconhecer a potência da epistemologia feminista, dos saberes localizados presentes na vida e nos fazeres das mulheres camponesas. As mulheres estão sinalizando essa possibilidade.

No que tange às **relações de gênero na educação familiar e a influência da cultura do patriarcado** afirmamos: se cultura também é construção histórica, é passível de desconstruções e reconstruções. Nascidas e educadas na cultura do capitalismo, do patriarcado machista e coronelista, as mulheres da região serrana o sustentam e o repetem em suas relações

familiares e sociais na medida em que permanecem no espaço privado, ceifadas que são de outras percepções e aprendizados, portanto, impossibilitadas de propor rupturas mais potentes.

Contudo, as entrevistadas afirmam já haver colocado luz na escuridão. Foram enfáticas ao afirmar que a partir do convite e do incentivo, sentiram-se desafiadas. Quando conseguiram aglutinar as condições necessárias para dar início a um caminho de saída do espaço privado da casa, conhecer suas histórias, passam a fazer uma trajetória de participação no MMC, e em suas vidas se iniciam mudanças insurgentes.

Quanto ao espaço escolar e as relações de gênero observamos: segundo os relatos das mulheres participantes, a escola reproduziu a cultura discriminatória de gênero. Na escola, a professora mulher fez uso do lugar de educadora para dar incentivo e fortalecimento às desigualdades de gênero. Meninos tinham mais valor, eram mais capazes em determinadas tarefas, dizia ela. Fortaleceu, também, a divisão sexual do trabalho, do lazer, marcando profundamente a vida das meninas/mulheres.

Ainda, na escola as meninas aprenderam que os meninos, por serem homens, têm privilégios em relação a elas, que são mulheres. Cresceram sem autoconfiança, com medo de participar, com vergonha, porque poderiam fazer errado em espaços públicos. Houve mudanças decisivas em suas vidas. Essas transformações foram possíveis, e creditamos o mérito à contribuição da Igreja e de movimentos sociais populares empenhados na construção de processos de autonomia e libertação.

Quanto ao MMC como espaço educativo e de emancipação feminina, as nossas entrevistadas deixaram uma forte reivindicação: a da urgente retomada dos trabalhos de formação e organização de base. Formação na perspectiva popular, com a produção de materiais, ‘cartilhas’, e o desafio do envolvimento de novas participantes nos seus quadros para trazer, além de mulheres jovens, novas experiências e aprendizados.

Neste 2021, quando temos um governo que, desqualifica a ciência e inviabiliza as possibilidades de estudar, o desafio para os movimentos sociais se amplia. No caso específico para as mulheres camponesas, estas apontaram a necessidade de voltar ao chamamento das que já fizeram parte do movimento, chamar as novas, retomar os grupos de base, a militância, as lutas. Impedir a retirada de direitos já conquistados só é possível com teimosia, resistência e continuidade da formação educativa. Encontrar mecanismo para o não abandono desses processos, mesmo em tempo de pandemia, e seguir mexendo no tabuleiro da conquista dos direitos equitativos, como também na retirada da máscara fascista, ditatorial e machista que se instalou na república do atual governo, e que se expressa também na região serrana, é salutar e necessário para o projeto de sociedade que as mulheres camponesas do Brasil vêm construindo.

Investir na construção do feminismo camponês e popular é a janela aberta para um futuro com direitos iguais. Maior investimento e envolvimento neste projeto social na região serrana irá beneficiar a sociedade como um todo.

Ao concluir, consideramos que os objetivos propostos para nossa pesquisa foram alcançados, dado que nos propusemos compreender *a inserção das mulheres camponesas no MMC e sua importância para o processo de formação e de militância, como também conhecer referenciais teóricos da epistemologia feminista, e identificar a importância do MMC para as mulheres da serra catarinense.*

Reiteramos o já afirmado, ao 'escutar' as mulheres da região serrana, que a participação no movimento fez toda diferença em suas vidas. Essas mulheres, ao saírem de casa, saem da invisibilidade, se sentem sujeitas de suas vidas, protagonistas de novas trajetórias de participação social e política.

No entanto, ensejamos que nosso trabalho seja apenas um marco inicial para um abrir asas, alçar novos voos, no sentido de poder seguir militante e pesquisadora, agora com outro olhar, outras referências. Voos que possam envolver e apaixonar outras pesquisadoras, as próprias mulheres camponesas, a ressignificar a utopia por uma região serrana catarinense mais liberta, que revalorize a cultura ancestral, com suas especificidades, com as mulheres emancipadas. Uma região também emancipada, pautada por outras relações, não mercadológicas. Relações sem os malefícios do machismo coronelista estrutural, que seja de afirmação da cultura local, a cabocla. Se o machismo é um problema coletivo, que subordina as mulheres, a luta para a sua superação também deve ser coletiva, para repor a solidariedade, para o fim das opressões, e para a reconstrução do legado latino-americano e serrano do bem viver.

Sonhamos coletivamente porque, com Eduardo Galeano, pensamos na utopia possível sim. Caminhamos em busca de um outro horizonte. Esse horizonte está presente no fazer teórico e prático. E o caminho que se faz ao caminhar, caminhamos esperançando!

"A utopia está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se distancia dez passos mais além. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar" (Eduardo Galeano)

Que horizonte vislumbramos? De esperança, apesar de toda a complexidade que vivemos no século XXI, de negacionismo, obscurantismo, violências de gênero, medos e total insegurança. Urge que façamos a hora, ainda que faça escuro. Assim, a experiência vivenciada no mestrado me permite ressignificar a paixão e cumplicidade em seguir aprendendo com o conhecimento teórico, a valorizar o saber científico tanto quanto o saber popular não

sistematizado, a socializar os aprendizados, porque, deste modo, novas cunhas virão a ser metidas com as perenes lutas e saberes das mulheres.

Com a produção desta dissertação nos permitimos afirmar que conseguimos perceber e confirmar que para a produção de conhecimentos localizados, há que ser evitado o cientificismo unilateral, eivado no viés do patriarcado colonial como normatizador da produção científica. As mulheres aprendem, ensinam e apontam para essas diferenças. A academia e o saber popular feminista podem ser construtores de novas narrativas, de novos conhecimentos, contemplando as subjetividades, sem abdicar (ou negligenciar) da dimensão científica.

"Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia" (SAFFIOTI, 1992, p. 183).

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. Trad. Cristina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AEBISCHER, Verena; FOREL, Claire. Introdução. In: AEBISCHER, Verena; FOREL, Claire (orgs.). **Falas masculinas, falas femininas?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

AIMTR-SUL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos**, n. 01. Passo Fundo: Gráfica Battistel, 1994.

AIMTR-SUL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos**, n. 01. Passo Fundo: Gráfica Battistel, 1994.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista. In: MESADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLET, Zenaide (Orgs.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

ARENDT, Hannah. (1906-1975). **A Condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1989.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares, 2. ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2010.

BAUMAN, Ziygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição (1888).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF; Senado,1888.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo**: Mulheres Agricultoras. 1991. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). – Pós Graduação em Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CASTRO, Joana. Conferencia Magistral, "**Epistemologia e Investigacion Feminista". Disponível em: <**https://be/OFjV9lrWRSO**>.** Acesso em: 09 set. 2020.

CASTRO, Amanda Motta, MACHADO, Rita de Cássia Fraga (org), **Estudos Feministas**, mulheres e educação. Curitiba: CRV, 2016.

CINELLI, Catiane; RIBEIRO, Marlene. Educação popular e mulheres camponesas. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Org.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Denise Mariane e DARON, Vanderléia Pulga**. Mulheres resistência e luta em defesa da vida. (**Conceição Paludo org.). São Leopoldo: CEBI, 2009.

COSTA, Michelly Aragão Guimarães. O feminismo é revolução no mundo: outras performances para transitar corpos não hegemônicos. **Territórios**. Revista de Educação, Universidade Federal de Pernambuco: Caruaru, Brasil, v. 4, n. 6, 2018.

DARON, Wanderléia L. P. et al. (Orgs.). **Mulheres Camponesas:** semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

DARON, Wanderléia L. P.; COLLET, Zenaide (Orgs.). **Associação de Mulheres Trabalhadoras**. Brasília: Ministério da Saúde/AMTR-SUL, 2014, p. 389-408.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ. **Interthesis**, Revista Internacional Interdisciplinar, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun 2007. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>. Acesso em: 31 mar. 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. França, 26 de agosto de 1989. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 09 marc. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: Um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre. Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 73 ed. Rio de Janeiro/São Pulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político no contexto da década de 1980. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FURLIN, Neiva. Do gênero à "ideologia de gênero" no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, Bahia, v. 17, n. 44, p. 1-23, jan./mar. 2021.

GAMARNIKOW, Eva. Educação (in)justiça social e direitos humanos. Combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Krot. **A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas:** uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina. Brasil: UNISC, 2017.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: Cepis, 2001.

GEBARA, Ivone. Educação popular: a ressignificação das expressões. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Org.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade Justiça Social e Feminismos**. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhauditi Editora, 2010.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade Justiça Social e Feminismos**. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhauditi Editora, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Gloria, **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Mari de L. Pinto (Orgs.) 2. ed. Campinas: São Paulo: Alínea, 2010.

GOMES, Camila de Magalhães. Gênero como uma categoria de análise decolonial. Dossiê Gênero Sexualidade, gênero decolonial. **Cívitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr, 2018.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã (1791). **Interthesis**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007.

GRAUPE, M. E. Pedagogia da equidade; gênero e diversidade no contexto escolar. In: MINELLA, L. S.; ASSIS, G. O.; FUNK. S. B. (Orgs.). **Desafios Feministas**. Tubarão: Copiart, 2014.

GUIMARÃES**,** Nadya Araujo. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2), maio/ago. 2016.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

HOOKS, Bell. Compreendendo o Patriarcado. In: CORREIA, Carol. Compreendendo o patriarcado, por bell hooks. Tradução de Angelica Rente. **Medium**.com/blogspot., 21 jun. 2017. Disponível em: <https://medium.com/enugbarijo/compreendendo-o-patriarcado-por-bell-hooks-3a0f73f5e5f8>. Acesso em: 5 mar. 2021.

HOOKS, Bell. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, O Feminismo é para todo Mundo. Caruaru, v. 4, n. 6, 2018.

ISSA, Rafael. A arte na visão de Friedrich Nietzsche. **Humor e ideias.** Blogspot. **12 mar.** 2009. Disponível em: < http://humoreideias.blogspot.com/2009/03/arte-na-visao-de-friedrich-nietzsche.html#:~:text=A%20arte%20na%20vis%C3%A3o%20de%20Friedrich%20Nietzsche,-%22A%20arte%20e&text=%C3%89%20na%20trag%C3%A9dia%20%C3%A1tica%20que,Dioniso%2C%20deuses%20da%20mitologia%20grega.>. Acesso em: 18 fev. 2020.

JEZIENE, Edineide; ALMEIDA, Mari de Lurdes Pinto de. (Org.) **Educação e Movimento Sociais**: Novos Olhares. 2. ed. Campinas: São Paulo: Alínea, 2010.

KETEZER. Patrícia. Como pensar uma epistemologia feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, a. 9, n. 18, jul./dez. 2017.

LOCKS, Geraldo Augusto. Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas contemporâneas n serra catarinense. In: PEIXER, Zilma Izabel; CARRARO, José Luíz. **Povos do campo, educação e natureza**. Lages: Grafine, 2016.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; Delia Dutra. Outras epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismo, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 230-248, 2018. ISSN: 1984-1639

MATOS, Marlize. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MATOS, Marlize. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago, 2008.

MAUSS, Marcel. Da dádiva à reciprocidade: Eric Sabourin. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, versão online ISSN 1806-9053. v. 23 n. 66. São Paulo, fev. 2008.

MAYRING, P. Qualitative Inhaltsanalyse. In: FLICK, U.; KARDOFF, E.V.; STEINKE, I. (Orgs.). **Qualitative Forschung**: Ein Handbuch. Reinbeck: Rowohlt. S. 468-475, 2009.

MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro (Org.). **Organização social e movimentos sociais**. Porto Alegre: CirKula, 2015. 340p.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antônia Kroth; COLLET, Zenaide (org.) **Feminismo Camponês e Popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antônia Kroth; COLLET, Zenaide (org.) **Feminismo Camponês e Popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC Brasil. **História**. Movimento de Mulheres Camponeses. Disponível em: <https://www.mmcbrasil.com.br/site/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC-Brasil. (2004). **Nenhuma trabalhadora rural sem documentos** (5ª ed.). Cartilha. Passo Fundo/RS: Impressão Gráfica Battistel.

MUNARIN, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages**. Florianópolis: UFSC, 1990.

MUNARINI, Ana Elza; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosângela Piovezani. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: MESADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLET, Zenaide (Orgs.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Orgs.). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dec. 2001. ISSN 0103-4014, ver. online ISSN 1806-9592. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015.

PALUDO, Conceição (Org). **Mulheres - resistência e luta pela defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/mod/resource/view.php?id=1255>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais:** quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed: da UFSC, 2016.

PAULINO-PEREIRA, Fernando César. **"Memória se faz na história":** um estudo da identidade de Metodistas Militantes Sociais orientados pela Teologia da Libertação. 2006. 185f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristian Sheibe; VEIGA, Ana Maria (Org). **Resistências Gênero e Feminismos - contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PEIXER, Zilma Izabel; CARRARO, José Luíz (Orgs.). **Povos do campo, educação e natureza**. Lages: Grafine, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista. Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996.

RODRIGUES, Tiago Hyra. Sobre violências e pedagogias. In: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES Tiago Hyra (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista**: o fenômeno do ativismo digital. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **RBCS**, v. 23, n. 66, p. 133-208, fev. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/08.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFFIOTI. Heleieth I. **Rearticulando gênero e classe social.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALVARO Giovana Ilka Jacinto, LAGO, Mara Coelho de Souza e WOLFF, Cristina Scheibe. "mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, jul./dez. 1996.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20. n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA Ana Carolina de Assis Marinho da; MARCONDES Valéria. Mulheres Camponesas e Cidadania: um aporte teórico sobre o consumo midiático entre integrantes do movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina (mmc/sc), **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 11-28, sem. 2 2014.

SILVA, Edcleide da Rocha; RAUBER, Ana Claudia. Sementes de resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis. In: MESADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLET, Zenaide (Orgs.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SILVA, Isabela Costa da. Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade. **Repositório Institucional**, nov. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/901>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL
Pesquisador: IRDES LUCIA GUADAGNIN
Área Temática:
Versão: 3
CAAE: 18749419.3.0000.5368
Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.574.386

Apresentação do Projeto:
Projeto de interesse acadêmico, devidamente fundamentado, apresentando argumentos suficientes acerca de sua relevância.
"Desenho: A pesquisa será desenvolvida usando a metodologia qualitativa e os dados serão coletados por entrevistas (FLICK, 2009, p. 27), pois ela nos possibilitará realizar o trabalho em diferentes locais. Sendo que para a pesquisa social, "a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada, [...] a os profissionais que tratam de problemas humanos valem-se desta técnica" (GIL, 1999, p. 117). Para que nossa pesquisa possa atingir os objetivos propostos, serão consultadas autoras, e algum autor, que já tem se dedicado a estas pesquisas com mulheres, abordando o feminismo, a justiça social, equidade de gênero e novas epistemologias."

Objetivo da Pesquisa:
Os objetivos estão claramente enunciados.
"Objetivo Primário: Conhecer as principais lutas do Movimento de Mulheres Camponesas pela justiça social. Objetivo Secundário: Conhecer as principais referências teóricas sobre epistemologia feminista, justiça social e mulheres camponesas. Historiar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil.Identificar os Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na Serra Catarinense e suas lutas pela justiça social."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Os riscos e benefícios foram apresentados de acordo com as normas.

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Bloco I - Sala 1226
Bairro: Universitário **CEP:** 88.509-900
UF: SC **Município:** LAGES
Telefone: (49)3251-1086 **E-mail:** cep@uniplaclages.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

Continuação do Parecer: 3.574.386

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui interesse científico e encontra-se fundamentada na bibliografia especializada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados de acordo com as exigências.

Recomendações:

Sob o aspecto da ética da pesquisa em seres humanos, opina-se pela aprovação do presente projeto de pesquisa.

Recomenda-se a divulgação dos resultados, especialmente, junto às mulheres participantes de movimentos sociais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.

O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

a) Desenvolver o projeto conforme delineado;

b) Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;

c) Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

d) Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

e) Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e

f) Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP. Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1406875.pdf	12/09/2019 18:10:59		Aceito

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Bloco I - Sala 1226
Bairro: Universitário **CEP:** 88.509-900
UF: SC **Município:** LAGES
Telefone: (49)3251-1086 **E-mail:** cep@uniplaclages.edu.br

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DAS PERGUNTAS UTILIZADAS NA ENTREVISTA

1. Gostaria de falar um pouco como foi sua trajetória de mulher camponesa em: viver, ser educada e trabalhar na roça, cuidar da casa, filhas/os, e todos os outros trabalhos?
2. Desta sua vivência ou (experiência) você em algum momento sentiu que foi tratada de modo diferente dos filhos homens em casa, de maneira que te fez sentir inferior, incapaz, ou com menos direitos que eles? Conte um pouco.
3. Na escola, como isso se dava em relação as mulheres e homens? Percebia alguma discriminação que fazia se sentir inferior?
4. Qual foi a experiência de participação na escola, na comunidade que mais te marcou e ajudou a se sentir valorizada e capaz de assumir responsabilidades?
5. Da sua participação, seu envolvimento na organização do MMC, qual te foi e é mais importante/significativo para sua vida de mulher (camponesa)?
6. Gostaria de deixar alguma sugestão para que o MMC, posa ajudar as mulheres a participarem mais e melhor em sua organização e construção do projeto de autonomia e feminismo?
7. Motivações e apoio obtidas para ao ingresso e nossa participação no MMC.

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado "**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL**". O objetivo deste trabalho é investigar o MMC- Movimento de Mulheres Camponesas, seu processo de construção enquanto movimento autônomo enquanto movimento social, no Brasil e na Região Serrana de SC buscando identificar/compreender as lutas, por justiça social, num universo cultural machista e patriarcal. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar de entrevistas focalizadas, previamente agendadas, pois iremos adentrar em seu espaço familiar/privado, e gradativamente para a realização da pesquisa. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar as causas e consequências da ruptura de um paradigma de relações hierarquizadas, patriarcais e machistas, bem como o da construção de um novo paradigma da inclusão, da alteridade, da equidade de gênero. **De acordo com a resolução 466/2012** "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados". A sua participação terá risco mínimo, pois será realizada uma entrevista focalizada por meio de um roteiro, mas se ocorrer algum tipo de constrangimento das mulheres camponesas no momento da realização da entrevista, a mesma será encerrada e a pessoa será encaminhada pela pesquisadora à Clínica Escola de Psicologia da UNIPLAC, de forma gratuita. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, será garantido o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual a pessoa participante receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa estarão direcionados ao próprio Movimento de Mulheres Camponesas, visando fortalecer a luta por justiça social, pela construção de uma epistemologia de feminista e de equidade de gênero junto a s mulheres camponesas.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: 49 999720547, ou pelo endereço Av. Castelo Branco, 546 Lages SC. Se

necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

EU _____, inscrita/o no CPF nº. _____ declaro que após ter sido esclarecido/a pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

_____

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, 29 de agosto de 2019.

Responsável pelo projeto: Irdes Lúcia Guadagnin

Endereço para contato: Av Castelo Branco, 546- Bairro Universitário- 88509-016 - Lages SC.

Telefone para contato: (049)999720547 e (049) 3222-5175

E-mail: irdesg@gmail.com ou irdes@uniplaclages.edu.br